

# DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXXIII - 9ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 1

Brasília, terça-feira, 2 de janeiro de 2024

## Sumário

### Seção 3

Ata Circunstanciada da 110ª Sessão Ordinária.....	3
Ata Circunstanciada da 29ª Sessão Extraordinária .	103



**CÂMARA  
LEGISLATIVA**  
DISTRITO FEDERAL

### Mesa Diretora

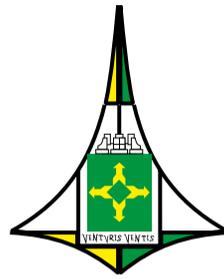
**Presidente:** Deputado Wellington Luiz

**Vice-Presidente:** Deputado Ricardo Vale

**Primeiro Secretário:** Deputado Pastor Daniel de Castro - **Suplente:** Deputado Pepa

**Segundo Secretário:** Deputado Roosevelt - **Suplente:** Deputada Doutora Jane

**Terceiro Secretário:** Deputado Martins Machado - **Suplente:** Deputado Eduardo Pedrosa



COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Thiago Manzoni Vice-Presidente: Chico Vigilante Lula da Silva Robério Negreiros Fábio Felix Iolando	Joaquim Roriz Neto Gabriel Magno Martins Machado Max Maciel Hermeto	Presidente: Gabriel Magno Vice-Presidente: Dayse Amarílio Thiago Manzoni Jorge Vianna Ricardo Vale	Chico Vigilante Lula da Silva Paula Belmonte Roosevelt Robério Negreiros Martins Machado
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Joaquim Roriz Neto Paula Belmonte Jaqueline Silva Jorge Vianna	Martins Machado Daniel Donizet João Cardoso Doutora Jane Robério Negreiros	Presidente: Doutora Jane Pastor Daniel de Castro Roosevelt Hermeto Iolando	Jorge Vianna Pepa Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Dayse Amarílio Vice-Presidente: Max Maciel João Cardoso Martins Machado Pastor Daniel de Castro	Ricardo Vale Fábio Felix Paula Belmonte Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Presidente: Daniel Donizet Vice-Presidente: Paula Belmonte Doutora Jane Rogério Morro da Cruz Joaquim Roriz Neto	Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva Jorge Vianna Martins Machado
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Lula da Silva Vice-Presidente: Jorge Vianna Hermeto Daniel Donizet Iolando	Gabriel Magno João Cardoso Pepa Pastor Daniel de Castro Dayse Amarílio	Presidente: Paula Belmonte Vice-Presidente: Ricardo Vale Robério Negreiros Dayse Amarílio Max Maciel	João Cardoso Gabriel Magno Jorge Vianna Chico Vigilante Lula da Silva Fábio Felix
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Ricardo Vale João Cardoso Rogério Morro da Cruz Jaqueline Silva	Max Maciel Gabriel Magno Paula Belmonte Doutora Jane Iolando	Presidente: Max Maciel Vice-Presidente: Martins Machado Pepa Gabriel Magno Fábio Felix	João Cardoso Paula Belmonte Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Lula da Silva Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		COMISSÃO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Hermeto Vice-Presidente: Pepa Gabriel Magno Daniel Donizet Eduardo Pedrosa	Iolando Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Lula da Silva Roosevelt Rogério Morro da Cruz	Presidente: Pepa Vice-Presidente: Iolando Ricardo Vale Rogério Morro da Cruz Roosevelt	Pastor Daniel de Castro Jaqueline Silva Chico Vigilante Lula da Silva Jorge Vianna Thiago Manzoni

Atualizado em 12 de dezembro de 2023.

9ª Legislatura

Deputado Chico Vigilante Lula da Silva  
Deputado Pastor Daniel de Castro  
Deputado Daniel Donizet  
Deputada Dayse Amarílio  
Deputado Eduardo Pedrosa  
Deputado Fabio Felix  
Deputado Gabriel Magno  
Deputado Hermeto  
Deputado Iolando Almeida  
Deputada Doutora Jane  
Deputada Jaqueline Silva  
Deputado João Cardoso

Deputado Joaquim Roriz Neto  
Deputado Jorge Vianna  
Deputado Martins Machado  
Deputado Max Maciel  
Deputada Paula Belmonte  
Deputado Pepa  
Deputado Ricardo Vale  
Deputado Robério Negreiros  
Deputado Rogério Morro da Cruz  
Deputado Roosevelt  
Deputado Thiago Manzoni  
Deputado Wellington Luiz

**Corregedor:** Deputado Joaquim Roriz Neto

**Ouvidor:** Deputado Jorge Vianna

**Procuradora Especial da Mulher:** Deputada Doutora Jane

**Procuradoras Adjuntas Especiais da Mulher:** Deputada Dayse Amarílio e Deputada Paula Belmonte

**Procurador Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa:** Deputado Chico Vigilante Lula da Silva

**Procurador Adjunto Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa:**

## Seção 3

# Ata Circunstanciada da 110ª Sessão Ordinária

### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA**  
**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 110ª**  
**(CENTÉSIMA DÉCIMA)**  
**SESSÃO ORDINÁRIA,**  
**DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023.**

**INÍCIO ÀS 15H10MIN**

**TÉRMINO ÀS 23H44MIN**

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Declaro aberta a presente sessão ordinária de terça-feira, 12 de dezembro de 2023, às 15 horas e 10 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Thiago Manzoni a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Deputado Thiago Manzoni, um minuto.

Boa tarde, galeria. Sejam bem-vindos. Saudamos todas as categorias. A casa é de vocês. Vamos fazer uma combinação: deixem a palavra com o deputado Thiago Manzoni para que S.Exa. faça a leitura do expediente. Depois vocês poderão se manifestar. Obrigado.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Desejo uma boa-tarde especial ao deputado Pepa, que está chegando. Seja bem-vindo, deputado. Nós fazemos votos que a recuperação de S.Exa. seja a melhor possível.

(Leitura do expediente.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, em relação ao requerimento da Mesa Diretora para a realização de sessão solene em homenagem aos 201 anos da taquigrafia parlamentar no Brasil, desde já felicito os nossos taquígrafos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

– Ata Sucinta da 109ª Sessão Ordinária, de 7 de dezembro de 2023.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observação a ata mencionada.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, boa tarde. Como ninguém quis falar primeiro, venho a esta tribuna saudar a galeria que está cheia hoje para reforçar várias lutas desta cidade. A luta por nomeação, a luta em defesa dos serviços públicos e a luta em defesa desta cidade contra a tentativa criminoso de vender a rodoviária e vender esta cidade, o que tem sido a agenda desse governo.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Já falei isso aqui, não sei por que o governador foi candidato! Ele não consegue resolver os problemas da cidade e, como ele não os resolve, a solução é: vende, terceiriza, privatiza! Ele não consegue resolver o problema da saúde. A solução? Iges! Ele terceiriza. Não consegue resolver o problema dos equipamentos públicos. A solução? Vende para empresa de um amigo! Essa é a solução que o governador Ibaneis tem dado para os problemas da cidade.

E quem está pagando a conta cara da incompetência, a conta cara da venda, do desrespeito ao que é público, é a população do Distrito Federal. A população que todo dia acorda e precisa ficar mais de 2 horas parada no trânsito, porque o governo não dá conta da política de mobilidade. É a população que paga a conta da fila do hospital, da fila do Cras, do Creas, da fila das creches, da fila das cirurgias! O Distrito Federal virou a cidade das filas, onde se vai é fila de espera e o governador não resolve nenhum dos problemas. Não resolve nem pretende resolvê-los, presidente.

Vamos votar amanhã o PPA e o PLOA. O PPA e o PLOA que o governador Ibaneis trouxe para esta casa é uma vergonha! Não há previsão para as nomeações dos servidores. Não há previsão para garantir a negociação e o reajuste dos servidores no ano que vem.

Semana passada disseram que o andar debaixo das carreiras do serviço público iria ficar para o ano que vem, só que para o ano que vem isso não está no orçamento, não está na LDO e não está na LOA. É golpe! É golpe que eles querem dar. Por isso é importante essa mobilização. Vamos fazer diversas emendas, amanhã, na votação do PPA e da LOA. Vamos querer discutir com a sociedade quais devem ser as prioridades. Hoje, não vamos permitir que a rodoviária seja entregue para os amigos do governador que irão condenar, mais uma vez, a população a pagar passagem mais cara. Eles vão, mais uma vez, condenar a população, porque o que eles estão dizendo...

O secretário de mobilidade veio a esta casa 2 vezes e em nenhuma das vezes conseguiu responder às questões. Quem vai pagar a conta de um negócio ruim, de um negócio em que o Governo do Distrito Federal e a população vão tomar mais uma vez prejuízo? Mas alguém vai se dar bem nesse negócio da rodoviária. Não é a população, não é o cofre público, não é o interesse republicano. É por isso que o dia de hoje será de muita luta e muita mobilização.

Falo aqui nestes Comunicados de Líderes em nome da minoria: Ibaneis, esta cidade não está à venda; Ibaneis, nomeie os servidores públicos; Ibaneis, negocie com os sindicatos; Ibaneis, acabe com as derrubadas ilegais – porque essa é a agenda desse governo.

Nós estamos terminando o ano com derrubadas em todas as cidades. Nós estamos terminando o ano e o governador não entregou nenhuma das promessas mentirosas que fez na campanha. Nós terminamos o ano legislativo com a certeza de que o governo Ibaneis faz muito mal para o Distrito Federal. Nós terminamos este primeiro ano desta legislatura com a certeza de que o Distrito Federal não merece o governador que tem nem a sua agenda para a cidade. A agenda desse governo é a agenda dos ricos, da minoria, dos privilegiados desta cidade. Ele abandonou a população e os trabalhadores. Mas haverá luta, presidente. Haverá luta aqui no plenário...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Haverá luta aqui no plenário, haverá luta na rua, haverá muita mobilização nesta cidade porque não vamos aceitar calados e quietos a destruição do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, querido deputado Gabriel Magno.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Só um minutinho, galeria. Galeria, vamos fazer uma combinação aqui. Está tão linda e maravilhosa a presença de vocês, mas vamos fazer uma combinação. Só um minutinho. Vamos fazer uma combinação: nós vamos assegurar a fala do deputado tanto no expediente lido quanto no uso da palavra. Quando o deputado terminar de falar, vocês podem se manifestar. Faremos assim.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria fazer uma observação – na verdade uma homenagem – ao nosso deputado Pepa, que passou por uma cirurgia recentemente e está fazendo o esforço de estar aqui na sessão. Deputado Pepa, obrigado pelo seu esforço. Que Deus cuide da sua saúde, da sua vida, proteja V.Exa. e lhe dê uma boa recuperação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Eu também quero desejar ao líder do meu partido, deputado Pepa, meu irmão, que Deus o abençoe e lhe dê total recuperação.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – O deputado Pepa é meu amigo e creio que todos nós estamos desejando a sua recuperação, mas ele não deveria estar aqui, principalmente para votar uma coisa que é nociva à sociedade, que é nociva a Brasília, que é nociva aos contribuintes desta cidade.

Estão falando de privatização da rodoviária. Na verdade, estão dando um presente, porque nós já sabemos qual grupo que vai ganhar. Já corre nos corredores que são pessoas ligadas a deputados. Por que eu estou dizendo que é um presente? As pessoas que estão assistindo a mim prestem atenção às receitas para esse grupo que quer tomar conta da rodoviária.

Eles vão implementar 2.900 vagas de estacionamento e vão cobrar da população R\$12.700.000,00 por ano. Eles estão criando uma mídia e publicidade que é de R\$3.700.000,00 por ano. E há o pior de tudo: as empresas de ônibus vão pagar uma chamada taxa de acostagem para poderem estacionar na rodoviária, taxa que vai sair do nosso bolso, porque será embutida na tarifa técnica.

Prestem atenção, senhores deputados da base do governo. A taxa de acostagem é de 11 milhões. Portanto, são 11 milhões que sairão do bolso dos contribuintes para serem colocados no bolso de meia dúzia de apaniguados do governo! Isso dá o total de arrecadação de 36 milhões. Falam: "Haverá investimento". O investimento de que eles estão falando acontecerá em 4 anos, enquanto estão arrecadando, tirando imediatamente da população.

Vamos ao pior de tudo. Há um grupo de pessoas aconselhado por mim que fez um levantamento. Agora dá para nós compararmos o preço que é praticado na rodoviária pública e o preço que é praticado na rodoviária privada, no Plano Piloto.

Um pão de queijo na rodoviária pública custa R\$3,50; na rodoviária privada, custa R\$8,50. Um cafezinho na rodoviária pública custa R\$1,50; na rodoviária privada, R\$8,50. Há mais: um almoço na rodoviária pública custa R\$49,00; na rodoviária privada, R\$90,00. Um salgado na rodoviária pública custa R\$5,00; na rodoviária privada, R\$12,00. Um pastel na rodoviária pública custa R\$5,00; na rodoviária privada, custa R\$17,00.

Sabem o que vai acontecer? As pessoas mais necessitadas, que são as que andam de ônibus, não vão mais comer o pastelzinho porque não vão dar conta de pagar e passarão mais fome ainda. Os camelôs serão expulsos. Os permissionários da rodoviária, deputado Pastor Daniel de Castro, não darão conta de pagar os aluguéis porque os aluguéis vão quadruplicar.

Portanto, isso que está sendo feito hoje é um crime praticado contra a população. É preciso dizer em alto e bom som: bancada de governo não pode votar cegamente no que vai prejudicar a população do Distrito Federal. O governo precisa de 16 votos para aprovar essa desgraça, e eu quero ver se os deputados que vão votar nisso terão coragem de algum dia voltar à rodoviária.

E não venham me dizer que a rodoviária é suja, porque, se ela é suja, é por incompetência da gestão da rodoviária, é por incompetência do governo. Se a rodoviária é insegura, é por incompetência do Governo do Distrito Federal.

Eu conheço essa cidade. A rodoviária já foi um ponto de encontro da população, aonde as pessoas iam inclusive para namorar. Se a rodoviária virou ponto de tráfico, não é culpa da população, não é culpa do usuário de ônibus, é a incompetência do Governo do Distrito Federal. Portanto, o governo não queira acobertar a sua incompetência com a privatização de um bem que não é dele. O Ibaneis pode vender a fazenda dele para quem ele quiser, que eu não vou dizer nada. Pode vender os bois e o avião dele para quem ele quiser. A rodoviária, porém, não é dele; a rodoviária é da população do Distrito Federal!

Assim, eu peço aos deputados e deputadas: não sigam cegamente a orientação do governo, porque esse mundo é cheio de curvas, e lá na frente vocês vão nos encontrar na curva e certamente vão derrapar.

Obrigado, presidente.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB-PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, senhoras e senhores deputados, boa tarde. Ocupantes da galeria, sejam bem-vindos. Para nós é um privilégio muito grande recebê-los aqui.

Eu quero, deputado Pastor Daniel de Castro, agradecer a participação de todos os deputados. Ontem nós estivemos no Palácio do Buriti, sancionando a Lei do Bolsa Atleta, um projeto de grande relevância para o Distrito Federal.

Nesta casa já havia tramitado esse projeto do Bolsa Atleta do atleta paraolímpico de Brasília, que estava sendo prejudicado nos últimos 3 anos. Quando o projeto foi encaminhado a esta casa, com a intenção de vários parlamentares de favorecer outras categorias, eles acabaram prejudicando o projeto e inviabilizando a sanção do governador. O governador, realmente, resolveu vetar o projeto, mas ele o mandou novamente a esta casa, e nós trabalhamos, entre os deputados, com a possibilidade de não ser feita nenhuma indicação de emenda parlamentar. O projeto foi compreendido por todos e seguiu como foi protocolizado aqui nesta casa. Até então nós tivemos uma boa aprovação e o encaminhamos.

Ontem foi o dia da sanção desse projeto. O que isso significa? Várias pessoas com deficiências estavam sendo prejudicadas por não serem equiparadas com os atletas olímpicos do nosso Distrito Federal, mas elas representam o Distrito Federal fora do Brasil, inclusive em olimpíadas e paraolimpíadas. Então, essa bolsa veio corrigir e equiparar o Bolsa Atleta da pessoa com deficiência com os atletas que representam o país em outras modalidades no país inteiro.

Eu fiquei feliz, porque é mais um ganho da causa da pessoa com deficiência na nossa capital. Esse foi um grande ganho no dia de ontem, quando o governador sancionou essa lei. Hoje, há a possibilidade de dezenas de pessoas deficientes, que nos representam... Eu já digo de passagem que eles fizeram um trabalho lá no Chile, na paraolimpíada, e ficaram em primeiro lugar. Os brasileiros levaram as medalhas de ouro, todas as que foram possíveis, trazendo honra para o nosso país.

Também quero aqui, presidente, dizer da alegria de, ainda na semana passada, também termos lançado um programa chamado CIL, *online*. É um sistema em que a pessoa com deficiência auditiva pode, hoje, ter acesso a um médico, a um advogado sem precisar levar um intérprete, visto que, às vezes, eles não têm um, ou têm que contratar e pagar do próprio bolso.

Esse projeto favorece todas as pessoas surdas do nosso Distrito Federal, e, onde elas estiverem, vão poder contatar esses profissionais. Por exemplo, presidente deputado Pastor Daniel de Castro, quando uma grávida surda vai contatar um médico. Às vezes, o médico não tem a interpretação da língua de sinais e precisa de um intérprete. O que ele tem que fazer? Esse aplicativo do CIL *online* favorece o médico para conversar com um intérprete do outro lado do telefone, podendo ele se comunicar e dizer todos os sentimentos daquela mãe grávida que é surda.

Algo, também, importante lançado este mês é o cartão de identificação da pessoa com deficiência. É algo fenomenal, apresentado por mim, por um projeto de lei, e aprovado por nós, deputados desta casa. O projeto foi para a sanção do governador. Nós fizemos um grande ato importante nesta casa. As pessoas com deficiência do Distrito Federal vão receber hoje o cartão de identificação e poderão entrar em todos os programas do governo e serem beneficiadas por eles.

E, para finalizar a minha fala, deputado Rogério Morro da Cruz, nós também lançamos o programa DF Acessível. O DF Acessível nada mais é do que vans adaptadas para poderem pegar o deficiente em casa, o cadeirante. Ele pode simplesmente dar um clique na Secretaria da Pessoa com Deficiência e pedir: "Olha, estou precisando de uma van na minha casa. Eu sou cadeirante, tenho uma consulta, tenho um exame, tenho uma cirurgia e eu não tenho como me deslocar para lá." A van vai à casa dele, busca-o e o leva à consulta. Terminou a consulta, ele volta para casa com a van que o deixa. Ele pode, deputado Gabriel Magno, solicitar a qualquer momento esse equipamento público lançado por nós, pela Secretaria da Pessoa com Deficiência.

Presidente, esse é só um resumo daquilo que nós temos trabalhado e apresentado aqui nesta casa, com o apoio direto do governador Ibaneis, que teve sensibilidade na causa da pessoa com deficiência do Distrito Federal, criando a Secretaria da Pessoa com Deficiência.

Muito obrigado, presidente. Obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, deputado Iolando. Parabéns pela defesa que V.Exa. faz a essa categoria, que é muito bem representada nesta casa por V.Exa.

Devolvo a presidência ao deputado Wellington Luiz. V.Exa. está sendo convocado aqui a tomar assento nesta cadeira. Venha, presidente, o povo está doido para lhe dar um abraço ali em cima, olhe. Recebamos o presidente deputado Wellington Luiz.

(Manifestação na galeria.)

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Boa tarde. Sejam todos muito bem-vindos à Câmara Legislativa do Distrito Federal. É um prazer enorme tê-los conosco.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Primeiro, com relação à... Calma, mulher, deixa eu falar. Eu vou concordar com a recondução... Então, já não falo mais sobre a recondução, já vou pular.

Eu quero aqui agradecer e parabenizar os candidatos aprovados no concurso de enfermeiro, contem com o nosso apoio. Quero apoiar os Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde – Avas, que estão aqui também.

A Defensoria tem o nosso apoio integral. Já estamos aqui. Não sei se já foi lido o projeto, se não foi lido, daqui a pouco vamos votá-lo – se Deus quiser, hoje.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – ACS e Avas, todos já sabem do meu sentimento. Vamos trabalhar para que também sejam atendidos, têm o nosso apoio. Uma grande injustiça, eu entendo, tem sido cometida contra essas categorias, e nós vamos trabalhar para reparar isso.

Carreira socioeducativa, também estamos trabalhando para ter uma reunião com a Secretaria de Justiça, estamos conversando. Licenciamento ambiental, tem a conclusão do planejamento. Pessoal da Assinfra, parabéns, contem com a gente.

Pessoal da recondução, já que não querem falar, então, corram atrás do direito de vocês, não tem conversa.

Derrubada do veto à emenda aditiva da PPDF, vocês também têm o nosso apoio integral.

Muito obrigado.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Isso será discutido aqui, obviamente. Vocês têm muito direito de vir aqui reivindicar e têm o nosso apoio. Sejam bem-vindos! Esse é um direito de vocês, e esta casa vai decidir hoje sobre isso.

Encerrados os cumprimentos.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix pelos Comunicados de Líderes.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco Parlamentar PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, senhor presidente. Boa tarde a todos e a todas na galeria da Câmara Legislativa.

Faço uma saudação especial aos defensores e defensoras, aos servidores da Defensoria Pública e aos demais servidores que estão aqui também batalhando muito pela sua condição. Nós sabemos que há aqui técnicos de enfermagem trabalhando por sua nomeação.

Estão aqui também ACS e Avas, que estão aqui lutando há muito tempo e hoje estão em greve. Infelizmente, vocês não têm tido a voz ouvida por parte do Governo do Distrito Federal. É uma categoria que demorou a entrar em greve, que buscou fazer negociação e, infelizmente, teve a negociação atropelada pelo Governo do Distrito Federal. Quero registrar o apoio do nosso bloco, PSOL-

PSB, à luta de vocês, que é importantíssima para esta cidade. Não há Estratégia Saúde da Família, não há fortalecimento da saúde que não passe pelo fortalecimento da carreira de vocês. Nós sabemos como tem sido o tratamento dado a vocês pelo Governo do Distrito Federal.

Eu queria, por último, saudar quem está aqui lutando contra a privatização da Rodoviária do Plano Piloto. Eu queria dizer que há uma coisa muito grave acontecendo nessa proposta, há um crime e uma ilegalidade acontecendo na proposta do governo.

Há um segmento representado aqui, senhor presidente, que são as ambulantes e os ambulantes. Eles estão aqui hoje. Eu tenho dito nesta casa que pessoas não viram fumaça. Pessoas são trabalhadores e trabalhadoras. E muitas dessas trabalhadoras que estão aqui estão trabalhando há 10, 20, 30 anos na Rodoviária do Plano Piloto. Eu duvido que haja um parlamentar aqui, da direita à esquerda, que seja contrário a que haja condições de trabalho para os ambulantes e que haja alternativa de empregabilidade para eles. O projeto do governo não toca nesse assunto, não fala nada sobre a situação dos ambulantes. É uma negação, é uma invisibilidade, é uma vergonha! O que o projeto faz hoje é não tratar, senhor presidente, a situação dos ambulantes. E não é verdade que o projeto está redondo para votar, como alguns têm tentado dizer, porque o Tribunal de Contas falou que tem que haver proposta objetiva para os ambulantes – e não há! É isso o que diz a recomendação do Tribunal de Contas.

Assim como em outras privatizações, o governo quer vender a privatização da rodoviária como se fosse a solução para todos os problemas. A primeira coisa que eu queria dizer aqui é que todo mundo quer melhoria para a Rodoviária do Plano Piloto. Todo mundo sabe que é uma vergonha o banheiro não funcionar. Todo mundo sabe que é uma vergonha a escada rolante não funcionar. Todo mundo sabe que é uma vergonha tanta coisa quebrada na estrutura da rodoviária, mas isso tem culpados. E o culpado hoje é a gestão pública, é a gestão do governo sobre a Rodoviária do Plano Piloto. Parece-me que a destruição da rodoviária é projeto político. Eles fazem isso para justificar a concessão. Essa é a estratégia para justificar a venda do patrimônio público.

Eu queria dizer aos parlamentares que estão hoje aqui sentados que o dia de hoje é um dia histórico, é um dia importantíssimo, porque estamos falando não só sobre a rodoviária, presidente, mas sobre a área central de Brasília. Com esse projeto, alguns podem achar que a privatização é só da rodoviária, mas não é, não. Esse é o primeiro passo. Isso é a privatização do centro de Brasília, porque o governo privatiza 3 mil vagas da área central junto com a rodoviária, que vai de presente, presidente, para a concessionária ganhar dinheiro, faturar 5 reais por hora em estacionamento rotativo. É um presente para a concessionária. A empresa vai ganhar a rodoviária, vai fazer supostamente 120 milhões de investimento em 20 anos. Isso o governo paga só com acostagem. Em 12 anos, com os 10 milhões da taxa de acostagem, o governo já paga o investimento da empresa. Isso já está pago.

A concessão, nos moldes em que ela está desenhada hoje, do liberal ao comunista, ninguém sério teria coragem de votar favoravelmente a uma proposta dessa. É um presente para a iniciativa privada, presidente. É um presente que o governo dá. São 10 milhões de acostagem que o governo paga. É um presente essa concessão da rodoviária: 3 mil vagas a 5 reais no estacionamento rotativo; aumento dos aluguéis de quem trabalha, dos permissionários que estão na rodoviária.

Quero dizer aqui que este é um debate sério. Nós não vamos aceitar criminalizar permissionário. Agora, estão querendo criminalizar permissionário também. Não vamos aceitar discurso de última hora para justificar a privatização da rodoviária.

Pessoal, o governador deveria retirar esse projeto de pauta. Nós devíamos discutir 1 ano, 2 anos de gestão pública bem feita da rodoviária, com investimento público sério, contínuo, com investimento público proporcional. É isso que devíamos discutir aqui, porque é possível fazer gestão pública da rodoviária. Não é preciso privatizar nem a rodoviária nem os estacionamentos – para concluir, presidente – nem a área central do Distrito Federal. Nós não vamos aceitar esse projeto. Ele é ruim para a população.

Pessoal, pode piorar. Eu sou contra esse modelo por princípio, porque acho que ele é ruim, é uma porta de entrada para privatizar outras áreas e outros serviços; mas, para piorar, o modelo de concessão desenhado pelo governo é ruim para a cidade. Quem vai pagar os estacionamentos são os que eles gostam de chamar de contribuintes, os cidadãos. São eles que vão pagar 5 reais pelo estacionamento rotativo. A população está sabendo disso? Não. Ela não está sabendo que vão ter 3 mil vagas privatizadas. A população não sabe disso na concessão. E quem vai pagar a taxa de acostagem de presente para as empresas de ônibus? Quem vai pagar 10 milhões por ano? É o governo? Não. É a população que vai pagar também a taxa de acostagem, 11 milhões.

Vêm deputados dizer aqui que a concessão é muito melhor. Sabe qual serviço hoje funciona por concessão e é ruim? O transporte público, porque são as empresas que mandam no poder público e não é o poder público que faz a gestão do transporte. Aí alguns deputados vão dizer: "Mas vai ter fiscalização depois". Não vai haver! A fiscalização é baixíssima, como é hoje a fiscalização em cima das empresas de ônibus, uma fiscalização de baixa intensidade, de péssima qualidade, com empresas que não cumprem o contrato e têm a sua concessão renovada.

Pessoal, deputados e deputadas, eu queria fazer um apelo aos deputados da base do governo: votem com as suas consciências hoje. Não votem seguindo orientação do governo. Privatização não é a solução. Vamos investir numa rodoviária pública e não vamos fazer da Rodoviária do Plano, da rodoviária do povo, um grande negócio do governador.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix. Entendemos seu posicionamento extremamente louvável.

Vou conceder a palavra ao deputado Jorge Vianna, mas antes eu queria agradecer a presença do deputado Pepa. Muito obrigado, deputado Pepa. S.Exa. fez uma cirurgia nessa semana, acho que quarta-feira, e está aqui conosco, cumprindo seu papel de representante da população. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco União Democrático. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhoras e senhores parlamentares, todos da galeria. Sejam bem-vindos, servidores, futuros servidores, feirantes, ambulantes, trabalhadores da rodoviária, enfim, todos que estão assistindo a nós.

Presidente, a primeira coisa que eu queria fazer é esclarecer aos nossos colegas, salvo se houver alguma mudança, que hoje não há acordo para derrubada de vetos para os concursados. Que se deixe isso claro. Nós teremos uma reunião amanhã para falar sobre os vetos. Contudo, pessoal, não se apeguem tanto aos vetos para o concurso, porque se, de repente, o parlamentar apresentou uma emenda para chamar 100, 200, 1.000, 3.000 concursados, é uma autorização que a casa dá ao governo para fazer as nomeações. Caso não haja essa autorização, a pressão da categoria junto ao governo faz com que ele mande para casa uma alteração da lei orçamentária do ano que vem. Então, o mundo não vai acabar se não conseguirmos derrubar todos os vetos para as nomeações.

Eu queria aqui já deixar isso claro novamente aos nossos colegas técnicos de enfermagem, aos enfermeiros, aos agentes comunitários de saúde, aos agentes de vigilância ambiental, aos odontólogos, aos agentes de vigilância sanitária... Pouco se falou nesse grupo, mas, a partir de agora, nós iremos falar sempre, porque são fundamentais para a sociedade do Distrito Federal esses profissionais que fizeram concurso e que também serão nomeados. Assim que houver a homologação, já iremos pedi-la. Aliás, antes de haver a homologação do concurso de vocês, vamos pedir uma reunião com a Subsecretaria de Gestão de Pessoas para falar sobre o caso de vocês também.

Temos também aqui os contadores, os analistas, a Seagri, a carreira dos socioeducativos. Todos vocês estão apreensivos com relação aos vetos. Mas, como eu falei e repito, é o seguinte: pessoal, estou há 5 anos na casa, venho do movimento sindical, sou servidor público, então o meu compromisso é sempre falar a verdade para vocês. Não se preocupem porque, se não conseguirmos derrubar todos os vetos, isso não quer dizer que vocês não serão nomeados, ou que não serão ampliadas as vagas para as nomeações – que fique bem claro isso.

Senhoras e senhores, mais uma vez quero falar sobre as passagens aéreas. Não há sentido reduzirmos, inclusive, o ICMS das passagens aéreas e não haver sequer um benefício para a população do Distrito Federal. Você pagar 3, 4 mil reais, principalmente à Latam, para fazer uma viagem, e o coitado do pobre passa o tempo todo pagando essa passagem e não consegue sequer fazer um lanche no aeroporto, porque só a água lá é 15 reais, o salgadinho e o suco são 30, 40 reais. Então não temos benefício nenhum.

Vem a Latam e nos oferece um saquinho de pipocas! É uma vergonha e uma humilhação quando vem o comissário. Acho que ele vem até meio desconcertado, porque não é possível que um comissário, que há tanto tempo faz um trabalho entregando um alimento razoável para o usuário, quando entrega um saquinho de pipoca para o cidadão, um lanche e ainda um refrigerante quente, não fique assim.

Meu Deus do céu, não é possível que nós cidadãos não temos representantes no Congresso Nacional que possam dar um basta nessa passagem cara, exorbitante, que é a passagem aérea. Não é possível! Eu não posso legislar para o Brasil inteiro. Então, pelo amor de Deus, deputados e senadores

do Brasil, ajudem o povo brasileiro com essas passagens.

Onde está a pipoca? Eu quero mostrar a pipoca. Rafaela, onde está a pipoca? Não é possível que a pipoca... Enfim, depois eu mostro essa pipoca. É um vexame recebermos um lanche desse, pagando 3, 4 mil reais. Então, presidente, queria inicialmente falar sobre isso.

Quero saudar nossos colegas e dizer que hoje o debate vai ser muito tenso, principalmente em relação à rodoviária. Senhoras e senhores, a rodoviária não está preocupada com o aluguel dos nossos empresários e microempresários que estão lá. A privatização tem um objetivo principal, que é o quê? São os aluguéis das vagas de estacionamento. Isso é a cereja do bolo.

Ora, se temos o estudo, deputado Fábio Félix, de que esses estacionamentos vão render pelo menos – pelo menos! – 70 milhões por ano para a empresa, isso tem de ser impactado, caso haja realmente essa mudança de regime, para que aqueles que estão lá permaneçam e não paguem aluguéis estratosféricos baseados sabe lá em que tabela. Outra coisa, deputado Fábio Félix, que também temos que garantir é que eles fiquem lá e que o reajuste do aluguel seja feito baseado no IGPM, para que não seja calculado um valor exorbitante.

Além disso, temos que dizer para o governo que temos um regimento que prevê que toda vaga de estacionamento terceirizado, privatizado aqui em Brasília, deve ter uma reserva para o Instituto de Previdência. Tudo isso tem que ser discutido. Vamos discutir tudo isso hoje. Vamos resolver essa situação de uma vez por todas. Há 5 anos estou aqui, há 5 anos falamos dessa rodoviária e há 5 anos essa rodoviária está do mesmo jeito. Então, temos que resolver isso.

Obrigado, senhoras e senhores.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre deputado Jorge Vianna, que se posiciona com relação ao projeto de lei da rodoviária.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado João Cardoso. (Pausa.)

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Deputado Iolando, V.Exa. já falou? Deputado, o senhor quer me dar um golpe? Falar de novo? (Risos.) O deputado Iolando, por ter tentado me ludibriar, está punido: 3 dias sem falar no plenário. (Risos.)

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Encerrados os Comunicados de Líderes.

Consulto os deputados se podemos ir diretamente para a Ordem do Dia.

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Estou consultando os senhores, deputados. (Risos.) Os meus líderes jamais serão atropelados.

Eu só queria pedir aos deputados que respeitásemos o tempo, até em respeito ao deputado Pepa, que veio para a votação. O deputado Pepa diz que está de boa, mas, se ele levantar a mão, Jesus o puxa. Não levante a mão, deputado Pepa. (Risos.) Muita saúde, meu líder, meu amigo. Deus o abençoe. Muito obrigado pela presença.

Teria que ter havido consenso para passarmos para a Ordem do Dia. Vamos respeitar, e os deputados que quiserem falar falarão.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

O primeiro deputado que fez barulho foi o deputado Max Maciel. Sendo assim, já vou convidá-lo para ser o primeiro a fazer uso da palavra, na base da pressão.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Boa tarde, todos e todas e todes.

Saúdo todos os que acompanham o Plenário pela galeria, que estão na luta, em defesa de nomeação, de valorização da assistência à saúde e em defesa da rodoviária, e todos os que nos acompanham pela TV Câmara Distrital.

Presidente, pedi para falar, e a importância de os parlamentares falarem é porque não estamos com muita pressa de votar o projeto da rodoviária. Então, vamos usar o tempo necessário para explicar isso da melhor forma possível.

Este aqui é o projeto que o governo apresentou, que trata da concessão da rodoviária. Estamos debruçados nisso há alguns dias, e não conseguimos entender algumas coisas que foram colocadas aqui. É importante trazer para o conjunto da população o que está em jogo de fato.

Vários colegas parlamentares já pontuaram muito bem qual é o risco dessa concessão da rodoviária. Primeiro, o Governo do Distrito Federal pontua... e eu queria pedir à casa, pois nós temos uma apresentação que mandamos e, se fosse possível, dispor para que o conjunto da população pudesse acompanhar.

(Apresentação de projeção simultânea à fala do orador.)

DEPUTADO MAX MACIEL – O total de despesas atuais, anuais, que a secretaria apresentou para esta casa soma um total de R\$27.514.000,00. Bem, fomos atrás dos investimentos dos últimos anos. Isso aí, gente, é o que o Governo do Distrito Federal está dizendo que está gastando na rodoviária.

Eu queria chamar a atenção, porque a segurança, a limpeza, ascensorista – eu nunca vi um ascensorista na rodoviária, de verdade –, elevadores e escadas rolantes já são terceirizados, pois já estão entregues a uma empresa para administrar. Nós estamos entregando o quê da rodoviária se já há uma gestão pública em que a maioria dos serviços já é entregue para uma empresa terceirizada?

Só que esse valor de 27 milhões não corresponde à realidade. Sabem por quê? Porque, quando nós pedimos o histórico do próprio governo, dos últimos anos do governo Ibaneis... Em 2019, investiram, nesse item chamado de Despesas da Rodoviária, o total de 15,9 milhões; em 2020, foram 15,9 milhões; em 2021, foram 9,6 milhões; em 2022, foram 7,4 milhões.

Quem deixou a rodoviária ficar como está não foi a população que a utiliza, foi o Governo do Distrito Federal, que escolhe e não fiscaliza as empresas que prestam os serviços que eles agora estão condenando.

Eu queria passar para a próxima tela, na qual o Governo do Distrito Federal mostra que essas são as receitas atuais da rodoviária: 27 milhões de gastos e 6 milhões de receitas. O rateio do uso dos espaços, que são os permissionários; os espaços públicos que são utilizados; a publicidade, que é, também, uma concessão.

Vamos para a próxima tela, que é o que o Estado vai ofertar à concessão de receita. Por favor, a próxima tela. Essa é a receita prevista para a concessão. Do que nós estamos chamando a atenção? Não há como fazermos uma concessão se não dermos oportunidade para que o próprio ente público possa ter a mesma quantidade de receita para investir na rodoviária.

Será que, se tivéssemos 27 milhões nos últimos 5 anos, a rodoviária, realmente, estaria como está? Em 27 anos, eles colocaram só agora, no final, para poder entregar... Porque a concessão não vai assumir um espaço em que o banheiro não funciona, não vai assumir um espaço em que a segurança não existe, não vai assumir um espaço em que o elevador está quebrado. Isso está na minuta do contrato. A concessão assume para manter, não para construir e fazer mais nada.

Agora, de toda a receita ali, senhoras e senhores, há 2 que o Estado inventou para bancar a concessão: o estacionamento, que são 12 milhões; e a tal da taxa de acostagem, que são 11 milhões. Assim, é muito fácil ser um empresário para receber uma concessão, pois não há risco algum.

E, pasmem – essas informações não são nossas, não, o próprio governo mandou e nós estamos compilando –, o governo diz o seguinte: de tudo que ele viu, o resultado previsto é... eu gasto 27 milhões. Nós já mostramos que ele não gasta 27 milhões, está gastando agora.

Para compensar e justificar que é viável, o governo está dizendo que vai assumir a taxa de acostagem. Olhem, deputados, aí é fácil. Essa taxa de acostagem, em 10 anos, paga o investimento previsto de 120 milhões de reais, ou seja, o empresário não vai precisar tirar nada do bolso dele, nós mesmos vamos pagar o investimento que estamos dizendo que a empresa tem que fazer na rodoviária.

Se o governo não tem condição de administrar uma rodoviária, ele não dá conta de administrar esta cidade com 3 milhões de habitantes.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Isso aqui é para escancarar, presidente, o porquê de nós sermos contrários a essa concessão da Rodoviária do Plano Piloto. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre deputado Max Maciel, V.Exa. cumpriu o seu tempo, 5 minutos exatos. Parabéns e muito obrigado pela compreensão.

Convido o nobre deputado Chico Vigilante para fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu acho que o debate aqui hoje vai até tarde, porque o assunto é grave. Nós não estamos falando de qualquer coisa.

Muitas vezes, eu votei favoravelmente a projetos do governo, mas hoje nós estamos falando de um governo – e eu queria que os deputados da base prestassem atenção – em que a saúde pública está caótica, com 36 mil pessoas na fila para fazer cirurgias dos mais variados tipos. Quanto ao transporte público, há ônibus, no caso da São José, caindo aos pedaços; e a Marechal diz que não tem dinheiro para comprar óleo *diesel*, mesmo tendo recebido milhões – pararam hoje porque dizem que não há óleo *diesel*. Nós estamos falando de um governo que gastou 360 milhões de reais – dinheiro repassado do governo federal – para fazer o túnel de Taguatinga, mas que não tem capacidade de administrar uma rodoviária.

Agora, presidente Wellington Luiz, V.Exa. que é um deputado de bom senso, o governo chega aqui e quer uma autorização nossa para repassar dos impostos que eu pago, que deveriam ir para a saúde, dos impostos que a dona Maria – que está assistindo a mim aí na TV Câmara Legislativa – paga, que deveriam ir para a segurança pública e para a educação, o governo vai pegar R\$11.700.000,00 para que as empresas de ônibus, que já recebem milhões, paguem o estacionamento. Para quem está assistindo, a chamada taxa de acostagem é o estacionamento dos ônibus na rodoviária.

O governo fez aqui, presidente Wellington Luiz, um entendimento, em que fala da liberação de futuras receitas para o Iprev, que é o Instituto de Previdência de milhares de servidores. Está dito lá que, se fosse se cobrar estacionamento, seria para o Iprev. Está lá na lei. O governo não modificou a lei, mas quer abocanhar do ponto principal, segundo o qual é possível efetivamente cobrar estacionamento, e passar para a iniciativa privada 12 milhões de reais que iriam para o Iprev. E onde fica a aposentadoria dos servidores? Vai se tirar de onde o dinheiro para pagar os servidores?

Para a senhora que está assistindo a mim, a gravidade de tudo isso é que de todo esse dinheiro, de toda essa dinheirama, deputado Wellington Luiz, que o governo está passando para a iniciativa privada, sem nenhum investimento por enquanto das empresas, ele vai receber 4,5%. Aí é capitalismo sem risco. Aí qualquer babaca pode ser empresário, porque não há risco. Não há risco nenhum.

Quando chegar lá na frente, botaram o dinheiro todo no bolso, não fizeram investimento nenhum na rodoviária; desarranjaram a vida das pessoas que estão ali; seu Joaquim, que passa lá e come um pastel hoje a R\$3,50 vai pagar R\$12,00; e aí, presidente, o governo vai dizer que a culpa foi da Câmara Legislativa. Ele não vai assumir que a culpa é dele, não, a culpa será dos deputados que votaram, ele dirá: “Eu enviei o projeto, mas eles que votaram”. E é verdade.

É por isso que eu faço um apelo a V.Exa., que é um deputado que não tem medo de cara feia, que não tem medo de ameaça de governo, até porque o governo passa, o deputado fica. É por isso que eu faço um apelo a V.Exa. para nós não votarmos esse projeto hoje. Como se diz na linguagem, ele não está maduro para ser votado. Há muito deputado constrangido e com medo de votar o projeto. A secretaria não passou as informações necessárias; ela não tem como passar, porque elas não existem. Estão inventando.

Portanto, eu faço esse apelo a V.Exa. O projeto está na pauta e V.Exa. é autoridade soberana no que tange à pauta. Deixe isso para nós discutirmos no próximo ano, trazendo toda a população para discutir. Digo a V.Exa.: se, lá na frente, me convencerem de que estão certos, eu até posso votar a favor. Contudo, hoje sou contra e peço a V.Exa. que retire o projeto da pauta. Se o governador ficar com raiva de V.Exa., vai ficar com raiva de 2, vai ficar com raiva de V.Exa. e de mim, e nós 2 vamos enfrentar isso.

Portanto, eu peço a V.Exa.: retire o projeto da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Quero registrar os meus agradecimentos ao nobre deputado Chico Vigilante, que tem uma posição muito firme, e nós a respeitamos, claro. Tudo será discutido, tudo será avaliado para que nós possamos tomar a decisão mais acertada. O deputado é o mais experiente que nós temos, com diversos mandatos, e tem um compromisso muito forte com a coisa pública. Há de se reconhecer isso publicamente, deputado.

Então, nós vamos avaliar, nós vamos conversar com cada um dos deputados. Se for da vontade dos deputados, nós votaremos. Se não for, não há problema em se discutir isso futuramente. Fica registrado o seu pedido.

Eu estive com V.Exa. na rodoviária e vi o carinho daquelas pessoas exatamente por saber que V.Exa. as defende e defende bem. Eles têm alguém que cuida deles. É claro que todos os deputados estão preocupados. O deputado Fábio Félix falou aqui sobre a questão dos camelôs, que muito me preocupa também. Há a questão dos permissionários. Essa questão do Iprev, que V.Exa. bem colocou, também precisa ser analisada – há pouco eu conversava, não lembro se era com deputado Thiago Manzoni ou com deputado Pastor Daniel de Castro, sobre isso. Tudo isso será devidamente analisado.

Mais uma vez, agradeço a V.Exa. pelo pronunciamento. A questão será devidamente discutida. Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao nobre deputado Daniel Donizet. (Pausa.)

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio, que pediu para exibir um quadro comparativo.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Presidente, há um quadro comparativo que vou mostrar.

Eu quero saudar todos. Fico muito feliz de ver a casa cheia com o povo do Distrito Federal. Sejam muito bem-vindos à casa de vocês! O povo tem lutado pela rodoviária, porque ela é nossa. Também há a luta de cada pessoa que sonhou, dos servidores públicos, como os ACS – que estão nessa luta –, os enfermeiros, o pessoal do socioeducativo, do Sindsasc, os professores e os nomeias.

Presidente, os fins não justificam os meios. Eu fico triste. Nós vamos fazer a discussão sobre a rodoviária, que precisa ser feita com muito respeito, mostrando que existe uma outra forma de fazer. Haverá um momento para isso. Gostaria que o projeto não fosse pautado hoje também, mas, se precisar, nós vamos enfrentar, com muita consciência, com dados. É importante que o Distrito Federal assista a essa plenária, porque o que fica aqui fica para a história. A concessão é de 20 anos, nosso mandato é de 4 e nós temos uma responsabilidade com o Distrito Federal. Deus vai nos cobrar algumas coisas. Quando muito é dado, muito é cobrado.

Eu gostaria de falar aqui sobre os nomeias. Pessoal, a LDO realmente pode ser derrubada, mas não é função da categoria só pressionar, ir às ruas – muitos estão fazendo isso –, é função desta casa, é função dos parlamentares. Inclusive, é nosso dever fiscalizar, cobrar. Quando pegamos um déficit gigantesco e não existe definição na Lei de Diretrizes Orçamentárias para não derrubá-lo, não temos autorização para executar. Primeiro, votamos a LDO – que foi votada aqui no meio do ano e, infelizmente, praticamente tudo foi vetado –, depois votamos a LOA, que vai realmente ser executada. Eu acho que, inclusive, isso é um gesto político do governo. Quando há um planejamento, já sabemos no que o governo está pensando. E eu acho que o nosso dever nesta casa é pensar no impacto social do que estamos fazendo aqui. Precisamos mandar esse recado político para o GDF, porque sem servidor público não há como melhorar a saúde, por exemplo, que está um caos, ou a educação e a segurança.

Eu trouxe uns dados para entendermos um pouquinho.

(Apresentação de projeção simultânea à fala da oradora.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – O número em vermelho representa o déficit de cargos – o número de cargos vagos – segundo o Portal da Transparência da Secretaria de Saúde. Se houvesse trazido os dados do Coren, o cenário seria pior, o déficit seria maior. Então, há o déficit de 824 enfermeiros, e fizemos emenda para nomear 1.500 enfermeiros. A emenda foi vetada.

Eu queria que ficasse bem registrado o déficit de técnicos em enfermagem. Olhem o caos. Estão faltando 5.834 técnicos na rede! Como se faz saúde com esse déficit de técnicos em enfermagem? É impossível! Falam que vão aumentar a TPD. Obrigada, mas eu não quero TPD! Eu quero dignidade para trabalhar! (Palmas.) O TPD já foi uma precarização.

Há problemas. O déficit de dentistas – também fizemos emenda para nomeação de dentistas – é de quase 700; especialistas, 950. Fizemos emenda para nomeação de médicos também.

Faltam 831 agentes de vigilância, e o número de casos de dengue está aumentando! Estamos perdendo pessoas por dengue, no Distrito Federal! Só nesta semana, foram 3 mortes! Uma colega nossa acabou de falecer! Isso é sério! Depois, vêm falar que priorizam a atenção primária? Priorizam a atenção primária sem dar a gratificação pela qual os agentes de vigilância e os agentes comunitários de saúde lutam há anos! (Pausa.)

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Por gentileza, solicito a exibição do quadro comparativo da deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Presidente, eu gostaria que a contagem do meu tempo fosse interrompida porque preciso mostrar esses dados.

Sei que não conseguimos acordo ontem, no Colégio de Líderes, para a matéria ser votada hoje, mas sinalizamos para ela ser votada amanhã. Presidente, essa é uma sinalização política desta casa. Não podemos encerrar o ano sem derrubar esse veto. Esse é um compromisso que nós temos. É um gesto político que o governo deve ter para mostrar que realmente valoriza os servidores.

Estão faltando quase 2.400 agentes comunitários de saúde. A carreira de gestão de assistência pública é uma muito abandonada – são os Gaps. O concurso dessa categoria foi suspenso quando se contingenciou. É uma carreira que trabalha na área meio. Muitas vezes, não conseguimos executar emendas e projetos lá no PO 700 por falta de servidores.

Também fizemos emendas para a reestruturação de algumas carreiras. Fizemos emenda para a reestruturação da carreira dos enfermeiros, porque eles ainda têm, sim, o sonho de ganhar dignamente e ter equiparação com os outros profissionais de nível superior. Os técnicos em enfermagem ficaram a ver navios, porque a mudança que houve na reestruturação foi de nomenclatura. Eles não tiveram aumento!

Presidente, estamos lutando pela gratificação dos agentes comunitários. Não aceito que terminemos o ano sem uma sinalização do governo. Existe uma representação no Tribunal de Contas que será votada amanhã no plenário. É uma questão de justiça com os agentes comunitários de saúde.

Então, estamos lutando e não queremos que vocês, os nomeias, desistam. Amanhã, venham com mais força e com mais gente, porque a Câmara Legislativa e o governo precisam ser pressionados. Precisamos derrubar o veto, agora, neste ano!

O meu nome é nomeia, e vou lutar pela nomeação! Vamos até o fim e vamos conseguir derrubar o veto agora, neste ano.

Obrigada, pessoal. Estamos juntos! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, saúdo os trabalhadores e servidores públicos que estão esperando as suas nomeações, o pessoal que é contra a privatização da rodoviária e está se manifestando há muito tempo e todas as categorias presentes.

Quero dizer aos parlamentares que eu estava lendo agora que exatamente no dia 12 de dezembro de 1960 foi inaugurada a Rodoviária do Plano Piloto. E, hoje, dia 12 de dezembro de 2023 – portanto, 63 anos depois –, esta casa pode dar uma autorização ao Governo do Distrito Federal para privatizar uma das áreas mais importantes da história da nossa cidade, que fica exatamente no marco zero, no cruzamento entre os eixos Norte e Sul. Então, a rodoviária é o coração do Distrito Federal.

Presidente, sou contra essa privatização. Já me manifestei, já conversei com muitos secretários do Governo do Distrito Federal, com muitos parlamentares. Não sei por que a pressa em privatizar a Rodoviária do Plano Piloto sendo que ela é um instrumento do povo do Distrito Federal, ela tem um marco histórico, ela representa muita coisa das nossas próprias histórias. Quando eu era moleque, eu ia à rodoviária e eu achava aquele lugar o máximo, todos nós aqui.

Eu queria fazer um apelo também, assim como o deputado Chico Vigilante fez, para que não votássemos esse projeto hoje.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO RICARDO VALE – Que não o votássemos enquanto não soubermos o que vai ser feito com os permissionários que estão lá há 63 anos. O que será feito com os ambulantes? Como será essa taxa de acostagem? Esse imposto vai ficar para os brasilienses pagarem? Haverá mais impostos, mais tarifa técnica?

Há uma série de dúvidas colocadas. Acho extremamente desumano aprovarmos um projeto desse sem termos a certeza do que vai acontecer com os permissionários e, principalmente, com os ambulantes, porque são trabalhadores e trabalhadoras que estão ali há anos, criando as suas famílias, sustentando as suas famílias por meio daqueles empregos. O que vai ser feito com esse pessoal? Isso não está claro, isso não está no projeto. Se esta casa e a maioria dos deputados entendem que a rodoviária precisa ser privatizada, vamos resolver primeiro a situação dos permissionários e dos ambulantes.

Eu não sou contra PPP, eu não sou contra; mas eu preciso saber o que vai ser feito com essas pessoas. Não há como darmos um atestado em branco para o governo e, daqui a pouco, essas famílias estarem na rua, presidente. Não é justo! Não é justo! Não é justo a câmara fazer isso com esses permissionários, com essas famílias e com esses ambulantes!

Portanto, eu queria reforçar o apelo e pedir aos nobres pares, aos deputados – eu sei que todos aqui têm sensibilidade, todos estão preocupados –, que ganhemos tempo e votemos esse projeto no ano que vem, depois que estiverem resolvidas uma série de questões, uma série de dúvidas, que muitos, assim como eu, têm.

Muito obrigado, senhor presidente.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale, pelo pronunciamento, pela defesa do seu entendimento.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhor presidente, mais uma vez.

Senhor presidente, eu subo a esta tribuna agora para fazer 2 pedidos. O primeiro é para reforçar o pedido da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores para que retiremos da Ordem do Dia o projeto que tenta vender a rodoviária.

Nós não temos nenhuma condição de votá-lo hoje e nem este ano pelos atropelos que nós vimos nesta casa. Digo quais são: na CCJ, na semana passada. Na reunião da CAF, a Comissão de Assuntos Fundiários, que nós votamos vender a rodoviária, senhor presidente, em uma reunião remota, que não teve o menor amparo regimental, ilegal! Nós não podemos permitir isso.

Eu quero reforçar o pedido que foi negado: que o projeto possa tramitar na Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Qual foi o argumento? Trata-se da Rodoviária do Plano Piloto, de Brasília, patrimônio desta cidade. O Regimento Interno desta casa diz: qualquer assunto sobre patrimônio é assunto da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Precisamos discutir a questão do patrimônio histórico. Nós estamos vendendo a principal obra assinada por Lúcio Costa, que foi tombada. Não dá. Não dá para votar sem fazer esse amplo debate.

Eu quero reforçar este pedido: retirar da pauta de hoje a venda da rodoviária.

E o segundo pedido, senhor presidente – eu quero não só parabenizar, mas também trazer dados que a minha querida amiga deputada Dayse Amarílio já os trouxe –, é que incluamos na pauta desta semana a derrubada dos vetos do governador Ibaneis ao anexo IV da LDO, que tratam das nomeações dos servidores. Hoje, nós estamos vivendo uma situação grave.

Senhor presidente, eu vou trazer aqui os dados do Portal da Transparência. Hoje, há 14.844 cargos vagos de professores. O acordo da greve era a nomeação imediata. Onde estão as nomeações? São 2.500 cargos vagos de professor de nível superior, são mais de 8 mil cargos vagos da PPGE, mais de 300 de monitores, mais de 170 cargos vagos de pedagogos e de orientador educacional. É preciso derrubar isso, porque a LDO do governo não garante nomeação para o ano que vem.

Na saúde, a deputada Dayse Amarílio nos trouxe a informação de que são quase 5 mil cargos vagos de médicos, 647 de cirurgiões dentistas, 824 de enfermeiros, 5.800 de técnico em enfermagem, Avas, ACS, a carreira Gaps.

Faltam servidores na cultura; na orquestra sinfônica; na assistência social; no controle e na fiscalização do meio ambiente; na carreira PPGG, que é importante para dar seguimento e celeridade às políticas públicas, sua execução, a viabilidade de emendas, fiscalização, são mais de 6.500 cargos vagos. Hoje, a Seagri funciona com apenas 13% do corpo de funcionários.

Essa é a realidade do governo. O governador passou 4 anos sem nomear ninguém e agora vem aqui dizer que, no ano que vem, haverá mesa de negociação. Como haverá mesa de negociação sem previsão na LDO?

Então, senhor presidente, peço a V.Exa. que, hoje ou amanhã, coloquemos em discussão e votação os vetos do anexo IV da LDO, para que possamos sair daqui com um recado desta Câmara Legislativa. Os servidores passaram o ano inteiro vindo aqui, conversando com cada deputado, com cada bloco, pedindo a ajuda desta casa. Reconheço o papel da presidência nesse processo. V.Exa. negociou com todo mundo, escutou, dialogou, cobrou do governo. Esta casa não pode encerrar seus trabalhos sem mais esse gesto para os servidores públicos. Vamos votar e derrubar os vetos ao anexo IV da LDO, para que possamos iniciar o ano que vem com a certeza de que haverá diálogo e negociação!

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Para concluir.

Sem isso é enganar os servidores, é dizer que se vai negociar no ano que vem, mas não há nenhum gesto de que há espaço para negociação.

Faço aqui estes 2 pedidos: retirar da pauta a venda da rodoviária e colocar na pauta a derrubada dos vetos ao anexo IV da LDO.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Agradeço ao deputado Gabriel Magno e o parabeno pelo pronunciamento e pela defesa dessa causa. Tudo será amplamente discutido aqui, entre os parlamentares, para que possamos chegar à melhor decisão.

Concedo a palavra à deputada Doutora Jane. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quando nós temos acordo nesta casa, os debates, as discussões, os processos são conduzidos para que haja um diálogo, eu retiro a minha fala e fazemos o acordo; mas, quando as coisas são pautadas a partir do atropelo – e isso acontece, às vezes, não por causa de V.Exa., no trâmite legislativo, mas do ponto de vista político... A condução da privatização da rodoviária é um atropelo político para o Distrito Federal. Por isso, hoje, o nosso papel é batalhar contra essa privatização.

Muitos podem não entender, porque é um termo novo para nós: o que é a taxa de acostagem? As empresas de ônibus, hoje, praticamente não pagam a taxa de acostagem para utilizar a Rodoviária do Plano Piloto. Para trazer viabilidade para a concessionária que vai assumir o serviço, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, vai criar uma taxa de acostagem no valor de 11 milhões de reais, que o próprio GDF vai passar diretamente para a concessionária que for administrar a rodoviária. É um presente de 11 milhões de reais para a concessionária! Mas não existe almoço grátis no orçamento público. Alguém vai pagar a conta desse presente de 11 milhões de reais! E quem vai pagar a conta é a população do DF. Quem vai pagar essa conta é o povo, e sabe como?

Existem duas formas de se pagar essa conta: a primeira é colocando na tarifa técnica, no cálculo daquilo que já é o custo geral do transporte público do DF. Essa é a primeira forma. Pode ficar por aí. A segunda forma é transferindo o custo para a tarifa usuário, ou seja, diretamente, todo dia, acessando o ônibus, a população vai pagar mais caro com a privatização da rodoviária. Esse é o debate que está colocado aqui.

O segundo debate, que eu já citei e será citado muitas vezes, para a população entender, é que, na concessão-privatização da rodoviária, estão incluídas 2.900 vagas. As vagas da plataforma superior da rodoviária e todas as vagas da plataforma inferior do Conjunto Nacional e do Conic estão incluídas nesse processo. A população vai começar a pagar estacionamento na área central.

Há uma tentativa de se privatizar o centro de Brasília, a área central do Distrito Federal, sem se discutir uma série de temas fundamentais. Um deles, presidente, é a questão social. Todo mundo sabe, deputado Joaquim Roriz Neto, que, nas áreas centrais das grandes cidades, nós temos um problema de

vulnerabilidade social. Há a população em situação de rua, a população que está desempregada, ou seja, uma série de questões sociais que não desaparecem. O governo pode transferir as questões, mas elas não desaparecem. A privatização é uma forma de elitizar, é uma forma de higienizar sem fazer o debate com a sociedade. O que deve haver na rodoviária é um choque de política pública.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O que deve haver na rodoviária são aparelhos públicos para atender à população em situação de vulnerabilidade. O que deve haver na rodoviária é respeito aos permissionários e ambulantes. O que deve haver na rodoviária é uma boa gestão pública. Quando o governo quer, é possível fazer uma boa gestão pública!

E mais, deputados: eu gostaria que os deputados e as deputadas que estão aqui, hoje, pensassem na conformação, no desenho desse projeto. Não podemos votar um projeto dessa envergadura e desse impacto sem fazer a discussão. Isso é muito grave! Estamos falando de um projeto que tem 4 artigos. É um cheque em branco para o governador! Nós nem estamos tratando das condições da concessão! Estamos terceirizando o nosso papel com a concessão da rodoviária. É inaceitável!

Eu gostaria de pedir ao presidente desta casa que, antes de iniciar a Ordem do Dia, antes de iniciar a votação dessa matéria, que faça uma nova consulta aos líderes, porque os dados...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Os dados, presidente, só chegaram no sábado.

Vamos consultar os líderes. Eu espero que os líderes dos blocos possam se posicionar hoje pela retirada dessa pauta. Vamos voltar a essa discussão de forma tranquila, debatendo com a população a partir de fevereiro de 2024.

Então, o meu apelo, hoje, é que os líderes desta casa, de forma autônoma, independentes como são, porque não devem ser... Isso aqui não tem que ser puxadinho do GDF!

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Isso aqui não é puxadinho do gabinete do governador!

Peço ao presidente que consulte os líderes na hora da votação da matéria, para sabermos se ela ficará realmente em pauta, para retirarmos essa matéria de pauta e voltar ao debate no ano que vem.

Obrigado, presidente.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre deputado Fábio Félix. Agradeço a apresentação do posicionamento de V.Exa.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Iolando.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, deputado Wellington Luiz, e demais deputados desta casa, eu já estive agora há pouco fazendo um discurso com relação à nossa causa. Quero agora, presidente, fazer uma apresentação de algo que tem sido muito importante para o Distrito Federal.

Foi feita uma concessão de uso no Distrito Federal pelo governador Ibaneis de algo jamais visto na história do Distrito Federal. Há um equipamento público, que é o nosso estádio Mané Garrincha, que foi feito nas gestões anteriores, com um total de mais de R\$2.800.000.000,00 – um dos estádios mais caros do mundo. Ele foi palco de diversas matérias que denegriram a imagem do Distrito Federal, que realmente envergonharam quem estava na gestão à época em que esse estádio foi construído.

Nós não temos a tradição do futebol no Distrito Federal, mas foi construído, pelo governo da esquerda, na gestão do governador Agnelo, um dos monumentos mais caros do mundo. Nós sentimos uma tristeza muito grande, porque o Brasil e Brasília foram palco de desonra para vários países e o país inteiro ficou sabendo que nós temos o maior e mais caro estádio do mundo. Isso, para nós, foi motivo de vergonha.

Depois assumiu o governador Ibaneis, um advogado renomado e empresário de alto nível, que

abriu mão do seu salário para doar às instituições. Ele resolveu fazer uma mudança no Distrito Federal e falou: “Eu farei uma concessão de uso por 20 anos do estádio e do complexo Mané Garrincha – ginásio Cláudio Coutinho, o centro gastronômico Mané – para poder movimentar a economia do Distrito Federal”. Muitos questionaram essa posição do governador Ibaneis e falaram que ele era louco e que estava iniciando uma concessão no Distrito Federal. Muitos foram contra, mas o governador foi peitudo como sempre, sábio e inteligente e decidiu fazer essa concessão.

Há um monumento, presidente...

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO IOLANDO – Presidente, solicito o direito à fala, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Pessoal, peço, com todo o respeito, que, enquanto o deputado estiver falando, garantamos o direito à fala dele. Depois, vocês podem vaiar à vontade. É o posicionamento de vocês, é a casa do povo. Porém, enquanto o deputado estiver falando, deixem que S.Exa. fale. O deputado não é obrigado a pensar igual a nós. Vocês podem ficar à vontade após a fala do deputado para vaiarem ou aplaudirem, do jeito que vocês quiserem. Muito obrigado.

Deputado Iolando, pode continuar.

DEPUTADO IOLANDO – Obrigado, presidente. Obrigado, galeria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu vou repetir: enquanto o deputado estiver falando, nós vamos respeitá-lo. Quanto à questão da retirada do projeto de pauta, nós vamos decidir isso depois. Mas, enquanto o deputado estiver falando, eu gostaria que respeitassem a fala dele.

Muito obrigado.

DEPUTADO IOLANDO – Presidente, peço que reconsidere o meu tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ele será reconsiderado, deputado.

DEPUTADO IOLANDO – Obrigado, deputado.

Então, o governador Ibaneis teve a iniciativa de criar dentro do Distrito Federal a primeira concessão de uso para que esses setores de diversão do Distrito Federal fossem utilizados, uma vez que Brasília não tinha a tradição de fazer jogos. Nós não temos times de futebol que tenham participação em campeonatos nacionais e internacionais. Esse monumento ia virar um elefante branco – um dos mais caros do mundo. Porém, o governador Ibaneis sabiamente fez uma concessão.

E, pasmem vocês, o Distrito Federal, o estádio Mané Garrincha e o complexo hoje são rotas internacionais de atividades culturais e desportivas das mais diversas. Passem vocês: o governo, somente em 2022, recebeu um lucro de mais de 1 bilhão de reais só de receita. Há movimentação de hotéis, uso de aplicativos, restaurantes, movimentação comercial em todo o Distrito Federal com os eventos acontecidos.

Neste ano, que foi o recordista de atividades, o governo arrecadou R\$1.700.000.000,00 de movimentações comerciais financeiras do Distrito Federal. Isso quer dizer que o monumento elefante branco, que outrora estava desprezado por outros governos, hoje está dando lucro para o Distrito Federal.

Com a concessão, que estão falando que é privatização, também não será diferente. Há proposta de investimento de mais alto nível no Distrito Federal. Nós vamos ver para crer que irá acontecer na Rodoviária de Brasília. Nós teremos uma das mais qualificadas e melhoradas rodoviárias do país. Melhorará para os comerciantes também.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Novamente vou pedir para garantirem a palavra do deputado, senão eu vou tomar providência. Eu não estou impedindo ninguém de se manifestar, mas, enquanto o deputado estiver falando, eu gostaria que respeitassem. Da mesma forma que vocês bateram palma para uns, podem vaiar os outros, não há problema, mas têm de garantir a palavra do deputado. Depois vocês fiquem à vontade.

DEPUTADO IOLANDO – Presidente, eu acredito que esta casa tem bastante responsabilidade – bastante responsabilidade!

Um deputado que me antecedeu nesta tribuna fez uma acusação muito séria. Ele disse que ouviu nos corredores desta casa que deputados estavam nessa negociação da concessão da nossa rodoviária. É algo absurdo, que está nos anais da casa, que está gravado. Isso é perigoso, é

prevaricação. Se um parlamentar sabe que está acontecendo isso – e ele colocou em jogo a honra de todos os parlamentares desta casa –, ele tem de provar. Isso é errado. Não coloque a nossa honra em jogo, porque nós estamos aqui fazendo um trabalho de honra para o Distrito Federal. Nós fomos eleitos com o mesmo poder de voto como qualquer outro deputado. Nós temos a responsabilidade de cuidar da parte legislativa, mas nós temos o poder de fiscalizar o Estado e o governo. Nós não aceitamos que o governo planeje fazer nenhum tipo de falcatrua, o que não é ofício desse governo. Agora, vir um deputado aqui e dizer que algum deputado está envolvido nas negociações é mentira. Isso é crime e ele pode ser responsabilizado por essa fala.

Presidente, eu acredito que esta casa tenha analisado isso. Chamamos o secretário de mobilidade aqui várias vezes, ele apresentou as propostas. Eu sei que há permissionários que estão sendo saqueados, explorados pelos verdadeiros donos daquelas áreas. Nós queremos que eles agora tenham o direito de poder participar da licitação com legitimidade da posição que eles ocupam hoje.

Então, presidente, nós vamos trabalhar para que o Distrito Federal melhore e que aquele local da rodoviária seja um local de honra. Como nós temos quase 1 milhão de movimento diário, que as pessoas ali, com dignidade, tenham um trabalho que possam apresentar para todo o Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, deputado Iolando.

Depois da fala do deputado, vocês fiquem à vontade para vaiarem, aplaudirem. Faz parte. Está bom? Agradeço.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, obrigado. A título de informação é importante, para balizar a informação...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Só um minuto que o deputado Max Maciel está com a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL – ... que o deputado Iolando trouxe, vou trazer aqui todos os dados.

A concessão do Arena BRB, hoje, para estacionar custa 30 reais. O ingresso mais barato vai de 250 a 1 mil reais, e recebe do BRB 2 milhões e 500 mil por ano. Esse é o custo do Arena BRB. Então não dá para dizer que é vantajoso, porque pobre não entra mais no Arena BRB.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Concedo a palavra ao Deputado João Cardoso. (Pausa.)

Concedo a palavra à deputada Jaqueline Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto. (Pausa.)

Olha só, podem vaiar, mas, se alguém chamar algum deputado de ladrão, primeiro, vai ter que provar e já vai ter que começar a depor aqui na Polícia Legislativa. O desrespeito ao deputado eu não vou tolerar aqui, não. Não interessa!

Olha, a segurança já vai ali no cabeludo! Não quero saber desse desrespeito aqui! Não vou tolerar! Se você chamar um deputado de ladrão, então você prove que ele está roubando! Não interessa!

Então, eu já peço para a segurança se aproximar dele. Imediatamente. É isso aí. Não vamos admitir desrespeito! Vocês me conhecem! De onde vocês vieram eu vim também. Então, uma coisa que eu não tenho é medo! Então, está certo.

Então, respeito tudo bem. Não teve respeito, pode sair. Então, já fica bem claro como é que o jogo aqui funciona. Pode vaiar, fazer o que quiser. Protestar. Agora, agredir o deputado aqui, não. Enquanto estiver sob a minha presidência, não. E assim será com todos.

Muito obrigado pela compreensão. Agradeço o carinho também.

Concedo a palavra ao deputado Martins Machado. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde, deputados, deputadas, galeria.

Todos nós estamos ansiosos para vocês serem nomeados. O nosso apoio é incondicional. Parabéns à Defensoria Pública que está aqui. Cumprimento o pessoal que democraticamente também está manifestando, os camelôs da rodoviária.

Eu gosto muito do perfil do presidente quando ele protege a casa. Não pode alguém da galeria virar para cá e chamar um deputado de vagabundo, de ladrão ou “que está no bolso do Ibaneis”. Aqui não há ninguém no bolso do Ibaneis e, se estiver, procurem ali o Ministério Público e denunciem.

Assim como um deputado vir aqui e generalizar, falar que ouviu no corredor da casa que já sabe que quem vai ganhar é uma empresa de deputado. Se esse deputado não for ao Ministério Público e denunciar, ele estará prevaricando, porque se ele já sabe que é uma empresa de deputado. Isso é muito grave.

E outro detalhe: gente, pelo amor de Deus, não vamos achar que o povo é burro, não. A esquerda criou uma narrativa, presidente. A narrativa é privatização. Mentira. Não é privatização. Não é privatização!

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu peço que depois vocês falem.

Privatização transfere a dominialidade para o particular, para a iniciativa privada. Concessão é diferente. Concessão: obrigação de fazer os investimentos e, pós fim da concessão, a dominialidade volta para o Estado.

É engraçado que vêm pessoas aqui fazer um discurso para vender uma narrativa para fora, mas não falam a verdade. Não falam dos investimentos e não falam da economia que o governo vai ter. Estão previstos 60 milhões de reais para investir na rodoviária. Já partimos daí, de que o governo não vai precisar mais investir. Ele vai deixar de gastar 19 milhões por ano. Multipliquem isso por 20 anos e vocês vão ver a economia que é. E mais: deverá ser feito um aporte de 120 milhões de reais durante a concessão.

Nós temos que ser sinceros nesta casa e, com todo o respeito, vir aqui com um panfletinho que traz o preço que é praticado na rodoviária pública e o preço que é praticado na rodoviária privada, e comparar a rodoviária privada com o preço de aeroporto, é brincar com a nossa inteligência. Isso é brincar com a nossa inteligência de parlamentar e brincar com a inteligência do povo.

Eu fui lá, hoje, à rodoviária. Quase todas as escadas rolantes estão paradas. Eu entrei no banheiro. Nós temos que entrar com o dedo do nariz. E não venham dizer que isso é neste governo, não. Isso acontece há 50 anos.

Eu fui empacotador do Jumbo, deputado Jorge Vianna, quando havia Jumbo no Conjunto Nacional. Eu frequentei por quase toda a minha vida a rodoviária. Nunca ninguém conseguiu resolver aquele problema.

Sejamos honestos para discutir. O que eu estou dialogando com o governo, presidente, é que eu acho que se deve pensar na categoria dos ambulantes. Não podemos, deputado Roosevelt, tirá-los de lá de qualquer jeito e deixar o pai de família desamparado, porque, às vezes, aquele pode ser o único emprego dele.

Eu sei que o governo tem essa sensibilidade. Estou falando com o líder do governo sobre isso. Eu falei com o Maurício agorinha, e o Maurício está conversando com o governo.

Agora, não venham jogar. Se vocês querem fazer palanque – deixem-me falar –, palanque nós também vamos fazer. Nós somos base, nós temos responsabilidade. Aqui não há nenhum deputado irresponsável. Se algum assim o fosse, não estaria nesta casa. Não queiram jogar a população contra a base do governo na casa, porque nós não estamos aqui fazendo negociata, não. Nós não viemos aqui para isso. Nós viemos aqui para defender o direito do cidadão, e o cidadão clama por isso.

Eu posso falar, porque eu conversei com muitas e muitas pessoas. Elas não aguentam mais aquela rodoviária. Elas querem aquilo ali transformado, elas querem um lugar de dignidade. Passam 600 mil, 700 mil pessoas por dia na rodoviária. Perguntem se elas não querem dignidade ali. Não há um banheiro que preste, não há um elevador que preste, não há uma escada rolante que preste. Agora, o que tem que acabar é a terceirização, a quarteirização – aqueles que ocuparam o lugar quando pegaram a permissão, mas, depois, venderam para segundos, para terceiros. Aí é outra coisa.

A rodoviária precisa ser uma rodoviária digna. Nós estamos, senhores, na capital do Brasil. Não estamos falando de qualquer cidade, nós estamos falando de Brasília, a capital do Brasil. A rodoviária tem que ser orgulho para o povo brasileiro, mas também para o povo do Brasil.

Eu estava lendo esse panfleto que o deputado trouxe. Com todo o respeito, isso não representa a verdade. Um pastel vai custar, segundo o panfleto, 12 reais. Ninguém vai comer pastel de 12 reais na rodoviária! Por esse preço, quem tiver comércio lá vai falir. É simples, basta sair da rodoviária e comer pastel noutro lugar. Pastel, nem nas melhores pastelarias que eu conheço, custa 12 reais. Então, sejamos sinceros. Não brinquemos com a inteligência do povo.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre deputado Pastor Daniel de Castro.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu acho muito preocupante também fazermos acusações em relação aos permissionários agora. Eu não sei como isso funciona na rodoviária, mas eu acho que é uma tentativa de criminalizar um setor que trabalha ali há 30, 40, 50 anos.

Eu acho ruim colocarem como se a concessão fosse resolver o problema do permissionário. Eles são trabalhadores também. Não dá para criminalizar os permissionários, dizer que agora eles terceirizam, quarteirizam. Se fazem isso, há que se investigar, fazer a denúncia na Polícia Civil, senão o deputado também vai estar prevaricando. Se S.Exa. tem notícia, sabe de algo, ele tem que fazer a denúncia. Acho ruim agora nós utilizarmos esse tipo de argumento como se os permissionários fossem o erro. Não! Nós estamos fazendo uma discussão global sobre a rodoviária.

Eu queria fazer esse registro só porque nós temos conversado muito com os permissionários. V.Exa. esteve lá com o deputado Chico Vigilante e conhece as histórias. Nós temos que respeitar a história de quem se dedica tanto a esta cidade.

Era esse desagravo que eu queria fazer aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix. Nós temos olhado a questão dos permissionários de uma forma muito atenta. Eu e o deputado Chico Vigilante estivemos lá, eles estiveram aqui. Esse é um cuidado que temos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu vou passar para o deputado Chico Vigilante, deputado Pastor Daniel de Castro, depois eu lhe devolvo a palavra, claro, V.Exa. terá direito de resposta, bem com o deputado Gabriel Magno também.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu acho que o deputado Pastor Daniel de Castro não leu e não sabe a origem do panfleto. Portanto, eu preciso dizer para V.Exa. que isso aqui não é mentira, não. Isso aqui é um quadro comparativo entre o preço que é praticado hoje na rodoviária pública e o preço que é praticado na rodoviária privada. É isso.

Se V.Exa. quiser, podemos sair daqui agora e ir à rodoviária pública tomar um café e depois ir à rodoviária privada. A rodoviária privada é diferente dessa rodoviária pública porque a privada eles construíram. Construíram. Portanto, o panfleto é absolutamente verdadeiro.

Quanto à questão de permissionário, deputado, há uma lei que regulamenta a permanência deles ali. E a lei é clara ao dizer que a permissão não pode ser passada para outras pessoas que não o proprietário. Essa lei foi aprovada nesta casa. Tentaram dizer que ela era inconstitucional, mas a constitucionalidade dela foi sustentada no Supremo. Portanto, se há alguém que alugou o ponto e vendeu para outro, o governo é culpado, porque não tomou o ponto de volta – deveria tê-lo tomado imediatamente, porque cabe ao governo cumprir a lei. É disso que se está falando, senhor deputado. E, quanto ao panfleto, ele é absolutamente verdadeiro.

Portanto, eu acho, senhor presidente, que a melhor coisa neste momento é retirar o projeto da pauta. Retire-o da pauta, não há por que esse projeto continuar se está cheio de dúvidas e de

incertezas.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, não quero polemizar, mas o deputado pegar a minha fala, entender do jeito que ele quer e vir falar do jeito que ele quiser é brincar com a minha sabedoria, com o meu conhecimento. Ele sabe o que eu falei. Eu acho que o deputado é que precisava justificar e dizer aqui qual é o deputado que vai ganhar a licitação. Foi o que ele falou, e está escrito nos anais.

Quanto à questão de terceirização e quarteirização, não estou acusando empresário, não, deputado Fábio Félix. Vá lá e pergunte. Vá lá para ver se todos que estão lá são os originários. É só ir lá. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu vou reforçar minha fala, porque surgiu um argumento do nada, de última hora, para tentar criminalizar trabalhadores. É preciso que a base respeite quem está lá há muitos anos. É como o deputado Chico Vigilante falou: se há alguém irregular, fiscalize; isso é papel do governo. Porém, não dá para vir aqui e justificar a venda da rodoviária tentando criminalizar quem está trabalhando. Não dá!

Os argumentos, senhor presidente, não se sustentam. Há parlamentar que gosta de comer pastel só na época da eleição e talvez por isso esteja por fora da realidade do mercado e dos preços. Se alguém abrir agora o iFood e pedir um pastel nas lojas aqui do Plano Piloto, vai ver que o mais barato são 16 reais. Então, o panfleto é verdadeiro. Mas, como há gente que só come pastel na hora da eleição – e nem compra o pastel, porque é alguém que compra para ele e depois ele o joga na lata do lixo –, aí, realmente, não sabe o preço que está sendo praticado para vender pastel nesta cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Continuam os Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, quero primeiramente pedir que Deus nos abençoe. Cumprimento todos os trabalhadores e trabalhadoras que fazem que o Distrito Federal tenha cada vez mais emprego e dignidade.

A rodoviária tem uma característica extremamente importante para o Distrito Federal. É aonde as pessoas chegam, é onde as pessoas são acolhidas. Ali as pessoas podem se alimentar por 13 reais. Como estão falando, há pão de queijo por R\$3,50, por R\$1,50.

Todos aqui – todos – defendem uma segurança melhor, uma limpeza melhor, uma boa gestão do banheiro público. A nossa dificuldade em votar essa PPP, eu já disse isso aqui, é ela não estar transparente. É simples assim! Não estão transparentes os números. Ali há equipamentos públicos, como o Na Hora, a TCB.

Agora, estão vendendo para a sociedade que o Distrito Federal não vai ter despesa, e isso não é verdade. Nós vamos começar a pagar por isso, e os parlamentares estão votando isso. Brasília vai entregar estacionamentos, vai entregar o coração do Distrito Federal, para pagarmos a alguém para administrar e para retirar esses trabalhadores da rodoviária. É muito sério o que está acontecendo. Nós não estamos falando só de pessoas que são permissionárias e ambulantes, mas também de pais e mães de família. É por isso que precisamos fazer que esse parlamento estude essa situação.

Eu quero saber qual deputado pode me trazer números e dizer: “O GDF não terá que pagar nada”. Isso não é verdade. O GDF ainda vai ter que pagar para alguém administrar. Isso não está claro, além de haver a questão de tirar a segurança desses trabalhadores que se dedicam 30 anos, 40 anos de sua vida ao lugar e que ainda têm filhos; que geram empregos; que pagam impostos. Podem acontecer 1.800 demissões.

Eu peço, mais uma vez, encarecidamente, aos parlamentares...

Quanto a esse tema, muitos falam que já faz 2 anos, mas esta legislatura não tem esse tempo. Essa matéria foi colocada recentemente, e é isto que temos de levar em conta: os parlamentares que estão aqui agora. Quanto àquilo com que os outros parlamentares se comprometeram, isso é problema deles. Eu não me comprometi com isso.

Então, mais uma vez, quero pedir aos parlamentares, encarecidamente, que tenham sensibilidade com esses trabalhadores – mães e pais de família, avós – e que retiremos esse projeto de pauta.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Retiremos esse projeto de pauta!

Brasília não merece que esse projeto seja votado, principalmente em um momento tão importante para todos nós: Natal e Ano Novo. Não podemos aceitar essa situação com uma série de pessoas que não conseguem dormir há muito tempo. Agora, nós não podemos dar essa resposta.

Que os parlamentares tenham sensibilidade diante disso. Nós estamos falando de pessoas que ficarão desempregadas, de pessoas que estão inseguras. A rodoviária vai perder a sua maior característica, que é a de acolhimento e de coração do Distrito Federal.

Contem conosco para defendermos a nossa rodoviária – um local democrático que deve abraçar todos. Nós não vamos aceitar que os equipamentos públicos que ali existem, como o Na Hora e o BRB, que podem, sim, gerar mais empregos e trazer o empreendedorismo, venham a pagar o absurdo que estão querendo cobrar dos nossos permissionários, o que também é forma camuflada de retirá-los de lá daqui a algum tempo. Eles querem vender esses espaços para as grandes empresas. Então, contem conosco.

Senhor presidente, solicito a V.Exa. que retire esse projeto de pauta.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhoras e senhores parlamentares e galeria.

Senhor presidente, eu ouvi os deputados da oposição dizerem que o governador não dá conta nem de administrar a rodoviária. Não dá, não.

Vamos recapitular um pouco. Não é preciso muito, não. Entrem no Google. Vamos ver como era a época do governador Agnelo, que era do PT. A rodoviária era motivo de notícias, pois não estava funcionando; ela era motivo de várias reportagens.

Não vamos falar do Agnelo, não. Vamos falar mais atrás, do governo Cristovam. As matérias que saíam na imprensa eram sobre a rodoviária ineficiente, sobre a escada rolante que não funcionava.

Vamos mais atrás, no governo Roriz, do avô do meu amigo deputado Joaquim Roriz Neto. Vão lá no Google. Deem um google lá. “Rodoviária não funciona.” “Rodoviária é um lixo.”

Então, todos os governadores foram incompetentes. Nenhum deu conta de administrar a rodoviária. Que vergonha, deputado Fábio Félix. Todos os governadores – do PT, do MDB, de não sei que partido – foram incompetentes. Ninguém conseguiu administrar a rodoviária. Que vergonha.

Agora V.Exa. vem dizer que o governador Ibaneis não dá conta de administrar a rodoviária? Espere aí. Isso mostra que esse sistema atual está falido. Então, vamos mudar, vamos renovar, vamos fazer alguma coisa diferente. (Vaias.)

Podem vaiar. Não tenho medo de vaia, não. (Vaias.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Hermeto.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, nós temos aqui na Câmara Legislativa, hoje, o projeto de lei que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, bem como estabelece o processo administrativo para apuração

dessas infrações. Esse projeto de lei foi estudado durante 2 anos por todo o corpo técnico dos auditores fiscais de atividades urbanas de controle ambiental, a minha carreira.

Apareceram algumas emendas aqui que, muitas vezes, os parlamentares são induzidos a fazer. Nós o discutimos hoje na CCJ, foi bem entendido. Depois outros servidores do Ibram estiveram aqui e levaram a V.Exa. algumas ideias de emendas parlamentares, que desconstruiriam totalmente a verdadeira fiscalização ambiental do Distrito Federal. Já conversei com V.Exa. e com os demais deputados.

Peço que retire esse Projeto de Lei nº 2.364/2021 de pauta para que ele seja esclarecido adequadamente dentro da tecnicidade verdadeira e que não haja mais isso de tentar enfiar jabuti em processo que auditores fiscais fizeram com seriedade. Por favor, peço que o retire de pauta.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado João Cardoso.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, pela liderança de governo, há o acordo incluindo o do diretor-geral Rôney Nemer. Que possamos retirá-lo de pauta para uma discussão melhor no semestre que vem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Então, comunico a todos os deputados, acolhendo o pedido do deputado João Cardoso, em concordância com o líder do governo, que o referido projeto está retirado de pauta. Solicito à assessoria que adote as devidas providências.

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Sem partido. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Uma ótima tarde, presidente. Uma ótima tarde a todos os deputados e a todas as deputadas.

Quero aqui, presidente, agradecer ao nosso amigo Thales – secretário de desenvolvimento econômico, trabalho e renda – pelo programa Renova DF, que está revitalizando, renovando todas as praças de São Sebastião, todos os PECs, todos os parquinhos e para o qual eu destinei recursos com o intuito de, realmente, melhorar a situação de todos esses equipamentos públicos. Sabemos que o Distrito Federal precisa melhorar em todos os aspectos. Nesse sentido tenho colocado o nosso mandato à disposição.

Quero parabenizar, mais uma vez, presidente, a condução dos trabalhos. Assim como respeitamos o posicionamento da oposição, também peço, como representante da base, o respeito ao nosso posicionamento, porque acho que isso é fundamental. Fomos eleitos aqui. Nenhum deputado, independentemente de 5 ou 10 mandatos, é melhor do que um deputado novato. Então, peço respeito! Iremos votar, realmente, algo para melhorar e não para atrapalhar nenhum segmento aqui no Distrito Federal.

Quero agradecer também à Novacap na pessoa de seu diretor-presidente, Fernando Leite. Competentíssimo, tem olhado para São Sebastião. Ontem mesmo eu tive uma tratativa com ele para ser revista a máquina da fábrica de bloquetes, que será revitalizada. Em breve, várias ruas de São Sebastião e do Distrito Federal...

Vamos pegar o modelo do deputado Hermeto: S.Exa. fez um trabalho na Vila Cauhy, e todas as ruas foram bloqueadas. Precisamos, realmente, contribuir com o meio ambiente. Sem dúvida essa fábrica de bloquetes vai ajudar muito o Distrito Federal.

Quero também agradecer ao nosso presidente da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A., que está deixando toda São Sebastião 100% iluminada. Vários bairros. O próximo bairro a receber toda essa iluminação será o Morro da Cruz.

Presidente, destinei para a iluminação pública 6 milhões porque eu acredito que a iluminação traz segurança, sim, para os moradores do Distrito Federal. Também a substituição de lâmpada de vapor de sódio por lâmpada de LED traz mais economia, deputado Eduardo Pedrosa, para o Estado.

Quero também dizer a todos os moradores de São Sebastião, do Jardim Botânico e de toda a região que estamos nas tratativas com o DER e também com a Semob para que possamos em breve,

deputado Gabriel Magno, ter uma faixa exclusiva de ônibus da Pioneira até a Rodoviária do Plano Piloto, ou seja, do Morro Azul até a Rodoviária do Plano Piloto, porque nós acreditamos, sim, no avanço do Distrito Federal.

Isso só vai melhorar quando nós representantes eleitos e escolhidos pelo povo nos unirmos também com o Governo do Distrito Federal. E muito fácil criticar, mas qual a sugestão para melhorar a qualidade de vida do povo do Distrito Federal?

Muito obrigado. Estarei sempre a disposição para servir.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre deputado Rogério Morro da Cruz.

O próximo orador é o deputado Roosevelt.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria trazer um assunto que muito me preocupa e que é muito importante para o Distrito Federal.

Fiquei sabendo que a Fundação Universitária de Cardiologia, que é responsável por administrar o Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal, pediu recuperação judicial.

O ICTDF está prestes a sofrer uma intervenção. Isso muito nos preocupa, porque esse é um local em que as pessoas passam por transplantes de coração, de fígado. Esse instituto é uma referência no Centro-Oeste.

Quero acompanhar isso por meio da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas Pré e Pós-Transplantados que construímos aqui na Câmara Legislativa. Quero pedir o apoio dos meus colegas para acompanharmos essa situação e não deixarmos, de forma alguma, descontinuar esse serviço, que é tão importante e histórico para o Distrito Federal.

Somos referência em transplante de diversos órgãos. Não podemos desvalorizar o trabalho que foi construído, ao longo de muitos anos, por muitas pessoas, grandes profissionais da capital da República, do DF, que é referência para o Centro-Oeste e para o Brasil.

Eu queria deixar esta fala. Tenho uma preocupação muito grande quanto a isso. Hoje, por exemplo, são 80 cirurgias cardíacas em adultos e 25 em crianças todo mês, lá no ICTDF. Então, é muito importante que tenhamos esse olhar e não deixemos essas pessoas desamparadas.

Eu queria também trazer outra fala. Eu estava chegando à Câmara Legislativa e dei de frente com o pessoal da Polícia Legislativa. Quero parabenizá-los pelo trabalho. Eles me falaram que eles têm uma demanda. Quero dizer que estamos ombreados quanto a isso. Parabenizo-os pelo trabalho.

Por fim, vi aqui algumas pessoas dos conselhos tutelares. Eu queria mandar um abraço a todos vocês e dizer que temos muito orgulho do trabalho que os conselhos tutelares fazem pelo Distrito Federal, de toda a dedicação, do empenho diário à nossa população nas cidades.

Muito obrigado. Deus os abençoe. Contem conosco.

Obrigado. (Palmas.)

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre deputado Eduardo Pedrosa.

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero começar cumprimentando toda a turma da galeria; todos os segmentos que estão aqui; a Defensoria Pública, pela qual tenho um carinho imenso. O trabalho de vocês é de extrema relevância na nossa cidade. (Palmas.)

Estão aqui também os permissionários da rodoviária, nossos amigos. Conheço vocês como ninguém. Estou vendo a Eliane, a Jesus, o Marivaldo. O senhor Pedro, não vi aqui, mas a dona Dalva está aqui. Conheço a luta de vocês, me compadeço e estou do lado de vocês. Sei que vocês acordam cedo para trabalhar e oferecer um cafezinho, um pão de queijo gostoso para aquele trabalhador que

sai de madrugada de casa, Marivaldo, e que, naquela mudança de ônibus na rodoviária, faz o seu lanche, bate um papo. Você conhece o meu tio e o meu primo, que vigiam carro ali na rodoviária.

Contudo, nós temos um outro problema. Senhor Arnaldo, senhor Pedro, vocês conhecem as mais de 600 mil, 800 mil pessoas que transitam na rodoviária todos os dias. Não conseguimos – e eu me incluo nisso enquanto Estado – oferecer uma escada rolante de qualidade e que funcione, um elevador, um banheiro limpo. Eu fui lá esses dias, e o Marivaldo me falou: “Deputado Roosevelt, reformaram o banheiro em frente. Melhorou bastante.”

Houve um deputado que me antecedeu que falou, com relação aos governos anteriores, que ninguém conseguiu ter sucesso em oferecer uma rodoviária de qualidade. Infelizmente, isso é verdade.

Nós parlamentares ficamos numa situação complicada. Todas as vezes em que a rodoviária vai para o *DFTV*, eu recebo uma dezena de ligações: “Deputado, quais são as providências que V.Exa. vai tomar?” Eu tenho certeza de que os outros colegas aqui também as recebem, e ficamos numa situação complicada.

Nós temos que discutir, nós temos que avançar. O que é certo? Quantas vezes eu recebi a turma no meu gabinete para discutirmos esse projeto – não é, Jesus? Temos que discutir, temos que avançar. O que é certo e que eu acho que é consenso?

Esse modelo instalado, de o governo estar lá, não funciona. Não funciona porque se faz uma licitação para se fazer a manutenção da escada rolante e a empresa não consegue ter velocidade para fazer tal manutenção e oferecer um serviço de qualidade. Por que isso se, em um *shopping center*, a escada rolante funciona? É um problema complicado.

Eu quero fazer um compromisso com vocês permissionários, o compromisso de que nós iremos acompanhar todo esse processo. Seja aprovada, hoje, nesta tarde, a possibilidade de concessão ou não seja pela maioria – os colegas vão votar aqui –, o meu compromisso é de andar junto com vocês para que vocês não tenham nenhum tipo de prejuízo. Sabem por quê? Quem é que conhece, Marivaldo, melhor do que você esse passageiro que passa lá? Você sabe de que tipo de café ele gosta. A Jesus sabe qual é o medicamento que vende mais na farmácia dela. A colega dos churros...

Se tirarem vocês de lá e colocarem outro, esse outro vai durar muito pouco e vai sair, porque ele não conhece aquele cliente. Se colocar o pão de queijo como está no panfleto, bem mais caro, o que vai acontecer? Ele não vai vender e vai falir.

Poderei até votar errado daqui a pouco com relação a esse projeto, mas eu quero dizer e deixar claro para vocês o meu compromisso de acompanhar e garantir que nenhum dos senhores e das senhoras tenha nenhum tipo de prejuízo.

Um grande abraço. Que Deus nos proteja. Esses mais de 1.800 vão estar protegidos.

Obrigado e estamos juntos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Roosevelt.

Deputado Roosevelt, eu quero me aliar ao seu compromisso. Eu estive com o deputado Chico Vigilante lá, e nós vimos o sofrimento desses trabalhadores. Eu fui usuário desse serviço durante muitos anos, porque eu sou de família carente. Então, sei muito bem o que é um pastel de lá. Isso eu conheço muito.

Tenho compromisso com esses trabalhadores, com esses geradores de emprego, de que eles não serão abandonados. Esse é um compromisso público que eu faço com cada um de vocês.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, esse compromisso meu, de V.Exa. e de outros deputados só poderá ser materializado se houver uma emenda ao projeto que não possa ser vetada pelo Poder Executivo. Portanto, nós estamos aí com a emenda no sistema, já foi discutida com os permissionários e estamos acordados com eles. Eu peço a todos os deputados que querem a manutenção dos permissionários que assinem a emenda e que a votemos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Perfeito, deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – É o único caminho para preservá-los. Ou fazemos isso, ou vamos ficar falando de coisa que vai fugir do nosso domínio.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É verdade, deputado. O deputado Chico

Vigilante tem razão com relação a isso, nós temos de garantir isso formalmente.

Vamos discutir com as assessorias, deputado, e, mais uma vez, reafirmo o meu compromisso, porque sei da luta diária desses pais e dessas mães de famílias para garantirem que seus filhos tenham o que comer. Então, nós não vamos abrir mão disso e faremos o que for necessário. Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Encerrado o Pequeno Expediente, dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Obrigado, deputado Ricardo Vale. Estamos discutindo uma proposta do deputado Chico Vigilante com o secretário Flávio Murilo. Registro e agradeço a sua presença. Peço só 3 minutinhos para discutirmos isso aqui.

(Pausa.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – A presidência vai suspender os trabalhos durante 10 minutos. Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17h48min, a sessão é reaberta às 18h21min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro reaberta a presente sessão.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito aos deputados que se encontram na sala de reuniões que retornem ao plenário. Nós vamos passar ao primeiro item de pauta.

Antes, porém, pergunto aos líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos vetos, itens nº 1 a nº 242, e apreciarmos as demais proposições das pautas das sessões ordinária e extraordinárias.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, não há acordo para sobrestarmos os vetos. Eu acho que nós temos que vencer os vetos. Há vetos desde 2015 que não foram superados.

Eu acho que nesta sessão nós temos que começar pelos vetos. A Lei Orgânica manda começar pelos vetos. Não há acordo para sobrestar os vetos nesta sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vamos consultar os líderes agora.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Temos que deliberar sobre os vetos. Inclusive, a Lei Orgânica manda discutir e deliberar sobre os vetos.

Do nosso ponto de vista, não há acordo nesta sessão.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Como é de praxe desta presidência, nós não vamos atropelar os deputados. Assim, nós vamos consultar os líderes para saber qual a posição com relação ao sobrestamento dos 242 vetos.

Deputado Iolando, líder do Bloco MDB-PP, como se manifesta V.Exa. sobre o sobrestamento dos vetos? Há acordo para o sobrestamento?

DEPUTADO IOLANDO (MDB-PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Há acordo, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Jorge Vianna? (Pausa.)

Substituindo o deputado Jorge Vianna, pergunto ao deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (Bloco União Democrático. Como líder. Sem revisão do orador.) – Há acordo, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Thiago Manzoni?

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Há acordo, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Fábio Félix?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco Parlamentar PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu vou usar meu tempo como líder para me pronunciar sobre a questão.

Não há acordo com o que está acontecendo neste momento, primeiro, porque só há uma sessão tranquila, com acordo para superar a Ordem do Dia, quando esta casa está no momento de pacificação, quando esta casa consegue discutir, dirimir um projeto até a última instância. Não me parece que esse é o caso.

Inclusive, eu discordo desse encaminhamento de consulta aos líderes sobre sobrestar a pauta, porque eu acho que a Lei Orgânica diz que nós temos que superar os vetos. Esse foi um instrumento que nós inventamos para poder partir para a Ordem do Dia e fingir que esses vetos não existem. Há muitos vetos para serem apreciados e esta casa alguma hora precisa discutir esses vetos.

O que nós estamos fazendo hoje, a toque de caixa...

O que foi dito não é verdade, presidente. V.Exa. não estava aqui, mas foi protocolado, na legislatura anterior, o projeto da rodoviária, e ele nunca foi discutido. V.Exa. sabe quando esse projeto começou a ser discutido? Foi em setembro deste ano que ele começou a ser discutido. (Palmas.) Ele nunca havia sido discutido nesta casa. É agora que nós estamos discutindo-o. Do nosso ponto de vista, PSOL e PSB, não há acordo em sobrestar os vetos, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Agradeço ao deputado Fábio Félix.

Pergunto ao deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Pergunto ao deputado Ricardo Vale se existe acordo para o sobrestamento.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Não existe.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado João Cardoso?

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Como líder. Sem revisão do orador.) – Há acordo, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Peço ao deputado Iolando que não o pressione. O deputado tem o juízo fraco. Então, mediante pressão, o deputado não funciona bem. (Risos.) Separem os 2, por favor.

Deputada Paula Belmonte? (Pausa.)

Deputado Gabriel Magno?

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Para a Minoria, presidente, não há acordo para sobrestar os vetos.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Isso é de acordo com o § 5º do art. 74 da Lei Orgânica. Então, não temos acordo. É preciso debater. Já pedimos, inclusive, para incluir esse debate dos vetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Somando-se o bloco MDB-PP, 8 deputados, com o Bloco União Democrático, 5 deputados, e o PL, 3 deputados, têm-se 16 deputados. Então, pela maioria, há acordo para sobrestamento dos vetos e irmos direto às proposições das sessões ordinária e extraordinárias.

Item nº 259:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.260/2021, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a promover a concessão ao setor privado da prestação do serviço público, precedida de obra pública para reforma, ampliação, gestão, operação e exploração da Rodoviária do Plano Piloto e Galeria dos Estados de Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências".

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra para uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa., mas não há uso da palavra durante o processo de votação. Neste momento, nós já estamos fazendo a leitura para votar, deputada. Já iniciamos o processo.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, só foi lido o primeiro item, não foi isso, presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – A minha questão de ordem é com relação ao item.

Nós apresentamos o Requerimento nº 1.059/2023 solicitando que o tema passe pela CAS. Nós temos uma justificativa: é prestação de serviço precedida de obra pública. Conforme o art. 65, inciso I, alíneas *g* e *m*, do Regimento Interno da Câmara Legislativa, compete à Comissão de Assuntos Sociais analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito de matérias que tratem de serviços públicos em geral, bem como de critérios de fixação de tarifas e preços públicos para os serviços da competência do Distrito Federal.

Dessa forma, é extremamente relevante o impacto social da concessão ao setor privado, porque presta um serviço público precedido de obra pública. Então, senhor presidente, eu gostaria que fosse avaliado o Requerimento nº 1.059/2023, para que nós possamos, na nossa comissão de mérito, apreciar o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio. Vamos avaliar sua solicitação.

Agora farei a leitura e, depois, haverá tempo para cada deputado se manifestar.

Aprovado parecer da CDESCMAT na forma das Emendas, de relator, nºs 1, 5, 6 e 7, e aprovado parecer da CEOF. Aprovado parecer favorável da CAF na forma das Emendas, de relator, nºs 5, 9 e 10 e pela rejeição das Emendas nºs 1, 6 e 7. Aprovado parecer da CEOF na forma das Emendas nºs 5, 9 e 10 e a inadmissibilidade das Emendas nºs 1, 6 e 7. Aprovado parecer favorável da CCJ na forma das Emendas nºs 5, 7, 9, 10 e 18, na forma do substitutivo, e pela inadmissibilidade das Emendas nºs 1, 6, 16 e 17 e da Subemenda nº 19. A CTMU deverá se manifestar sobre o projeto e as emendas. A CAF, a CDESCMAT, a Comissão de Fiscalização e a CEOF deverão se manifestar sobre as emendas nºs 11 a 35 e a CCJ, sobre as Emendas nºs 21 a 35.

Solicito ao presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, deputado Max Maciel, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra para uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Gente, eu vou conceder a palavra depois da votação do projeto.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, minha questão de ordem é porque a minha comissão é uma comissão de mérito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Isso está sendo discutido aqui, deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Se avançarmos, a minha comissão de mérito não terá avaliado o projeto. Então, eu gostaria que fosse avaliado se vai passar ou não o meu requerimento, até porque nós também protocolamos o Requerimento nº 1.065/2023 pedindo a tramitação conjunta deste projeto com o Projeto de Lei nº 826/2023, que cria a Agência Reguladora de Concessão, já que é a mesma matéria. Como a minha comissão é de mérito...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Isso já está sendo avaliado, deputada Dayse Amarilio.

Olha, todo mundo sabe do meu perfil democrático de ouvir todos, mas nós temos um rito e esse rito deverá ser respeitado. Então, da mesma forma que eu tenho pedido...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, nós vamos lhe passar a palavra,

mas já iniciamos o processo de votação. Eu vou dar um minuto para cada deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu sei da maneira democrática que V.Exa. dirige esta casa e sei do respeito que nós temos por V.Exa. Porém, nós acabamos de fazer uma reunião da qual V.Exa. participou – e participou muito bem – e ficou autorizada por V.Exa. uma comissão, junto com o pessoal do governo, elaborando uma emenda. Portanto, nós não podemos, neste momento, votar um projeto ao qual está sendo discutida uma emenda que certamente vai vir acordada por todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Quem ficou responsável pela apresentação da emenda, deputado Chico Vigilante?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, eu não quero obstruir nada. V.Exa. sabe que esse não é o meu perfil.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Claro. Eu percebi e sei disso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – V.Exa. sabe que é o dono da pauta, que pautou o projeto e que ele será votado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Mas eu não vou atropelar nenhum dos meus colegas.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Portanto, o que estou pedindo a V.Exa., a exemplo do que já foi feito aqui centenas de vezes, é que passemos ao próximo item da pauta, porque a emenda virá; e, em seguida, V.Exa. submete o projeto à votação. É isso o que eu estou pedindo a V.Exa. Não quero que, depois, más línguas fiquem dizendo por aí que V.Exa. ligou o trator, porque não é papel de V.Exa. ser tratorista.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não. Jamais eu faria isso. Não existe essa possibilidade.

Onde está o secretário Maurício e o secretário Flávio? Eles precisam entrar no plenário para sabermos sobre o acordo a que o deputado Chico Vigilante se refere. Solicitem a eles que venham para cá, porque precisamos saber qual será o posicionamento, se haverá ou não emenda.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Secretário Maurício, secretário Flávio e suas assessorias, o deputado Chico Vigilante nos trouxe a informação de que, parece, há um acordo para a apresentação de uma emenda. Então, eu gostaria de saber como o Executivo se manifesta com relação a isso, para que possamos incluir ou não essa emenda e darmos continuidade à votação. (Pausa.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, antes de votarmos a matéria, até por uma questão regimental, há um requerimento da deputada Dayse Amarilio sobre a tramitação na CAS, além de outro projeto de lei, que foi lido aqui ainda hoje, sobre a tramitação conjunta. Refiro-me ao Requerimento nº 1.059 e ao Projeto de Lei (*sic*) nº 1.064.

É importante analisar esse requerimento antes de encaminharmos a matéria para as demais comissões, até porque, caso, depois, o requerimento seja aprovado, haverá impacto direto.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada Dayse Amarilio, estou sendo informado pela assessoria de que o prazo está esgotado, então não há mais... Eu respeito, mas, infelizmente, não há como...

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Presidente, desculpe-me, mas o Plenário é soberano. Quantas vezes votamos aqui... É um tema relevante. A minha comissão é a Comissão de Assuntos Sociais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Então, se o Plenário é soberano, eu vou consultar os líderes.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Eu acho que os deputados...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu vou consultar os líderes.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Eu acho que é uma questão de cordialidade. Nós estamos

tratando aqui da questão dos permissionários, dos ambulantes e para a qual até agora não foi dada solução. Isso é uma questão social do governo. Não podemos pegar esse pessoal, tratá-los como bandidos e jogá-los fora.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Então, atendendo o encaminhamento de V.Exa., em respeito à sua luta pelos que mais precisam, eu vou fazer uma consulta aos líderes para saber se eles concordam que a matéria passe pela CAS ou não.

Deputado Iolando, V.Exa. concorda que a matéria passe pela CAS?

DEPUTADO IOLANDO (MDB-PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu acho que essa proposta já foi amplamente discutida aqui. Não é de hoje que estamos discutindo isso. Já está feita essa conversação. Sou contra a passar pela comissão. O bloco MDB-PP está de acordo a não passar pela comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Então, o deputado Iolando não está de acordo.

Deputado Jorge Vianna, V.Exa. está de acordo que a matéria passe pela CAS?

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco União Democrático. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, não precisa passar. Vamos logo para a votação. Vamos resolver essa questão logo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Jorge Vianna não está de acordo.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Deputado Roosevelt?

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, entendemos que não há necessidade de passar pela CAS.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Chico Vigilante?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, V.Exa. é um democrata. Quem tem que decidir se a matéria vai passar ou não é a votação do requerimento que foi pedido aqui.

Portanto, V.Exa. submeta o requerimento ao voto. Se perdermos, vamos recolher nossa viola e dizer: “Nós perdemos”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Mas deputado, nós estamos fazendo isso. Nós estamos consultando os líderes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Não, presidente. Submeta o requerimento ao Plenário. É assim que diz o regimento da casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, eu estou fazendo o processo de forma democrática, estou ouvindo os líderes de forma respeitosa, inclusive a deputada.

Eu entendo que o papel da oposição é extremamente legítimo. Não há qualquer questionamento. A deputada Dayse Amarilio tem o direito de fazer isso. A minha obrigação é usar algum instrumento, e eu entendo que o instrumento necessário, nesse caso, é a consulta aos líderes. Então, eu vou dar continuidade.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, eu fui orientada pela assessoria. Segundo o regimento da casa, requerimento é uma proposição que tem que ser votada. Então, eu acho que não é só uma escuta dos líderes.

Então, eu peço uma questão de ordem baseada no regimento da casa para que se abra a votação da proposição para a matéria passar pela Comissão de Assuntos Sociais. Que seja aberta votação no painel, porque assim faremos...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada Dayse Amarilio, a prerrogativa é da presidência, mas como eu tenho um acordo com V.Exa., em respeito a cada um, eu estou consultando os líderes, que ouvem seus liderados. Então, os deputados estão sendo consultados na amplitude quando eu consulto os líderes. Se um líder não falar pelos seus liderados, que seja trocado.

Assim, como vota o deputado Chico Vigilante? Vota atendendo o requerimento da deputada

Dayse Amarilio?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Voto atendendo o requerimento da deputada Dayse Amarilio.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Perfeito.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Mesmo entendendo que teria que ser submetido ao Plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco Parlamentar PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, obviamente é uma deputada do meu bloco. É um requerimento legítimo. A Comissão de Assuntos Sociais é uma comissão fundamental desta casa, nada mais democrático que o projeto também tramitar na Comissão de Assuntos Sociais. Essa é a nossa posição.

O ideal, presidente, é que o requerimento seja votado pelos deputados em plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado João Cardoso? (Pausa.)

Deputada Paula Belmonte?

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, eu penso o seguinte. Com um projeto dessa magnitude, quanto mais discussão houver, a nossa Câmara Legislativa se empodera junto à população.

Então, eu voto com a deputada Dayse Amarilio para que esse projeto passe, sim, pela comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado.

Deputado Gabriel Magno?

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu defendo que o requerimento seja discutido e votado em plenário e, obviamente, que seja aprovado. Não basta só passar pela Comissão de Assuntos Sociais. Há também outros requerimentos aqui na mesa para os quais vamos pedir questão de ordem logo após, porque precisam ser discutidos aqui em plenário.

A nossa posição é que se aprove o requerimento da deputada Dayse Amarilio.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado.

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros, como líder do governo.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Como líder do governo. Sem revisão do orador.) – Que não passe pela comissão.

(Manifestação de protesto na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A presidência vai anunciar o resultado da votação: com 17 votos, o requerimento foi rejeitado.

(Manifestação de protesto na galeria.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra. (Pausa.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Presidente, ainda em relação ao meu requerimento, vou deixar registrado aqui um artigo do Regimento Interno, porque é meu dever deixar isto registrado.

“Art. 62. As comissões permanentes exercerão as atribuições que lhes caibam em razão da matéria, sendo vedado a uma comissão:

I – exercer atribuições de outra comissão;

II – manifestar-se sobre matéria que não seja de sua competência.

*Parágrafo único.* A proposição que contiver matéria de mérito da competência de mais de uma comissão será distribuída às comissões respectivas pelo Presidente da Câmara Legislativa, de ofício ou

a requerimento de Presidente de comissão ou qualquer Deputado Distrital.”

Eu falo aqui do meu pesar. Com muita tristeza eu falo isso, porque sempre estamos aqui para debater as proposições, não importa a hora que vamos sair daqui. Queríamos debater a matéria e trazer ponto a ponto a preocupação que temos com o Distrito Federal.

É muito triste não termos essa abertura. Falo da minha tristeza neste momento, porque estamos aqui para discutir e não vamos deixar de votar hoje. Deixo aqui minha tristeza e minha indignação por não passar pela Comissão de Assuntos Sociais uma questão que é totalmente social. Deixo, inclusive, minha preocupação de como esse projeto vai sair daqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigada deputada. O regimento é bem claro. Cabe ao presidente distribuir os processos às comissões.

É competência da presidência, mas, em respeito aos parlamentares, como sempre agimos aqui, eu permiti que a matéria fosse discutida entre os líderes que representam todos os deputados.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, peço também que seja discutido aqui em plenário o Requerimento nº 23128 (*sic*).

De acordo com o art. 69 do Regimento Interno, compete à Comissão de Educação, Saúde e Cultura: I – analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias: [...] i) (*sic*) patrimônio cultural, histórico, artístico, natural e paisagístico material e imaterial do Distrito Federal”. (Palmas.)

O Decreto nº 10.829 transforma Brasília em patrimônio cultural da humanidade. A rodoviária é tombada por isso. Ela é um assunto de patrimônio.

Baseados no Regimento Interno, estamos pedindo isso, até porque, na semana passada, um despacho da Seleg autorizou a ida da matéria para a CESC. Por algum motivo, o despacho foi cancelado, mudou-se de opinião. Então, queremos que esse requerimento seja votado agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Darei o mesmo tratamento que foi dado ao requerimento da deputada Dayse Amarilio.

Deputado Iolando, com relação ao requerimento do deputado Gabriel Magno, V.Exa. concorda que a matéria passe pela Comissão de Educação, Saúde e Cultura?

DEPUTADO IOLANDO (MDB-PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, mais uma vez, falo: este projeto já foi amplamente... Parece redundante a minha fala. (Vaias.)

Vamos discutir, nas comissões, só o mérito, porque a admissibilidade já foi julgada, presidente; está de acordo. Não passa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Deputado Jorge Vianna?

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco União Democrático. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, não.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Jorge Vianna, “não”.

Deputado Thiago Manzoni?

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, não.

Na sequência, eu gostaria de fazer uso da palavra pela ordem, depois que acabarem as participações dos líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Chico Vigilante?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, os líderes não substituem o Plenário. (Palmas.)

Estou fazendo questão de pontuar isso. Se os líderes substituíssem o Plenário, os deputados não precisariam vir para cá. O líder viria falar em nome do Plenário. Há coisas que só o Plenário pode resolver. Por isso insisti com V.Exa.

V.Exa. sabe que eu me oponho ao projeto, mas não estou fazendo obstrução.

Para o pessoal do governo, que está avexadinho para votar a matéria, os senhores devem ter cuidado para que não aconteça judicialização. Isso poderá ocorrer em função de erro de procedimento. (Palmas.)

Estou alertando. V.Exa. sabe que jogo com muita transparência. Eu poderia ficar quietinho e dizer para os deputados: "Entrem com mandado de segurança, porque cabe".

Não custaria nada submeter a matéria para que as comissões procedessem aos pareceres. Os senhores têm maioria. Seriam derrotados os pareceres nas comissões.

É por isso que defendo que a matéria passe pela comissão. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O art. 36, capítulo VIII, é bem claro: compete ao Colégio de Líderes deliberar sobre assuntos levados à sua consideração pelo Plenário, conforme alínea a. O regimento é muito claro.

Agradeço a manifestação do deputado Chico Vigilante, que é "sim", com certeza.

Deputado Fábio Félix?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco Parlamentar PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, o requerimento do deputado Gabriel Magno não só é fundamental, como também coloca em xeque a legalidade do projeto.

Se o Regimento da Câmara Legislativa fala que todo projeto de patrimônio precisa tramitar na Comissão de Educação, Saúde e Cultura, se ele não tramitar, há uma interdição do debate do ponto de vista legal. (Palmas.) Há um problema jurídico, há possibilidade de um questionamento jurídico posterior com relação a esse projeto, porque o devido processo legislativo não terá sido respeitado. A legalidade do projeto está sendo colocada em xeque do meu ponto de vista.

Portanto, há a necessidade de que ele tramite na Comissão de Educação, Saúde e Cultura. E não é decisão nossa, é o Regimento Interno que diz isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Fábio Félix, "sim".

Obrigado, deputado.

O Deputado João Cardoso, eu não sei se já votou.

Deputada Paula Belmonte, se puder, diga só "sim" ou "não".

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu penso que nós precisamos fortalecer o nosso Regimento Interno, e o senhor tem feito esse trabalho de fortalecimento do Regimento Interno.

Por isso, mais uma vez, eu quero dizer que está respaldado pelo nosso Regimento Interno que esse projeto passe na Comissão de Educação.

E eu penso que essa votação não é de direita nem de esquerda, é regimental. É isto que nós defendemos: o Regimento Interno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

Deputada Paula Belmonte, "sim".

Deputado Gabriel Magno, eu poderia ouvir V.Exa. e o deputado Iolando, pela Minoria e pela Maioria, respectivamente, mas, se eu fizer isso, acabará havendo desequilíbrio, porque V.Exa. tem 3 e o deputado Iolando tem 5, pela Maioria, além do deputado Robério Negreiros, o que acaba totalizando 6. Se eu consultar V.Exa., será até pior. (Risos.) Mas, se quiser, eu consulto.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É só porque eu não quero desequilibrar o jogo.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Mas vamos orientar, de qualquer jeito.

Presidente, eu vou votar, obviamente, a favor do requerimento, mas quero dizer que a negação desse requerimento é um gesto muito ruim que esta casa está fazendo. Como é que ficará a

tramitação das próximas proposições?

Nós estamos rasgando o Regimento Interno e estamos retirando poderes das comissões. É um gesto muito ruim que esta Câmara Legislativa passa para a sociedade na última semana. É rasgar o Regimento Interno desta casa. E repito: a primeira manifestação da Seleg foi favorável, pois acataram o requerimento e o despacharam para a CESC. Aconteceu alguma coisa na Mesa, e eles cancelaram o despacho e mudaram de opinião.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deixe-me só terminar a votação, deputada, que eu passo a palavra para a questão de ordem de V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Presidente, só corrigindo, a liderança de governo, a liderança da Maioria e a liderança da Minoria têm direito à fala, mas não computam votos, porque nós já estamos representados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Senão é *bis in idem*.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Eu mesmo estou representado no bloco que tem a liderança do deputado Jorge Vianna.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Perfeito.

Então, vamos lá contar de novo: 8, 5, 13, 16 votos.

Rejeitado o requerimento do nobre deputado Gabriel Magno.

(Intervenção fora do microfone.)

(Vaias.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada, depois desse...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu preciso prosseguir com a votação, deputada.

(Intervenção fora do microfone.)

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada, eu vou dar continuidade, pois precisamos votar.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não, mas a questão de ordem pode ser feita depois da votação.

Olhem só: volto a dizer que eu respeito a posição de todos os deputados, mas o instrumento usado cabe a mim, senão nós não vamos votar. Eu sei que os senhores estão no seu papel, eu reconheço, mas eu vou colocar em votação, deputados, pois já houve deliberação do Colégio de Líderes, senão eu vou atropelar a vontade da maioria.

Eu vou dar continuidade.

Todo mundo sabe do carinho e do respeito que tenho pela deputada.

Solicito ao presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, deputado Max Maciel, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO MAX MACIEL – Presidente, designo o deputado Fábio Félix.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Fábio Félix, que emita parecer da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana

ao Projeto de Lei nº 2.260/2021, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a promover a concessão ao setor privado da prestação do serviço público, precedida de obra pública para reforma, ampliação, gestão, operação e exploração da Rodoviária do Plano Piloto e Galeria dos Estados de Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências".

Primeiro, quero dizer que o Projeto de Lei nº 2.260, apesar de apresentado em 2021, contou com uma discussão muito curta nesta casa, uma discussão muito recente. De repente, o governo decidiu abrir a discussão sobre este projeto.

Submete-se à apreciação da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, CTMU, o Projeto de Lei nº 2.260/2021, de autoria do Poder Executivo, apresentado por meio da Mensagem nº 364, de 4 de outubro de 2021.

Nos termos do art. 1º, a proposição autoriza o Poder Executivo a promover a concessão do serviço público – precedida da execução de obra pública para reformar, ampliar, gerir, operar e explorar a Rodoviária do Plano Piloto e a Galeria dos Estados de Brasília mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo – à pessoa jurídica ou ao consórcio de empresa que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço e da obra por prazo determinado.

O art. 2º dispõe que a concessão da prestação de serviço deve ser realizada conforme a Lei, federal, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, aplicando-se, no que couber, a Lei, federal, nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Conforme o art. 3º, o prazo e as demais condições a que se obriga a concessionária para prestação de serviço das obras públicas devem constar no contrato de concessão. E segue a cláusula tradicional de vigência na data da publicação.

Na justificação apresentada na Exposição de Motivos nº 7/2021, da Secretaria de Transporte e Mobilidade, Semob, o secretário de Estado argumenta ser imprescindível que o espaço físico do terminal da Rodoviária do Plano Piloto, recebendo diariamente...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, V.Exa. dispõe de 5 minutos para proferir o parecer.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Presidente, mas o regimento me permite 15 minutos, o regimento fala em 15 minutos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Então V.Exa. dispõe de 15 minutos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E eu gostaria de ler o meu relatório na íntegra, independentemente de tempo, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – V.Exa. dispõe de 15 minutos pelo regimento.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu gostaria de ler meu parecer na íntegra, como o foi em outros pareceres.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não, sem dúvida. Eu vou respeitar o regimento, deputado: 15 minutos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Se é um tema que os deputados querem discutir, que tenham paciência para ouvir a leitura e para debater o parecer, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vamos respeitar o regimento, e V.Exa. me corrigiu bem, de 5 para 15 minutos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não, mas V.Exa. não submeteu o outro requerimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Quinze minutos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu gostaria de fazer a leitura completa do meu parecer, são algumas páginas, não é longo como o relatório, do deputado Hermeto, da CPI, não! Vou fazer a leitura para os deputados ouvirem e fazerem a discussão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – (Risos.) Deputado...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Se a ideia é fazer a discussão, nós estamos aqui para isso. Nós somos pagos para isso, presidente! Então, se a ideia é essa, vamos fazer a leitura e a discussão com tranquilidade. Nós ficamos aqui 12 horas na CPI.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, seus 15 minutos estão passando.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O tempo não começou a ser contabilizado, não! Nós estamos discutindo o tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vamos começar a contar agora 15 minutos para o deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Presidente, há uma questão de ordem sendo solicitada pelo deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não. Pode continuar, deputado, 15 minutos, estamos contando.

Deputado, 15 minutos. Depois eu passo à questão de ordem do deputado Chico Vigilante. Neste minuto, a palavra está com V.Exa. Eu peço que comece a contar o tempo de 15 minutos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu gostaria de fazer a leitura integral do meu parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu gostaria que fossem colocados no painel os 15 minutos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu gostaria de fazer a leitura integral do meu parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Os 15 minutos serão contados. Assessoria, por gentileza, comece a contar os 15.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu gostaria de fazer a leitura integral, presidente, do meu parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, serão dados 15 minutos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Nós estamos fazendo uma discussão. É um parecer extremamente fundamental, que nós não podemos atropelar, presidente. Isso é muito ruim para o processo democrático desta casa, muito ruim!

Na justificção apresentada na Exposição de Motivos nº 7/2021, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade, Semob, o secretário de Estado argumenta ser imprescindível que o espaço físico do terminal da Rodoviária do Plano Piloto – que recebe diariamente mais de 6 mil ônibus, 600 mil pessoas – seja congruente com a necessidade operacional do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF.

Aponta-se a preocupante situação estrutural do complexo com recorrentes ações pontuais para a correção de patologias e necessidades urgentes de uma intervenção mais abrangente em todo o viaduto.

Segundo a tal exposição de motivos, a Semob sugere uma concessão à iniciativa privada que permita aportar capital privado na totalidade das obras necessárias e introduzir uma gestão mais eficiente dos serviços no complexo.

Pretende-se que a concessionária seja remunerada exclusivamente pela exploração da área locável do complexo, pela exploração dos estacionamentos da plataforma e dos setores de diversão Sul e Norte, pela exploração da publicidade nos painéis de informação do complexo, pela cobrança da acostagem dos ônibus e pelas receitas alternativas que puderem ser arrecadadas, devendo pagar ao poder concedente uma outorga anual de no mínimo 2,5% do valor total da arrecadação bruta.

Indica-se que a concessão seguirá os moldes apresentados no Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI – nº 5, de 2019, e submetida à consulta pública com escopo dividido em 2 fases. Fase 1: obras de recuperação estrutural do viaduto da plataforma rodoviária dos reservatórios; obras de modernização do complexo com a adequação dos sistemas viários do Entorno e do terminal, inclusive com a construção de uma nova plataforma para o BRT; obras de requalificação do edifício existente, inclusive áreas internas e fechadas das lojas; prestação de serviços de segurança, limpeza, monitoramento, manutenção e conservação, além de serviços aos usuários da rodoviária e da Galeria dos Estados. Fase 2: construção de uma marquise na plataforma superior e readequação viária do movimento do pavimento superior.

Lido em 5 de outubro de 2021, o projeto de lei foi distribuído à Comissão de Assuntos Fundiários, CAF; à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, CEDESCTMAT; à Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, CTMU; e à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, CFGTC, para análise do mérito. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, CEOF, e à Comissão de Constituição e Justiça, CCJ, foi

distribuído para a análise da admissibilidade. É o relatório.

Voto do relator. Introdução.

O projeto de lei em análise pretende autorizar o Poder Executivo a promover a concessão do serviço público – precedida da execução de obra pública para reformar, ampliar, gerir, operar e explorar a Rodoviária do Plano Piloto e a Galeria dos Estados de Brasília, incluindo os estacionamentos públicos da plataforma superior e dos setores de diversão Sul e Norte, mediante licitação na modalidade de concorrência ou diálogo competitivo – à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para sua realização, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço e da obra, por prazo determinado.

A proposta versa ainda que o referido processo deve ser realizado conforme o disposto na Lei, federal, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, aplicando-se, no que couber, a Lei, federal, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e que o prazo e as demais condições da concessão devem constar no contrato a ser firmado.

De partida, é preciso destacar que se trata de mais que simples concessão do terminal rodoviário, com efeitos restritos ao transporte e à mobilidade. Mais que isso, pretende-se conceder à iniciativa privada grande parte da área urbana destinada a estacionamentos públicos livres na plataforma superior, além de grandes obras estruturais, que refiguram, inclusive, a paisagem urbana da zona central da cidade, como a construção de nova marquise, superior à plataforma central.

A Rodoviária do Plano Piloto é o ponto central da capital, constituindo-se como um grande espaço público que funciona não apenas como ponto de parada de diversas linhas de transporte público coletivo, mas também como um local de comércio, de circulação de pessoas e de ligação entre setores centrais da cidade.

Não se trata, portanto, de uma edificação convencional, em que claramente se delimita sua porção interior – o terminal – e a exterior: a cidade. A Rodoviária do Plano Piloto é o elemento fundamental de articulação entre os eixos do projeto de Lúcio Costa: além das lojas, salas, estacionamentos e vagas de paragem de ônibus, é composta por espaços públicos que integram o tecido urbano, lugares de encontro da população e palco para manifestações culturais, populares e políticas.

Localizada na interseção dos eixos Monumental e Rodoviário, a rodoviária é parte intrínseca do projeto urbanístico de Lúcio Costa para a nova capital federal, articulando as escalas monumental e gregária. O entroncamento consiste em: 1) nível superior, plataforma sobre a qual se assentam coberturas e praças públicas, conectadas aos setores de diversão Sul e Norte; 2) mezanino, pavimento entre os níveis inferior e superior; 3) nível inferior, onde se opera propriamente a estação rodoviária; e 4) subsolo, espaço compreendido até a linha de bloqueios da estação central do Metrô-DF.

Trata-se de marco arquitetônico e urbanístico essencial para a preservação do conjunto urbanístico. Sua plataforma superior é definidora da escala gregária de preservação do conjunto urbanístico, conforme art. 10 da Portaria Iphan nº 166/2018; assim como a região da plataforma é destinada à livre circulação de pedestres e de ponto de vista livre até o Conjunto Nacional, nos termos do art. 24 da mesma normativa do Iphan. Não se trata, portanto, de proposta cujos efeitos se limitam ao transporte e mobilidade, mas que atingem o núcleo central da concepção original da cidade, presidente.

Concebida como rodoviária interestadual, o complexo passou, a partir da década de 1980, a ser utilizado como principal terminal urbano do Distrito Federal, em consequência da forte dependência, para a população das demais cidades, dos empregos e serviços ofertados nos setores centrais do Plano Piloto, que comporta as linhas do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal e do sistema de transporte semiurbano que atende as cidades do Entorno, além de conectar-se com a estação central da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, o Metrô-DF.

Conforme levantamento constante do PMI, a rodoviária recebe atualmente cerca de 40 mil viagens semanais do STPC-DF, 4,5 mil viagens semanais do sistema semiurbano e 175 mil passageiros diários do Metrô-DF, resultando em um fluxo aproximado de 600 mil passageiros.

Além dos espaços de serviço e de circulação, integram a prevista concessão os diversos pontos comerciais e painéis publicitários situados no complexo, juntamente com os equipamentos, sistemas e redes instaladas, bem como os estacionamentos localizados na plataforma superior e ainda outros 2, nos setores de diversões Sul e Norte, juntos ao Conic e ao Conjunto Nacional respectivamente.

A Galeria dos Estados, incluída na proposta inicial do governo e retirada posteriormente da

concessão, é uma passagem subterrânea que liga o Setor Comercial Sul ao Setor Bancário Sul, atravessando o Eixo Rodoviário e os eixos W e L. A Galeria dos Estados recebeu, na década de 1970, lojas de comércio em sua extensão. O espaço, em sua integralidade, foi recentemente reformado, após o grave desabamento do viaduto sobre o Eixo Rodoviário, ocorrido em 2018.

Sobre a importância da Rodoviária do Plano Piloto para o tecido urbano de Brasília, a plataforma é ponto fulcral do tecido urbano da cidade, determinando um lugar privilegiado, constituindo-se como a gênese do desenho urbano do projeto de Lúcio Costa. Nesse sentido, ela se configura como uma infraestrutura urbana fundamental para a consolidação do tecido urbano do Plano Piloto, articulando diretamente os setores conexos e se inscrevendo como espaço estratégico para o funcionamento do Plano Piloto.

Através de diferentes níveis ou cotas e das conexões entre seus ambientes, a plataforma estabelece a continuidade do tecido urbano, ao mesmo tempo em que também articula a escala monumental e a escala gregária, incorporando em seus fluxos as especificidades de percepção do espaço urbano e arquitetônico na vida cotidiana de Brasília.

Devido às suas articulações, às atividades, aos usos e às apropriações da plataforma, seu caráter utilitário e funcional transforma-se. Considerando seu caráter articulador das escalas e fluxos urbanos entre as cidades-satélites, o Plano Piloto e suas áreas centrais, a plataforma amplia a carga simbólica de sua inserção numa paisagem urbana e estabelece o caráter metropolitano definitivo.

Tal fato deve ser incrementado com as características construtivas do espaço contínuo e relacional que a articulação dessas superfícies define. Menos que um edifício, a plataforma da rodoviária de Brasília se manifesta como um lugar de caráter urbano inequívoco, sendo pouco percebida como coisa edificada na paisagem urbana que desenha e que também possibilita apreender.

Embora tenha tamanho impacto para a cidade, o projeto de lei apresentado pelo governo e submetido a esta casa – pasmem! – tem apenas 4 artigos, que se limitam a autorizar a concessão e a estabelecer algumas das cláusulas essenciais do contrato que se pretende firmar. Sobre tudo o mais, o projeto não diz nada!

Registre-se, assim, que, embora se trate de uma proposta de grande impacto sobre o direito à mobilidade e sobre a organização do espaço urbano central de Brasília, o Poder Executivo optou por não trazer a esta casa legislativa qualquer dos pontos relevantes para o projeto. O diálogo com o Poder Executivo se deu, primordialmente, com o consórcio de empresas Central Engenharia e Construtora Ltda., Concrepoxi Engenharia Ltda., Construtora Artec S.A., Meta Serviços e Projetos e Reluz Engenharia, selecionado para o desenvolvimento dos estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica e das minutas de edital e contrato.

As propostas resultaram de convocação feita pelo poder público por meio do Edital de Chamamento para Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) nº 5/2019, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF.

Por essa razão, avança-se na análise dos estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica e respectivas minutas de edital e contrato que subsidiarão futura licitação para contratação de parceria público-privada, de acordo com os estudos e propostas que resultaram do PMI nº 5/2019 e encontram-se disponíveis na página eletrônica da Semob.

O ponto 2 desse voto, presidente, é o diagnóstico das condições atuais das instalações e das condições de operação de acordo com os estudos do PMI.

Entre 2017 e 2019, executaram-se, com recursos públicos, intervenções significativas nas instalações do complexo da rodoviária. Nas coberturas da plataforma superior, houve troca das instalações elétricas e reforma de piso, fachadas e forro, além da substituição parcial da estrutura de concreto armado por componentes metálicos.

No nível inferior e mezanino, houve pintura da cobertura, renovação de toda a rede elétrica, troca de pisos, esquadrias e forros e instalação de redes de ar-condicionado, sonorização, circuito fechado de televisão e combate a incêndio. Além disso, na plataforma inferior, reconstruiu-se o pavimento de concreto das baias de acostagem.

A empresa responsável pela execução de tais obras, participante dos estudos do PMI, levantou os itens pendentes para conclusão da reforma do complexo.

Nas coberturas da plataforma superior, aponta-se a necessidade de substituição do restante da estrutura por componentes metálicos, com consequente remontagem das instalações. No sistema de combate a incêndio, os equipamentos da casa de bombas devem ser inteiramente renovados. Ademais,

todos os banheiros precisam ser reformados, com substituição completa dos revestimentos, instalações, louças e metais.

Segundo apontam os estudos, é preocupante a situação da estrutura dos viadutos, em péssimo estado de conservação, representando grave risco aos que ali transitam diariamente.

As patologias estruturais são causadas principalmente pela falta de componentes, relacionada com deficiências de impermeabilização. Infiltrações nas lajes do mezanino, nível inferior e subsolo, além de goteiras...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Fábio Félix, V.Exa. tem mais 1 minuto para concluir.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – ...causam oxidação das armaduras e consequente desagregação do concreto.

As áreas destinadas à subestação, quadros elétricos, gerador de energia e bombas...

Presidente, preciso de pelo menos mais 5 minutos para conclusão do meu parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, vou lhe dar 2 minutos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Os deputados querem fazer uma discussão mais séria a respeito do tema da rodoviária.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, já foram 15 minutos. Vou lhe dar mais 2 minutos. Aos 17 minutos, eu vou interrompê-lo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Presidente, o Regimento Interno não estabelece prazo para o relator.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Está bom, deputado Fábio Félix.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, V.Exa. tem mais 2 minutos. Aos 17 minutos, vou interrompê-lo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Presidente, o Regimento não estabelece prazo para o relator.

O art. 93 do Regimento Interno estabelece: “O parecer poderá ser oral quando for proferido em plenário.

§ 1º O parecer proferido na forma deste artigo deve ser precedido de leitura integral das emendas de plenário.

§ 2º Aprovado o parecer, as notas taquigráficas serão juntadas ao respectivo processo”.

Não há prazo. O prazo é na discussão, presidente. Estou terminando de ler o meu relatório.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Esse assessor é rápido.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está caminhando o tempo de V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Todavia, o Regimento Interno, presidente...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, vou encerrar no tempo que tiver de encerrar.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O regimento não estabelece prazo. O senhor já foi relator com o ex-deputado Wasny de Roure. O relatório foi lido. O ex-deputado Wasny de Roure leu o relatório dele na íntegra. Estou lendo meu relatório na íntegra. Se o deputado não quer ser deputado, não quer se sentar e ouvir, renuncie! Chame o suplente! O suplente está doido para vir assumir. O suplente está doido para vir, senhor presidente.

Nós precisamos terminar a leitura! É um estudo técnico, senhor presidente, que nós estamos fazendo do relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, eu respeito o papel do deputado de oposição.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Porém isso não é papel do deputado de oposição!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – No 20º minuto, deputado, para não dizer que eu fui intolerante, eu vou encerrar, deputado! Deputado, no 20º minuto, eu vou encerrar!

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – No 20º minuto? Como assim?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, eu vou encerrar no 20º minuto! A decisão está tomada e já foi devidamente informada! Pode o assessor falar o que quiser, mas ao 20º minuto eu encerrarei! Deputado, ao 20º minuto eu encerrarei! E ponto final!

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, eu lamento a decisão de V.Exa., porque o Regimento Interno não dá esse poder a V.Exa. V.Exa. é um presidente muito respeitado nesta casa. V.Exa. pode muito, porque o regimento é presidencialista, mas não pode tudo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, por favor, continue.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O regimento desta Casa garante o direito ao relator de fazer a leitura do relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, continue, para que eu não faça o que eu terei de fazer, por gentileza.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Fazer a leitura do relatório. Eu estou usando, inclusive, o tempo ainda que V.Exa. programou. Felizmente, pelo regimento, V.Exa. não tem o direito de garantir esse tempo, porque o tempo do relator é o tempo do relator para proferir a leitura do seu relatório em plenário. Esse é o Regimento Interno. Se o deputado está cansado, senhor presidente, ele tem de ir descansar! Vai descansar, não precisa estar aqui! Entendeu? Mas eu tenho o direito de fazer a leitura do meu relatório na íntegra.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Não, mas o tempo não existe. O tempo não existe, deputado. O tempo não existe. O tempo, na verdade, é estabelecido pelo regimento. O tempo é garantido pelo regimento.

Na minuta do contrato apresentada no PMI, é definido um programa de investimentos, operação e serviços do complexo da rodoviária, a ser executado pela empresa ou consórcio vencedor da licitação. Prevê-se que tal documento tenha efeito vinculante, podendo ser alterado somente por determinação expressa do poder concedente, ordem judicial, medida legislativa ou fatos supervenientes.

Além dos reparos na estrutura do complexo, são previstas diversas obras de modernização no conjunto, abrangendo a reforma do sistema viário interno e a revitalização de praças e calçadas. São também definidas várias intervenções para requalificação das edificações existentes, incluindo recuperação das instalações, reforma dos banheiros, padronização das fachadas das lojas e reconstrução das coberturas na plataforma superior.

Destaca-se a construção de uma nova grande marquise conectando os edifícios do Touring, do Conic, do Conjunto Nacional e do Teatro Nacional, na altura daquelas já existentes na plataforma superior, com esparsa distribuição de lojas, restaurantes e bares. Também merecem menção a implantação de 2 novos núcleos de circulação vertical, com escadas e elevadores, e a construção de uma nova estação do BRT, com passagem de acesso pelo subsolo, bem como a adequação de todo o complexo aos padrões de acessibilidade exigidos na norma NBR 950 (*sic*).

Importa observar que tais intervenções devem ser oportunamente avaliadas pelo Iphan e pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – Conplan, no que tange ao tombamento do conjunto urbanístico de Brasília, e também por esta Câmara Legislativa, no caso de desafetação de áreas para criação de unidades imobiliárias.

Quanto às ações relativas à operação do complexo, destacamos a implantação de um centro de controle operacional e a instalação ou readequação de diversas redes, incluindo sistemas de reconhecimento facial, de leitura da matrícula veicular, de controle de acesso e de informações aos passageiros. Nos serviços operacionais, são previstas ações de apoio ao embarque e desembarque, de controle de tráfego e acostagem dos ônibus e de atendimento ao público.

O prazo máximo estipulado para a execução e entrega das obras de recuperação estrutural e requalificação das edificações existentes é de 48 meses, e para execução e entrega das obras de modernização do complexo, de 72 meses. O prazo máximo para implantação e entrega dos sistemas operacionais é de 48 meses, enquanto os serviços de manutenção e conservação devem ser implementados imediatamente após a assunção do complexo pela concessionária.

Transcrevemos, nos itens a seguir – não vou fazer a leitura –, com adaptação na numeração, o detalhamento das ações indicadas no programa de investimento, operação e serviços constantes da

minuta do contrato.

Aqui há todos os dados apresentados na minuta do contrato. Não farei a leitura porque estou fazendo a leitura do voto, da discussão técnica.

Consta do PMI uma modelagem econômico-financeira da concessão em tela, com previsão de investimentos, custos e receitas para um contrato de 20 anos. Os orçamentos das obras e demais ações necessárias à recuperação e modernização do complexo, conforme apontado no tópico anterior, foram descritos detalhadamente em cadernos específicos do estudo.

De acordo com tal modelagem, não há repasses de recursos públicos à concessionária. Na licitação, o critério previsto para a seleção é de maior valor de outorga, com lance mínimo de 2,5% da receita bruta anual arrecadada pela empresa ou consórcio, que foi aumentado.

Com valores aferidos em dezembro de 2019, o investimento estimado em obras e equipamentos nos 6 primeiros anos de contrato é de aproximadamente 191 milhões de reais. Os...

(Microfone cortado.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, infelizmente... Não, eu não vou... Ou V.Exa. profere o voto...

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, por gentileza. Gente, por favor. V.Exa. sabe da minha paciência, da minha tolerância, do respeito e do carinho que tenho por V.Exa. Peço a V.Exa. que profira o voto em até 30 segundos. Já foram 23 minutos de fala. Peço que vá direto ao voto. Com todo o respeito que temos um pelo outro, estou fazendo o meu papel, V.Exa. está fazendo o seu, vou abrir aos 23 minutos e aos 23 minutos e 30 segundos vou encerrar novamente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, como V.Exa. vai colocar...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Aos 23 minutos e 30 segundos, eu vou encerrar.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Como V.Exa. colocará em votação se eu não apresentei o meu parecer?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, eu vou encerrar aos 23 minutos e 30 segundos. Não haverá nova tolerância, nem novo prazo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Presidente, como V.Exa. colocará em votação se eu não apresentei o meu parecer?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, faltam 15 segundos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Presidente, eu não apresentei o meu parecer. O presidente da CTMU indicou-me como relator. Eu preciso pelo menos concluir o meu voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Isso é um desrespeito a mim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não. Falta 1 página e meia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está encerrado. Está encerrado!

(Vaias na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu tenho a consciência tranquila de que a democracia e o respeito são norteados em minhas ações nesta casa, mas não vou tolerar ser desrespeitado e desmoralizado como está acontecendo aqui. Aí, não! Isso passou para o campo do desrespeito, eu não vou admitir isso. Deputados, V.Exas. sabem muito bem como eu comando esta presidência, sempre discuto com vocês, mas aí, não, já passou para um campo perigoso, o do desrespeito. Não, deputado, eu não vou mais abrir se V.Exa. não falar em 30 segundos. Eu não vou mais abrir e pronto! A minha decisão está tomada.

(Intervenção fora do microfone.)

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, eu não vou abrir mais! Eu fui deputado de oposição, respeito todos os deputados, agora, a forma como está sendo feito eu não vou admitir. Eu não vou admitir.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, não é nem questão regimental, a Lei Orgânica do Distrito Federal é clara em seu art. 73: o prazo já está esgotado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Gente, não vou conceder mais questão de ordem; ou o deputado vota ou não concederei mais questão de ordem para ninguém. Acabou.

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Volto a dizer: todo mundo sabe a forma como eu conduzo a presidência. Então, se o deputado Fábio Félix não proferir o voto, não haverá mais questão de ordem, e vou tomar as providências que precisam ser tomadas, porque dessa forma não dá certo. O respeito tem que ser mútuo!

Deputado Chico Vigilante, eu não vou mais conceder questão de ordem enquanto o deputado Fábio Félix não proceder à leitura do parecer. Eu vou passar adiante para outra comissão, inclusive, deputado. Eu farei o que tiver que ser feito.

“Art. 126 (...)

§ 3º A questão de ordem deve ser objetiva, claramente formulada, com indicação precisa das disposições constitucionais ou regimentais, cuja observância se pretende elucidar.

§4º Caso o deputado distrital não indique as disposições em que assenta a questão de ordem, o presidente não permitirá...”

Eu não vou admitir questão de ordem!

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Como, se o parecer ainda não está pronto, deputado?! Primeiro, o parecer precisa estar pronto para ser discutido, depois eu abro para a discussão, com tempo objetivo, não vou cercear a palavra de ninguém. Mas, olhe só, passou para o campo do desrespeito a esta presidência, e eu não vou tolerar isso. Aí, não. Não podem confundir a minha democracia, achando que eu sou bobo, porque eu não vou admitir isso! O respeito tem que ser mútuo. Respeito só daqui para aí, mas daí para cá, não? Aí, não!

Deputado, mais uma vez... Deputado, eu não vou abrir a palavra para V.Exa., mas, sim, concederei um minuto para V.Exa. proferir o seu voto. Caso o senhor não profira, eu vou passar para outra comissão e acabou! Não haverá mais discussão.

Solicito ao relator, deputado Fábio Félix, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Presidente, eu vou ler a conclusão do voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – V.Exa. tem um minuto.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu vou fazer a leitura aqui e eu vou mostrar a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não. Em 1 minuto.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É essa parte e essa parte.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, em 1 minuto.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Uma página é a conclusão do voto, e farei a leitura.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, está contando o seu tempo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu não tenho como fazer. A Rodoviária do Plano Piloto...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, está contando seu tempo, e eu vou encerrar em definitivo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E da minha parte, não é desrespeito, um relatório fino como esse; um relatório pequeno para um projeto dessa dimensão, presidente! Desrespeito é eu não poder proferir meu relatório, presidente, que eu estou proferindo aqui! Obviamente é um relatório embasado, presidente. (Palmas.)

Presidente, V.Exa. sabe como eu o respeito, sei da sua importância nesta casa e respeito o seu

trabalho. Mas eu quero fazer a leitura só da parte final da conclusão, presidente! Só da conclusão desse relatório, que é meu direito, uma página de conclusão! É a única coisa que eu peço a V.Exa. Uma página, não dura 40 segundos a leitura da conclusão.

(Microfone cortado.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à relatora, deputada Paula Belmonte, que emita parecer sobre o projeto e as emendas.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle ao Projeto de Lei nº 2.260/2021, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a promover a concessão ao setor privado da prestação do serviço público, precedida de obra pública para reforma, ampliação, gestão, operação e exploração da Rodoviária do Plano Piloto e Galeria dos Estados de Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências”.

Voto do relator. Nos termos do art. 69-C, inciso II, d, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle: Art. 69-C. Compete à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, sem prejuízo das atribuições conferidas às demais comissões permanentes e temporárias e à Mesa Diretora...

Nesse sentido, o presente projeto foi distribuído para análise e emissão de parecer por parte desta comissão, considerando a importância em se preservar o instituto da transparência na gestão pública que hoje dissemina no seio da sociedade a chamada cultura de acesso, cabendo necessariamente que os agentes públicos tenham plena consciência de que toda informação pública é de propriedade do cidadão, devendo obrigatoriamente o Estado disponibilizá-la, de forma clara, objetiva e ampla.

Portanto, a transparência dos atos praticados pela administração pública é um dos pilares mais sublimes e indispensáveis que todo gestor público deve perseguir.

Assim, não se questiona em momento algum que o projeto de lei em questão visa à melhoria da qualidade e da segurança dos serviços de transporte público no Distrito Federal por meio da autorização de concessão do serviço público à iniciativa privada, precedido de obra, para reformar, ampliar, gerir, operar e explorar o complexo da Rodoviária do Plano Piloto, por prazo de 20 anos, incluindo-se, ainda, a Galeria dos Estados e os estacionamentos dos Setores de Diversão Sul e Norte.

Contudo, apesar de todas as informações até aqui prestadas, ainda perdura relativa obscuridade em alguns pontos a serem esclarecidos pelos técnicos do Poder Executivo, considerando que, até 6 de novembro de 2023, o Governo do Distrito Federal já injetou aproximadamente R\$1.419.937.376,00, sendo o montante de R\$860.242.972,00 para manutenção do reequilíbrio econômico e financeiro.

Então, segundo a modelagem de exploração econômica por parte do concessionário que venha a administrar a Rodoviária do Plano Piloto, após sua concessão, uma das fontes de arrecadação é a cobrança pelo acostamento dos ônibus que diariamente embarcam e desembarcam passageiros naquele local. Até hoje, não há transparência e tampouco informações concretas de como ocorrerão essas cobranças, valores, e como será o modelo a ser implementado. Será a cada acostagem? Será um pagamento mensal? Será um aluguel de vaga com preços fixos?

Nesse sentido, o Governo do Distrito Federal não apresenta uma solução para essa parcela da população e deixa-a à mercê do grupo econômico que explorará a rodoviária. É a mesma coisa de extinguir do mercado esses pequenos comerciantes, é acabar com o emprego e a geração de renda que há 45 anos eles fomentam naquele local. Isso esta casa legislativa não pode permitir, deve defender esses pequenos comerciantes permissionários que ocupam aqueles pontos comerciais.

Diante desses pontos, passo à transcrição de um trecho em que um grupo de tecnologia de gestão de cidades inteligentes descreve os prós e os contras de uma PPP: a principal vantagem de uma parceria público-privada é que o governo pode executar atividades que não teria recursos técnicos e financeiros para fazer se não houvesse o acordo com uma empresa. É esse empreendimento que traz os recursos financeiros, a metodologia e a tecnologia. O poder público, então, apenas fiscaliza. Para a população, as parcerias público-privadas são garantia de estabilidade no processo. Como os contratos costumam durar de 20 a 30 anos, evitam-se as interrupções comuns em obras feitas exclusivamente pelo governo – a administração pública muda a cada 4 anos, e nem sempre o conhecimento técnico é

mantido.

Dessa forma, coadunando com o pensamento exposto pelo nobre parlamentar relator da CDESCTMAT no acatamento das emendas apresentadas, ousou tão somente discordar da natureza aditiva da Emenda nº 2, dada sua importância e sua consequente fragilidade com alto risco de ser vetada pelo chefe do Poder Executivo quando da apreciação do projeto de lei votado nesta casa legislativa, mitigando importante chance de efetivamente serem resguardados os direitos dos atuais permissionários de permanecer ocupando e explorando comercialmente o espaço que ocupam.

Passemos agora a analisar as Emendas nºs 1, 2, 5, 6 e 7, apresentadas ao projeto de lei e que inclusive foram acatadas pelo relator no âmbito da CDESCTMAT, cujo parecer foi aprovado e que assim se manifestou.

Então, de forma mais coerente e de forma a atingir a verdadeira intenção do legislador, a Emenda nº 2 deve ser apresentada na modalidade modificativa, de forma a ser aglutinada ao *caput* do art. 1º do texto a ser discutido e deliberado, de forma a mitigar os riscos de que a mesma seja vetada.

Tirando os pontos aqui trazidos, quanto à necessidade de dar mais transparência à modalidade de concessão que ora se desenha, conclui-se que a concessão do serviço público à iniciativa privada, precedida da execução de obra pública e demais benfeitorias ao referido espaço público, conforme o projeto de lei em questão e os estudos da PMI nº 5/2019, configura-se alternativa viável, oportuna e capaz para trazer melhorias estruturais e operacionais à Rodoviária do Plano Piloto, o que refletirá diretamente na qualidade dos serviços a serem ofertados a toda a sociedade do Distrito Federal que diariamente se utiliza do transporte público local e trafega por aquele espaço.

Em tempo, vale sempre lembrar as sábias palavras de Lúcio Costa, ao se referir à Rodoviária do Plano Piloto de Brasília, em entrevista concedida ao Jornal de Brasília. Vejamos: “Eu caí em cheio na realidade, e uma das realidades que me surpreendeu aqui foi a rodoviária, à noitinha. Eu sempre repeti que esta plataforma rodoviária era o traço de união da metrópole, da capital, com as cidades-satélites improvisadas da periferia. É um ponto forçado, em que toda essa população que mora fora entra em contato com a cidade. Então, eu senti esse movimento, essa vida intensa dos verdadeiros brasilienses, esse milhão que vive fora e converge para a rodoviária. Ali é a casa deles, é o lugar onde se sentem à vontade” – Lúcio Costa, entrevista ao Jornal de Brasília em 1984.

Diante do exposto, no âmbito desta Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, no mérito, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.260/2021, com acatamento das Emendas nºs 5, 7, 9, 10 e 18, na forma do Substitutivo nº 20 aprovado na CCJ; pelo acatamento das Subemendas nºs 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 6, 16, 17 e da Subemenda nº 19.

Sala das comissões, assinado por nossa comissão, presidente.

Esse é o voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão.

Para discutir, eu darei 2 minutos e 30 segundos para cada um e vou encerrar. Se o deputado não discutir nos 2 minutos e 30...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Três minutos. Pronto.

Deputado, eu darei 3 minutos para cada um para discutir. Os 3 minutos estão estabelecidos; após 3 minutos, eu irei encerrar. Por favor, contem o tempo.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu acho que a primeira coisa que todo mundo tem de ter aqui é paciência. Nós somos parlamentares, aqui é o parlamento. Este é o lugar de discutir as coisas. Depois quem tem voto vota, ganha; quem não tem se aquieta. Portanto, não há por que haver essa agitação toda e “fala, não fala”. Inclusive, V.Exa. concederá daqui a pouco 1 minuto e meio para o deputado Fábio Félix terminar o parecer dele, para que possamos debatê-lo também.

Eu fiz questão de debater o projeto porque – e eu quero chamar o cuidado da população que está assistindo a nós – essa transferência – que alguns chamam de privatização, outros chamam de concessão, dá na mesma – não se efetivará. O que acontecerá é que, no primeiro momento, quem ganhar a concessão levará uma grana. Onze milhões de reais é dinheiro em qualquer canto do mundo.

A pessoa já leva 11 milhões de taxa de acostamento – que eu irei pagar, a deputada Jaqueline Silva irá pagar, todos nós iremos pagar, porque entra na tarifa técnica. Depois vamos pagar aluguel para uso do BRB, da Secretaria de Saúde, da Caesb, do Na Hora. Todo mundo irá pagar. É um baita negócio, um negócio sem risco. Um negócio sem risco!

Alguém disse aqui que a Arena BRB está dando lucro. Foi preciso o BRB colocar o nome Arena BRB para salvar um negócio privado. O que o BRB ganha com aquilo? Absolutamente nada. Estão dizendo: “Mas deu 1 bilhão de arrecadação”. Para quem? Para o governo, não entrou nada. O que acontece é que, em qualquer atividade, em qualquer feirinha que acontece hoje no Centro de Convenções, para entrar, é preciso pagar 30 reais. São 30 mangos que saem do nosso bolso sem terem colocado uma pá de concreto lá. Somente colocaram as cancelas e estão cobrando.

Portanto, não é questão de ser contra ou a favor de privatização. O problema é que isso não é privatização, é entrega de patrimônio. É por isso que eu estou debatendo e vou debater em todas as comissões e votarei contra, porque o projeto é nocivo. Ninguém teve coragem de fazer isso, porque ninguém queria entregar o patrimônio desse jeito. De esquerda ou de direita, ninguém teve essa ousadia. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante por respeitar o tempo.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO – Pode passar a minha vez.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, reforço o art. 95, IX que diz que membro da comissão tem 5 minutos para discutir. Tentarei fazer a discussão em 3 minutos, mas é importante destacar isso para não termos o debate prejudicado.

No debate do relatório da deputada Paula Belmonte, o governo traz uma informação sobre a taxa de acostagem. Na apresentação, o governo coloca no balanço que a taxa de acostagem será absorvida pelo governo, e eles vão bancá-la. Mas isso não está explícito no projeto, e eu queria consultar, no plenário, o governo se de fato é isto: o governo vai arcar com a taxa de acostagem, presidente? Eu até dou o meu tempo para que alguém do governo diga publicamente que o governo vai arcar com a taxa de acostagem. Isso foi dito em reunião com o secretário e a sua equipe técnica. Está na apresentação do governo que haverá um resultado positivo de 12 milhões de reais, tendo em vista que ele colocará os 10 milhões como déficit. É importante essa informação vir do governo. Alguém do governo consegue dizer aqui se de fato será assim em relação à taxa de acostagem? Porque, se não estiver explícito que o governo vai bancá-la, alguém vai pagá-la, e não será o empresário. Então, precisamos saber, afinal se trata dos nossos impostos, se o governo vai de fato absorver esse custo da acostagem. Isso é sério. Está na apresentação da secretaria, presidente.

Como o governo não vai apresentar, precisamos dizer o seguinte: essa concessão – e mais uma vez vou pedir para a assessoria apresentar o requerimento para tirar esse projeto da pauta – veio como concessão comum, presidente. Mas, se o governo vai acatar – como está aqui – a despesa, isso passa a ser uma concessão patrocinada. Esse projeto tem que vir com outro regimento jurídico. Isso é passivo de judicialização. Nós estamos fazendo uma concessão patrocinada, mas apresentando um projeto como concessão comum.

Então, eu peço aqui a um membro da CEOF e ao governo aqui presente que nos diga – o Governo do Distrito Federal precisa dizer isso hoje – quem vai arcar com a taxa de acostagem, porque, se esse projeto passar sem sabermos quem a pagará efetivamente, será um crime absurdo.

Então, para nós, essa concessão não é comum, é uma concessão patrocinada, uma vez que o próprio governo apresenta, no seu caderno, que vai assumir 10 milhões de reais por ano de taxa de acostagem. São 11 milhões. Piorou.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio para discutir.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu queria falar sobre alguns pontos do projeto, mas eu acho que eu não vou conseguir em 3 minutos.

Peço desculpas a V.Exa. se em algum momento eu o ofendi. O senhor sabe do apreço que eu tenho pela sua pessoa. Eu acho que, independentemente da forma como os deputados conduzem a política, ou o que acham da política, é muito difícil estar aqui – independentemente de compor a base ou a oposição. Não sei se, em algum momento, aqui neste plenário, se abriu precedente para acontecer o que está acontecendo. Eu só queria dizer que agora, neste momento, eu fico perguntando qual é o propósito de Deus para eu estar aqui, porque eu sou enfermeira, não sou deputada. Eu quero falar isso para fazer um desabafo mesmo. A vontade e o meu sentimento são de querer sair correndo daqui.

Não é por nada, não, presidente, mas nós estamos acostumados a perder aqui. Muitas pessoas falam que somos oposição por oposição. Não é. Não é. Há um projeto e um requerimento que nós colocamos, dizendo que existe uma outra forma de fazer, e nós estamos provando que existe outra forma de fazer. Na verdade, nós gostaríamos de debater, porque serão 20 anos. Nós vamos terminar o nosso mandato, o Ibaneis vai sair, e isso vai continuar. De acordo com esse projeto, existe uma forma de administração indireta. Nós conseguiríamos o recurso que vai ser investido e, a longo prazo, poderíamos ter a tarifa zero com uma rodoviária arrumada. Eu tenho como provar isso.

Mas, se não é a proposta do governo, que nós a votemos e percamos, não há problema, mas eu fico muito triste de ver o Regimento Interno ser tratorado, sim, porque, os requerimentos – independentemente – serão inscritos e dependerão da deliberação do plenário. Eu só quero dizer que saio daqui muito entristecida, porque não é o nosso direito discutir. É o nosso dever discutir. Se precisar, ficamos aqui até amanhã ou depois de amanhã, mas nós precisamos discutir, um respeitando a opinião do outro. É como o deputado Chico Vigilante falou: se nós perdermos, perdemos.

Então, presidente, eu só queria deixar registrado que há esse projeto e há, também, a tramitação do Requerimento nº 1.064/2023 para ser colocado conjuntamente. Nós também queremos que seja lido o que está na mesa de V.Exa., que é o recurso que nós colocamos em relação à matéria da CAS. O regimento deixa claro que não é só a presidência que pode fazer isso, mas, quando a matéria diz respeito à comissão, qualquer parlamentar e o presidente da comissão podem solicitar.

Eu fico muito triste por não poder ter lido aqui o meu parecer como presidente da CAS. Eu sinto muito pelo que está acontecendo aqui. Respeito todos os colegas, todos os parlamentares, mas, infelizmente, Brasília sai perdendo, e eu saio com uma tristeza muito grande por estar nesta casa, nesta tarde. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada Dayse Amarilio, se há uma coisa que me dá tranquilidade, é a minha consciência e as posições que eu tomo. Eu respeito todos os deputados aqui, ninguém pode dizer o contrário, mas nós vamos discordar. O fato de discordarmos não quer dizer que nós estamos atropelando o regimento, até porque eu não atropelo o regimento e não atropelo o colega. Vocês são testemunhas disso.

A minha licença para ser presidente da casa foi dada por todos vocês. Se, em algum momento, eu não for satisfatório, eu não terei dificuldade em pedir para sair. Eu tenho muita tranquilidade de agir como eu tenho agido.

Para mim, é muito ruim...

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Se começarem com desrespeitos, eu não terei problema em mandar tirá-los imediatamente. Eu não terei problema. Se há uma coisa que não me move é o medo.

O que eu fiz com o deputado...

Peço que a segurança já se aproxime e, se for o caso, tire as pessoas da galeria.

Deputado Fábio Félix, eu lamento muito o que aconteceu aqui.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Se há uma coisa que eu não conheço é medo, rapaz. Eu passei 30 anos correndo atrás de bandidos. Você acha que eu vou ter medo de você, rapaz? Deixe de ser besta.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Se continuar o desrespeito tanto a mim quanto aos colegas, a segurança pode tirá-los, porque eu não tenho problema com isso. Por enquanto,

pode deixar. Pode deixar.

Deputado Fábio Félix, para mim, incomoda muito ter que cortar a palavra de V.Exa., porque eu sei a seriedade do seu trabalho, mas precisamos tocar a votação, precisamos dar encaminhamento. Isso me incomoda.

Apenas para responder à deputada Dayse Amarilio, não houve atropelo da minha parte – pelo menos não foi essa a minha intenção.

Vamos dar continuidade. V.Exas. vão usar o que têm que usar. O que V.Exas. fizeram eu fiz também, como deputado de oposição, talvez não do mesmo jeito. Isso é natural, isso funciona, mas nós precisamos também ter equilíbrio naquilo que fazemos.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiro, o jogo democrático não é simples. A democracia é custosa, porque requer o debate, a discussão, a paciência pontual sobre o debate de um projeto e a paciência histórica, porque os movimentos e os processos são cíclicos. Hoje sou eu na oposição. Amanhã é um colega na oposição. Então, o respeito ao regimento e a defesa da construção de uma metodologia nesta casa é fundamental para que todo mundo seja respeitado. E nós vamos ter uma grande oportunidade agora com o novo regimento, que vai ser inaugurado a partir do ano que vem, o que pode ser uma possibilidade de corrigirmos os erros do passado e garantirmos uma metodologia em que a minoria, a maioria possa estabelecer os métodos nesta casa. Já houve deputado que passou por mim aqui e falou: “Corta. Tira todo mundo da galeria”. V.Exa. felizmente não tomou uma atitude como essa, porque esses são aqueles que, tentados pelo autoritarismo, – se estivessem sentados aí – já teriam tomado uma atitude como essa. Felizmente, o senhor não tomou uma atitude como essa, como alguns já sugeriram aqui embaixo.

Agora, o que os colegas precisam saber é que nós não estamos debatendo aqui uma coisa qualquer. Nós não estamos debatendo aqui um projeto de crédito específico para uma área. Nós não estamos debatendo um projeto que trata de um pormenor. Nós estamos debatendo um projeto de uma envergadura – usando um termo comum na nossa cidade – monumental, que é a Rodoviária do Plano Piloto. É a rodoviária onde circulam 600 mil pessoas. Todo mundo quer que ela melhore. Ninguém aguenta a rodoviária do jeito como está, abandonada pelo governo, abandonada por sua gestão. Ninguém aguenta mais.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O que nós estamos discutindo aqui é o método. Quais são as formas de solução desse problema? E a nossa análise, presidente, para ser muito sincero com V.Exa., é que o governo está tomando um caminho perigoso para esta cidade. Do meu ponto de vista, há uma farsa técnica e política nesse projeto. Há uma farsa nesse projeto quando ele não aponta claramente que o governo vai subsidiar a empresa que vai assumir, porque há um presente no meio do projeto, que é a taxa de acostagem de 11 milhões, deputado Chico Vigilante, – como disse o deputado Max Maciel – com o nosso, com o meu, com o dinheiro público, com o dinheiro da população.

Quando você abre um negócio, por exemplo uma padaria, se você vende o pão, você ganha; se você não vende, você perde. São os riscos do empreendimento no capitalismo que tantos aqui defendem. Nessa não, é ganha e ganha. A empresa só vai ganhar e com o nosso dinheiro, o dinheiro do povo. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre deputado Fábio Félix.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu quero enfatizar a questão do Regimento Interno. Eu reconheço todo o seu trabalho e que o senhor tem preservado o nosso Regimento Interno. Eu acho isso importante. Quero dizer que eu sou uma pessoa que defende o Regimento Interno. Esse pedido para que o Regimento Interno seja preservado é o mesmo pedido que nós fizemos na CPI – é importante dizer isso. Na CPI, nós não nos sentimos respeitados em relação ao regimento – há até mesmo um recurso do deputado Pastor Daniel de Castro acerca do respeito na CPI. É importante dizer, como eu falei naquele dia, que, no Regimento Interno, não há direita nem esquerda; ele tem que ser preservado.

Eu vejo que o senhor tem feito isso e que é um grande exemplo para todos nós, para todos os

futuros presidentes desta casa e para os futuros presidentes de comissão, para que se preserve o regimento. Que a defesa do regimento seja feita pelo Parlamento, não pela esquerda nem pela direita. Isso é muito importante!

Minha fala é para pedir que se responda à questão trazida pelo deputado Max Maciel: o governo vai ter que pagar essa taxa de acostagem, ou não? Essa é a pergunta que não foi respondida até hoje. Isso, se não for respondido, vai recair no bolso da população. Como é que vai ficar? O líder do governo pode esclarecer a questão da acostagem?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, primeiramente quero dizer que ainda há muito a se debater sobre esse projeto. Não foi à toa que o secretário de transporte e mobilidade veio a esta casa 2 vezes e, em uma delas, ficou aqui várias horas. Qual é o problema? A sociedade não escutou esse debate e ele não conseguiu responder às questões dos parlamentares. Há muita coisa a ser discutida, e não temos que ter pressa.

Como o nosso tempo está sendo limitado, eu vou me ater, no debate desta comissão, à questão da transparência. Não há transparência neste governo. O número utilizado para justificar que a concessão, a venda e a privatização vão ser lucrativas é falso, é mais uma tentativa de golpe. O governo faz a tabela de despesas e receitas usando o seguinte dado: em 2023, foram gastos 27 milhões e meio com a Rodoviária do Plano Piloto – despesas do governo. E, aí, com esse número, prevê-se um negócio que passa a dar lucro – entre aspas – de 12 milhões por ano.

Vamos aos números apresentados pelo secretário de mobilidade ontem: em 2022, foram gastos 7 milhões e 400 mil reais. Em 2021, foram gastos 9 milhões e 600 mil. Em 2020, 15 milhões. Em 2019, 15 milhões. O governo Ibaneis nunca gastou 27 milhões, exceto neste ano, e está usando esse número como referência. A média dos anos de governo Ibaneis é de 15 milhões, 12 milhões a menos do que foi apresentado neste ano. Ou seja, se nós colocamos isso na tabela, na matemática, o negócio não é lucrativo. Há prejuízo para o Distrito Federal. Que negócio é esse em que o Governo do Distrito Federal vai ter prejuízo, e a empresa vai ganhar? De novo, quem vai pagar essa conta é povo do Distrito Federal, quem vai pagar essa conta são os trabalhadores do Distrito Federal.

Disseram aqui: “Ah, nenhum governo resolveu a situação da rodoviária.” Há uma diferença: nenhum governo quis vender a rodoviária. É o Ibaneis que está tentando vender a rodoviária. Ele vai entrar para a história como o governador que não consegue resolver problemas, como o governador que prometeu não derrubar casas e está derrubando e agora como o governador das privatizações, como o governador que coloca a conta e o braço duro nas costas do trabalhador e do povo desta cidade.

Não há transparência, presidente. Os números apresentados pelo secretário de transporte não batem. É um absurdo. É um desrespeito com esta casa. Nem os números trouxeram. O líder do governo teve de pedir para acabar com a reunião, porque a situação estava constrangedora. Não há números. Os números não batem, não se justificam. Nós estamos entregando...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Para concluir, presidente.

Nós estamos entregando, de graça, para alguém que vai ganhar – aí, sim – milhões, e ainda não sabemos quem. Então, é para rejeitarmos, mais uma vez, este crime: entregar a rodoviária de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Eu sou, como V.Exa. sabe, advogado de militância. Faz 16 anos que milito no direito. Acho tão lindo quando evocamos o Regimento Interno; porém, quero saber se este Regimento Interno vale para ocasião ou se vale para a casa.

Senhor presidente, nós fomos atropelados no quesito regimental, nesta casa, há poucos dias, pelo presidente da CPI. Com muita insistência, depois de um destaque antirregimental, eu, o deputado Joaquim Roriz Neto, a deputada Paula Belmonte e o deputado Thiago Manzoni pedimos uma questão de ordem. De forma autoritária, essa questão de ordem não foi concedida. V.Exa. teve de descer do seu gabinete e fazer uma reunião para nos conceder uma questão de ordem. Como muito choro, essa questão de ordem foi por 1 minuto. Depois: "Está feito o que fiz, e é do jeito que eu quero."

Eu acho que, para se evocar o regimento, tem de ser com seriedade. A oposição está fazendo o seu papel, mas tem que jogar com seriedade. Ela só fala em despesa. Não fala na economia que o governo faz. Isso é uma judiação.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – É uma judiação.

Você me respeite, porque estou falando, por favor. Aliás, eu queria saber se esses que estão aqui na galeria são camelôs da rodoviária ou se são militantes. É muito importante saber isso e se eles não vieram a esta casa para esgrachar os deputados. Perfeito? É muito importante saber isso depois, presidente. Eu gostaria de saber isso.

A oposição fez o papel dela. Ela foi à justiça, e a justiça analisou a questão regimentalmente. Está aqui a decisão do Tribunal de Justiça, que diz que o Regimento Interno desta casa, inclusive na reunião da CCJ, foi extremamente cumprido, portanto, legalista. Não há o que se falar. Aqui ninguém está atropelando ninguém, não.

Eu me solidarizo com V.Exa., presidente, que é um presidente extremamente democrático com todos os parlamentares. Já vi, inclusive, V.Exa., com esse jeito bondoso de administrar esta casa, privilegiar muito mais a esquerda que nós. Entendemos isso, porque V.Exa. dialoga muito bem. Portanto, um ataque a V.Exa. não é um ataque somente à sua pessoa, é a todos nós, porque V.Exa. nos preside e preside muito bem. Muitas vezes, quando há talvez uma excedência da sua parte, é justamente pelo zelo.

No entanto, eu queria conclamar que a oposição faça o seu papel. Tudo bem. Eu não tenho compromisso nenhum. Vamos até 2 horas, 3 horas da manhã. Sou pago para isso. Eu fico aqui uma semana, se quiser. Aliás, o deputado Chico Vigilante fez uma proposta para mim. Eu fui até ele e o convidei para irmos agora à Rodoviária. A minha equipe foi lá, deputado Chico Vigilante, tirou foto. Eu estou com o cardápio aqui. Trata-se de injustiça. O preço que o senhor traz é daquela Casa do Pão de Queijo que há no aeroporto. Ela é a mesma que existe lá. O caso é totalmente diferente.

Precisamos ser sinceros. O governo está deixando de investir, nos próximos 4 anos, 61 milhões de reais. Está no orçamento. Está deixando de pagar 19 milhões de reais, e vai ter um investimento de 120 milhões de reais. Eu tenho certeza de que quem está aqui nos discriminando vai ter acesso a uma rodoviária como nunca teve na cidade.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente, outros também excederam o tempo. Peço 10 segundos.

Eu tenho certeza, senhor presidente, de que nós teremos uma das melhores rodoviárias do Brasil. Essa será a rodoviária do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhores deputados, o deputado Gabriel disse agora há pouco que a rodoviária sempre foi um problema no Distrito Federal – isso para todos os governos. Ele mesmo admitiu isso, desde o governo do Aimé Lamaison, que o deputado Chico Vigilante conheceu. Ela sempre foi um problema, sempre foi uma coisa. S.Exa. disse que nenhum governador tinha feito a privatização.

Sabe por que não o fizeram, deputado? Porque são frouxos! Os governadores são frouxos, principalmente o governador Rollemberg, que foi o pior governador que Brasília teve. Ele deixou a Galeria dos Estados totalmente acabada. Até o viaduto caiu. Graças a Deus, não houve uma tragédia. Sabe por que não o fizeram? Frouxos! Frouxos! Governadores frouxos!

Se há uma coisa que o Ibaneis tem, é coragem. O governador Ibaneis tem coragem. Se o avô do deputado Joaquim Roriz Neto não tivesse a coragem de fazer a terceira ponte, se ele não tivesse a coragem de fazer o metrô, o que seria de Brasília hoje? Porém, ele recebeu as mesmas críticas – foram as mesmas críticas! Então, não tiveram coragem, porque são frouxos!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu quero fazer uma sugestão aos deputados. Estou vendo alguns deputados muito exaltados. Eu queria convidar os deputados para fazermos uma pausa e irmos à rodoviária, comer um pastelinho com caldo de cana, tomar um cafezinho, bater um papo, deixar esse negócio para continuar amanhã. O pessoal está muito nervoso, está muito exaltado aqui. Amanhã voltamos a essa matéria, até porque há alguns deputados muito apressados em votar esse projeto. Eu não sei do que se trata – se querem ir embora, enfim –, mas fica essa sugestão para o pessoal se acalmar, tomar um chazinho. Vamos à rodoviária, porque pode ser que muita gente mude de ideia, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não, deputado. Vamos para o próximo passo. Eu fui citado aqui 14 vezes, e não pedi para fazer uso da palavra, deputado.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, como líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não, deputado, a oposição também pode falar. Isso é só para os líderes fazerem a orientação. Depois, eu passo a palavra a V.Exas. Não vou passar a palavra para o deputado Gabriel Magno, porque S.Exa. irá abusar. (Risos.)

Deputado Gabriel Magno, vou dar a V.Exa. 1 minuto e trinta, depois.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O deputado Hermeto não falou “deputado Gabriel Magno”, falou “Gabriel”. S.Exa. disse que não é o mesmo Gabriel, é outro, é o deputado federal Gabriel. (Risos.)

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Como líder do governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, a orientação da liderança de governo é pela aprovação, na íntegra, do parecer da deputada Paula Belmonte.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Qual é a orientação da oposição, deputado Chico Vigilante?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, a tudo o que diz respeito a este projeto, vamos votar contra, de ponta a ponta. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado. A orientação é para votar “não”.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, como líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco Parlamentar PSOL-PSB. Como líder. Para encaminhar a

votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, temos o direito de falar nas votações. Sinto muito, isso está escrito no Regimento Interno. Quando cheguei a esta casa, o regimento estava pronto. Eu não o escrevi. Presidente, como líder da bancada do PSOL e do PSB, tenho direito regimental. Não fui eu que escrevi isso, que tive essa ideia. Quando cheguei aqui, o Regimento Interno já estava pronto, é a legislação desta casa. Eu tenho o direito de encaminhar as votações.

Apesar do esforço do parecer da deputada Paula Belmonte e da seriedade de S.Exa. neste tema, não temos como votar favoravelmente, porque este projeto é uma tragédia para o Distrito Federal.

Então, o nosso voto é contrário a este projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado. (Palmas.)

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte para encaminhar a votação.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Senhor Presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, sou autora do relatório, vou votar a favor, mas sabendo que respaldamos toda a segurança das pessoas, dos permissionários, fazendo mais um pedido a este governo: que responda a nossa questão de ordem sobre a questão da acostagem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Thiago Manzoni, concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, a orientação para o bloco do PL é pela aprovação do parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Gabriel Magno, concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, como o governo não apresentou nenhum número – nenhum número! – para justificar o crime que estamos cometendo aqui autorizando a concessão, a Minoria indica votar “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Só 1 minutinho. A deputada Doutora Jane está chegando. A deputada faz questão de votar. (Pausa.)

Vou ter que encerrar. A votação está encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis e 6 votos contrários.

O parecer está aprovado. (Vaias.)

Vou retornar a palavra ao deputado Fábio Félix, para que S.Exa. encerre o seu voto. V.Exa. tem 2 minutos, deputado, contados a partir de agora.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. A matéria está passando, talvez, pela comissão mais importante, a Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, se posicionar sobre o tema da rodoviária.

A Rodoviária do Plano Piloto trata-se de espaço público de concentração – essa é a parte do final do meu voto – e encontro das pessoas que vivem em todo o Distrito Federal e Entorno, de

componente da paisagem urbanística e arquitetônica de maior expressão e simbolismo, integrante do patrimônio tombado da cidade. Por isso, é cenário de manifestações públicas, comércio popular formal e informal e outras expressões da vida do povo do Distrito Federal.

Os estudos apresentados no Procedimento de Manifestação de Interesse conduzido pela Semob detalham as intervenções necessárias e os custos de investimento, manutenção e operação, bem como as fontes de receita previstas – exploração de estacionamentos, painéis de publicidade, cobrança pelo acostamento dos ônibus e aluguel dos pontos comerciais.

O projeto de lei em análise, contudo, não aborda nenhum desses pontos. Dessa forma, o relatório empreendido, assim como a análise realizada, refere-se à minuta de contrato elaborada pelo Poder Executivo, não havendo qualquer salvaguarda do interesse público no presente projeto de lei.

Em relação ao texto do projeto de lei em si, cumpre destacar a ausência completa de qualquer garantia para o poder público ou para os usuários do sistema de transporte público coletivo, em afronta ao que dispõe o art. 4º, inciso II, da Lei Distrital nº 3.792/2022 (*sic*), segundo o qual “Na contratação de parceria público-privada, serão observadas as seguintes diretrizes: [...] II – respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços dos entes privados incumbidos da sua execução”.

A nosso ver, é certo que o presente projeto não significará melhoria do serviço para o usuário do sistema de transporte público coletivo ou para os demais transeuntes que frequentam a rodoviária diariamente. O certo é que o serviço de transporte estará mais onerado, e o espaço da rodoviária menos acessível às pessoas mais necessitadas.

Por todos esses motivos, somos pela rejeição, no mérito, do Projeto de Lei nº 2.260/2021, no âmbito desta Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana.

Esse é o nosso voto, com muito orgulho, contra a destruição e a privatização da Rodoviária do Plano Piloto. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, como presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, somos favoráveis ao parecer do relator, deputado Fábio Félix.

Para discutir, trago um dado. Deputado Hermeto, certamente V.Exa. é um dos grandes defensores do Ibaneis, mas o seu governador investiu na rodoviária, no ano passado, só 7 milhões de reais. Essa conta que o seu governador disse que gastou e que vai gastar por ano 27 milhões – que é o custo da rodoviária – não corresponde à realidade dos últimos 4 anos do governo dele, deputado Hermeto. Eles estão colocando essa conta agora para justificar a concessão, mas o debate é outro.

O debate, agora, é que apresentamos um questionamento, porque a Lei Geral de Concessão diz que, para terminal rodoviário, eram apenas 10 anos a concessão; e o projeto trata de uma concessão de 20 anos. Questionamos o Governo do Distrito Federal, que disse para nós que, com base na lei... A lei em que nós estamos nos ancorando, a Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, reconhece o porquê de nós chamarmos aquele lugar de rodoviária. Lá passa a central do metrô, lá para o BRT, lá há estacionamento para ônibus acostar enquanto aguarda a próxima linha, mas o governo diz que aquilo não é um terminal rodoviário agora, mas um ponto de apoio. Eu vou explicar uma coisa para o governo. Ponto de apoio eu mudo de lugar. Eu posso mudar a rodoviária de lugar? É uma pergunta sincera que eu tenho para o Governo do Distrito Federal.

Com isso, para fazer a leitura, na nossa opinião, o terminal rodoviário não é um serviço básico e nem complementar, como dispõe o art. 5º. Entretanto, trata-se de um serviço vinculado, e, portanto, deve ser respeitado o limite de 10 anos, haja vista que tem como finalidade integrar o sistema de transporte público e oferecer serviços e facilidades para o embarque e desembarque de passageiros.

E, assim, respeitar o limite de 10 anos do diploma legal do art. 7º, *caput*, § 3º. A Rodoviária do Plano Piloto não pode ser considerada como um ponto de apoio, assim como garagens e postos de abastecimento, porque não tem a mesma natureza e função.

Dito isso, presidente, é o que nós estamos colocando em debate aqui... o governo e V.Exas. base do governo não têm esse projeto na ponta da língua. Não têm. Com muito respeito, eu não quero ser arrogante, não quero ser arrogante com ninguém, mas nós estamos debruçados há muitas semanas sobre esse projeto. E nesse projeto há muita coisa que surgiu nas 2 últimas semanas,

deputado Fábio Félix. Inclusive, isto que o Estado está trazendo de que vai bancar a taxa de acostagem agora, sem previsão legal na LDO, que poderia ter colocado, mesmo sem orçamento, e que pode colocar uma emenda amanhã como LDO.

Eu vou dizer aqui para o líder do governo: deputado Robério Negreiros, se amanhã na LDO entrar uma emenda dizendo que o Estado vai arcar, mudará a finalidade da concessão, que passará a ser uma concessão patrocinada – outro regimento jurídico e outro trâmite terão que ser feitos nesta casa, inclusive, a quantidade de votos que é necessária para o dia de hoje.

Com isso, estamos pecando num pequeno detalhe e colocando em risco esse projeto, que pode ser anulado; e vai ficar feio para o governo ser derrotado também na justiça.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, desde o começo, nas nossas reuniões – eu não sei, realmente, o que aconteceu, pois o projeto estava sendo discutido no ano passado, mas ele só começou a andar este ano –, eu pedi, na primeira reunião com o secretário – inclusive uma primeira reunião que tivemos até que interromper por falta de alguns dados –, uma tabela comparativa da vantagem.

A grande questão que eu defendo, presidente, é a questão da vantagem. Quando pegamos o que foi investido um pouco antes de 2019 até 2023, vemos que o que foi investido na rodoviária foi quase 10 vezes mais nesse último ano. Temos contratos, inclusive, com segurança, com assessoria. Não sabemos quantos contratos, nem o porquê de a rodoviária estar nesse estado se há esses contratos.

Uma outra questão que eu quero que seja respondida – eu faço questão de perguntar assim como o deputado Max Maciel e a deputada Paula Belmonte – é: quem vai realmente arcar com essa taxa de acostagem?

A outra questão é: por que equipamentos públicos, que inclusive trazem um grande volume de pessoas, como o Na Hora, o CTA, vão pagar para a concessionária aluguel, somando valores de 117 mil por ano, se formos usar a metragem quadrada que foi apresentada pela Semob, que é de mais ou menos 126 reais o metro quadrado?

Então, a grande pergunta é: qual a vantagem para o governo? Por que nós não estamos fazendo isso em um outro modelo, em um modelo que traria inclusive uma transparência no sentido de fiscalizar? O que vemos é que, muitas vezes, ficamos na mão do concessionário, do patrão, para onde estamos passando, e não conseguimos ter o serviço de volta.

Nós temos perguntas, inclusive não respondidas, sobre a própria questão do transporte, que hoje é um problema. E não enfrentamos isso. Nós estamos entregando novamente para ficar na mão de uma concessionária por 20 anos – 20 anos não são 20 dias, não são 2 meses, são 20 anos! Então, presidente, eu continuo perguntando qual a vantagem disso.

Como criar uma taxa sem autorização legislativa? Quais são as razões de o governo subsidiar tal taxa? Por que essa taxa mínima é tão pequena, no valor de 4,3? Qual a razão para os equipamentos públicos pagarem para utilizar a estrutura da rodoviária? Se o poder público irá pagar para sustentar taxa e equipamento, qual é a razão de nós fazermos a concessão? Qual é o risco para esse empresário? E por que nós não estamos gerando dinheiro com recursos do próprio governo para investir na Rodoviária do Plano Piloto? Isso é possível ser feito, sim!

Ficam essas perguntas. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, se existe uma coisa que eu guardo na minha vida é a coerência. O meu partido e eu não somos contra todas as concessões, senão nós não teríamos feito a concessão do Aeroporto de Brasília, que foi concedido em um governo do Partido dos Trabalhadores; senão não teríamos feito outras concessões;

e haverá outras. O problema, presidente, é a maneira como está sendo feito esta, porque é um salto no escuro.

A primeira pessoa que debateu esse projeto aqui... V.Exa. se lembra, na hora em que o projeto chegou, eu fiz uma audiência pública, deputado Robério Negreiros, V.Exa. estava aqui com o secretário Valter Casimiro. Trouxemos a Casa Civil, o secretário de governo, que era o José Humberto. Naquele momento, foi garantida pelo secretário José Humberto e pelo Valter Casimiro – eles asseguraram em nome do governo – a permanência dos permissionários. Seriam dadas condições para a permanência dos atuais permissionários. Por isso que eu tenho lutado tanto aqui para que haja uma emenda destacada em que conste isso, porque foi uma garantia dada a eles.

Quando eu alerto que o governo está dando um salto no escuro, um cheque em branco, e quem ganhar não vai executar, é porque as coisas não estão claras. Como funciona essa taxa de acostagem? É um aluguel para os atuais permissionários de ônibus, as empresas – duas que não cumprem contrato – passem a pagar acostagem e a embutirão na tarifa técnica. E virão uns projetos aumentando a tarifa técnica e, cada vez que vierem, cacete na Câmara Legislativa! Esse é o problema!

Delimitaram qual é o terreno efetivo da rodoviária e qual é o do metrô? Será que não vão cobrar também das plataformas do metrô achando que é terreno da rodoviária? Está tudo nebuloso. O Na Hora que está ali, que é um serviço fundamental para a população, diria até um serviço social, vai pagar quanto de aluguel?

Portanto, é mais grana no cidadão no consórcio que vai ganhar, que não vai botar uma pá de concreto. Já entra ganhando dinheiro. É capitalismo sem risco. Há gente que fala mal do socialismo. Esse tipo de capitalismo é capitalismo sem vergonha. Por isso sou contra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, há uma questão que eu falei na parte final do meu relatório para a qual eu acho importante também chamar atenção. O projeto que nós estamos apresentando, na verdade, ainda o projeto original do governo – aumenta depois na CCJ, mas aumenta muito pouco – é um projeto de 4 artigos.

Muita gente que está assistindo a esta sessão pode ter a impressão de que a Câmara Legislativa está tratando da concessão. Não. Tudo o que nós estamos tratando é ou imaginário – nós ouvimos o secretário ou o subsecretário dizer –, ou está nos documentos que tramitaram no Tribunal de Contas, que é outra instituição, que não é a Câmara Legislativa do DF. Então, nós não estamos tratando de praticamente nada no que diz respeito concreto à concessão, porque o projeto de lei que nós estamos aqui assinando embaixo hoje – não eu, mas a maioria dos parlamentares – é um projeto de lei de 4 artigos que fala: autorizamos o governador do Distrito Federal a conceder a Rodoviária do Plano Piloto, ponto. Nós não tratamos das condições.

Nós temos a palavra do secretário numa reunião com os parlamentares dizendo: o governo vai assumir a acostagem. Ora, o governo não é o dono do orçamento público! Isso não está previsto no projeto de lei orçamentária! Como é que o Ibaneis está dizendo que vai pagar 11 milhões, que é função das empresas também concessionárias de transporte público?

O governador não é o dono do patrimônio, assim como ele não é o dono da rodoviária. O Ibaneis passa, e eu espero que passe rápido, espero que passe rápido no Governo do Distrito Federal. Mas nós estamos falando de patrimônios da nossa cidade como é a Rodoviária do Plano Piloto, que é um patrimônio fundamental desta cidade.

Então, nós estamos lidando aqui, mesmo com toda a confiança na palavra do secretário, com questões imaginárias. Não há documento dizendo quem vai pagar a taxa de acostagem. Nós não sabemos de onde vai sair esse benefício pago pelo poder público à nova concessionária e pago também porque vai beneficiar as concessionárias de ônibus, como já foi colocado aqui.

No limite, colegas que estão aqui, nós estamos falando que vão sair do nosso bolso e do bolso do povo esses 10 milhões. E, se nós colocarmos na ponta do lápis, em pouco mais de 10 anos, nós pagaremos só com o dinheiro da taxa de acostagem todos os investimentos da concessionária que vai ganhar esse presentão. É um presentão, porque um negócio que não tem risco não é negócio. Do liberal ao comunista, quem acha isso normal?

Sinceramente, esse projeto é uma tragédia para o Distrito Federal. É inaceitável essa votação.

(Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Eu vou responder ao deputado Hermeto em dois momentos, agora e no próximo debate.

Primeiro, deputado, não se trata de ter coragem ou de ser frouxo. Esse debate já passou, isso é coisa da Idade Média. Coragem o governador Ibaneis não tem. Coragem o governador não tem – de conversar com os servidores, de conversar com os permissionários. Não tem. Não se trata mais de ser frouxo ou machão, isso é debate da Idade Média. Nós estamos em 2023.

Eu quero trazer, presidente, mais um número, porque os dados apresentados pela Semob são uma vergonha. São uma vergonha! Vamos lá: a receita do negócio. O que a empresa vai ganhar? De onde virá o dinheiro? Os dados da Semob são uma vergonha total. Estacionamento cobrado no Conic e na rodoviária, 12,7 milhões de reais por ano. Está no processo do Tribunal de Contas: no estacionamento dos bolsões do Conjunto Nacional, podem ser cobrados até 10 reais por hora. Há mais: aluguel das lojas, R\$8.600.000,00 por ano. Os trabalhadores é que vão pagar. Acostagem, 11 milhões de reais por ano. O governo falou: “Deixa conosco, vai para a tarifa técnica”. Ou seja, presidente...

Lembro que a empresa Marechal, hoje, não tirou ônibus da garagem porque não conseguiu pagar combustível, e a secretaria não fiscaliza. As empresas que já estão metendo a mão no dinheiro público, com essa vergonha criminosa, vão passar a meter a mão direto no bolso da população, que é quem vai pagar o lucro. Olhem: o lucro aqui é estacionamento, é aluguel de loja ou é no preço da passagem ou na tarifa técnica. Os números são uma vergonha.

É muito fácil esse tipo de negócio. Isso aqui é para deixar os liberais de cabelo em pé, porque é o Estado mínimo para o povo, mas, para o bolso do empresário, é o Estado máximo. É disso que se trata essa vergonhosa proposta de venda da rodoviária de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu estou insistindo. Eu tenho 3 minutos para fazer a minha discussão. Eu quero insistir em receber uma resposta. Nós precisamos votar.

Quem vai pagar essa acostagem? Isso é básico. Como nós estamos aqui com o parecer da Comissão de Mobilidade que diz que não se sabe isso, e vamos votar uma coisa que nós não sabemos? Vou ficar esperando a resposta.

O líder do governo pode nos responder isso? Deputado Robério Negreiros, V.Exa. pode dizer quem vai pagar a taxa de acostagem na rodoviária?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, é importante registrar isso. Estamos falando de 11 milhões de reais que não sabemos de onde virão. Estou fazendo esta pergunta. Quem pode respondê-la, presidente? Quem pode respondê-la? É importante sabermos isso. Presidente, desculpe-me, mas quero saber se vai haver resposta da presidência da mesa. Vamos saber quem vai pagar a acostagem?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O deputado Robério Negreiros chamou o Bellini.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Está ótimo. Vou aguardar porque isso é fundamental para podermos votar o projeto.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Isso já foi falado exaustivamente, em todas as reuniões das quais o governo participou. Na última, o governo assinou 516 páginas. Ficou claro que quem vai pagar essa taxa são as empresas concessionárias. É isso que fica claro.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Então, o que está sendo afirmado – importante dizer isto para que possamos saber o que estamos votando – é que os 11 milhões serão pagos pelas empresas. Mas a apresentação diz algo diferente. É isso que precisamos dizer porque não está claro nem transparente!

Presidente, isso é muito sério! Estamos falando de um preço que vai cair. O líder do governo acabou de falar uma coisa, e na apresentação há outra. É só esse esclarecimento que estou pedindo.

Líder, deputado Robério Negreiros, V.Exa. pode esclarecer a minha dúvida?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O que está no documento oficial prevalece. Tem que haver um documento oficial. O documento prevalece. Ele foi entregue. Eu testemunhei isso. O secretário participou da reunião. Ficamos até tarde da noite. Essas dúvidas foram dirimidas exaustivamente.

Deputada, essa pergunta pode ser dirimida diretamente com o secretário e por meio da apresentação.

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu vou encerrar o tempo da deputada...

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Não está claro! Eu não entendi. Na apresentação...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada, V.Exa. participou da reunião, e o documento foi entregue. Então, a dúvida está dirimida no documento.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa., por 1 minuto. Em seguida, vou encerrar a discussão.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, mais uma vez: não há condição de votarmos este projeto hoje.

O Governo do Distrito Federal encaminhou oficialmente uma proposta com uma apresentação na qual consta, em vermelho, que vai absorver os 11 milhões da taxa de acostagem. Foi dito, em reunião com os deputados, que o governo ia fazer isso para garantir o não aumento da passagem. Isso não está na minuta de contrato nem no edital. Nós lemos o edital. Não sei se os deputados leram o edital. Nem o edital nem a minuta de contrato preveem que a concessionária vai arcar com a taxa de acostagem. Não há a informação de quem vai bancar a taxa de acostagem.

O governo nos disse, há 2 semanas, que vai bancar a taxa de acostagem, e o líder do governo disse, agora, que quem vai assumi-la é a concessionária. Então, o Governo do Distrito Federal mentiu para esta casa e apresentou dois projetos aqui.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O senhor está falando, presidente, que a o governo não vai pagar e que a concessionária vai pagar. É isso que está sendo estabelecido, só isso.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, vou repetir o que eu falei: as empresas irão pagar. Se elas tiverem o direito de entrar com o reequilíbrio, poderão entrar na tarifa técnica, mas quem vai pagar isso são as empresas concessionárias.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, o único pedido que vou fazer é que os deputados possam falar 1 vez só na discussão, senão não acaba nunca.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A ideia é essa. Vamos respeitar isso.

Continua em discussão o parecer da CTMU. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Informo que o parecer foi contrário.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, como líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (Como líder do governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, a orientação da liderança do governo é que votemos contra o parecer. A orientação é votar “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A orientação é votar “não”.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, antes da votação nominal, precisamos passar...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Perfeito, deputado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Quero dizer que não escrevi isso, mas há o Regimento Interno, porque depois disso aqui vira o caos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Desculpa, deputado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Inclusive, deputado Iolando, V.Exa. sabe, pois estive na mesa, que cada líder tem 3 minutos para encaminhar a votação. Isto é o que diz o Regimento desta casa: temos direito a 3 minutos para encaminhar a votação.

Senhor presidente, como líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco Parlamentar PSOL-PSB. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, o nosso voto é “sim” ao parecer que apresentamos pela rejeição do projeto, até pelo fato novo apresentado nesta casa neste momento, que diverge.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, como líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, pela Minoria, quero, primeiro, destacar a gravidade... O secretário de Estado mentiu para esta casa. Ele é um mentiroso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para orientar, deputado.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Ele apresentou dados falsos. É um absurdo, é criminoso o que foi feito aqui mais uma vez. A Minoria orienta “sim” ao relatório. É uma vergonha vender a rodoviária, inclusive há um secretário de Estado que veio aqui mentir para os parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, como líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Para encaminhar votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, peço mais de 1 minuto a V.Exa. para dizer o seguinte: desde o começo do debate, em todos os momentos, tenho dito, sobre a taxa de acostagem, que quem vai pagar as empresas de ônibus vai tirar de nosso espinhaço.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para orientar a votação, deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Portanto, somos nós que vamos pagar. Estou dizendo isso o

tempo todo. Neste momento, oriento o voto "sim" ao relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, como líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (Bloco MDB-PP. Como líder. Para encaminhar votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, a orientação é votar "não", pela rejeição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, como líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (Cidadania. Como líder. Para encaminhar votação. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, até agora eu não soube... O líder falou uma coisa e o relatório fala outra. Nós temos 2 divergências.

Então, a orientação, por enquanto, é "sim" ao relatório do deputado Fábio Félix.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada. A deputada Paula Belmonte orienta "sim".

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, "não".

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O deputado Thiago Manzoni orienta "não".

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Peço à Assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o parecer; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 7 votos favoráveis, 15 votos contrários.

Está rejeitado.

Nos termos do art. 95, Inciso XIV, vencido o relator, o presidente designará relator substituto, a fim de, na reunião seguinte, apresentar novo parecer consubstanciando à vontade manifesta da comissão, ou do Plenário, que é o caso, que será proferido em Plenário, se a matéria estiver em regime de urgência, que é o caso.

Solicito ao presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, deputado Max Maciel, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, designo o deputado Pastor Daniel de Castro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Pastor Daniel de Castro, que emita parecer da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana sobre a matéria.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer ao Projeto de Lei nº 2.260/2021, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a promover a concessão ao setor privado da prestação do serviço público, precedida de obra pública para reforma, ampliação, gestão, operação e exploração da Rodoviária do Plano Piloto e Galeria dos Estados de Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências".

Senhor presidente, rejeitado o parecer do deputado Fábio Félix e pela vontade manifesta dos deputados no plenário, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.260/2021 e das Emendas nºs 5, 7, 9, 10, 18, na forma da Emenda Substitutiva nº 20, da CCJ, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 6, 16, 17 e das Subemendas nºs 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado. Proferido o parecer.

A presidência designa o deputado Eduardo Pedrosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre as Emendas de nºs 11 a 35 e demais.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 2.260/2021, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a promover a concessão ao setor privado da prestação do serviço público, precedida de obra pública para reforma, ampliação, gestão, operação e exploração da Rodoviária do Plano Piloto e Galeria dos Estados de Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências”.

Nos termos do art. 68 do Regimento Interno desta Casa, compete a esta Comissão de Assuntos Fundiários analisar e emitir parecer sobre o mérito de proposições que tratem de cessão de bens públicos.

O projeto de lei em análise pretende autorizar o Poder Executivo a promover a concessão do serviço público, precedida da execução de obra pública para reformar, ampliar, gerir, operar e explorar a Rodoviária do Plano Piloto e a Galeria dos Estados de Brasília, incluindo os estacionamentos públicos da plataforma superior e dos Setores de Diversão Sul e Norte, mediante licitação na modalidade de concorrência ou diálogo competitivo, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para sua realização, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço e da obra, por prazo determinado.

A proposta versa, ainda, que o referido processo deve ser realizado conforme o disposto na Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, aplicando-se, no que couber, a Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e que o prazo e as demais condições da concessão devem constar no contrato a ser firmado.

Conforme os estudos apresentados no Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI, conduzido pela Semob, que apontam a urgente necessidade de investimentos na Rodoviária do Plano Piloto, abrangendo ações de recuperação estrutural, requalificação das edificações, renovação de equipamentos, reforma do sistema viário e adequação das operações, entendemos que a concessão do serviço público, precedida da execução de obra pública, nos termos da Lei federal nº 8.987, de 1995, é uma alternativa viável e oportuna para trazer melhorias aos cerca de 600 mil passageiros que circulam diariamente pelo local, o mais movimentado terminal rodoviário do Distrito Federal. A concessão para reformar, ampliar, gerir, operar e explorar o complexo será por prazo previsto de 20 anos.

Recentemente, o Tribunal de Contas do Distrito Federal autorizou o prosseguimento do processo licitatório de concessão da Rodoviária do Plano Piloto de Brasília.

Diante do exposto, no âmbito desta Comissão de Assuntos Fundiários, manifestamos voto pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei nº 2.260, de 2021, com acatamento da Emenda nº 10, deste relator, e das Emendas nºs 5, 7, 9 e 18, na forma do Substitutivo nº 20, da CCJ, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 6, 16 e 17 e Subemendas nºs 19, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35. É importante destacar que as Emendas nºs 3, 4, 8, 11, 12, 13, 14, 17 e 18 e as Subemendas nºs 21, 22 e 24 foram canceladas e a Emenda nº 2 foi retirada.

É o parecer, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu estou um pouco assustado com esta votação e a forma como estamos fazendo essa votação nesta casa hoje. Já participei aqui de muitos processos de discussão desde 2019. Parece-me que há muitos interesses por trás dessa concessão, que ela é importante para muita gente.

O processo de votação que está sendo feito aqui, sem transparência de dados, com uma divergência brutal dos dados e, inclusive, a informação passada pelo líder do governo Ibaneis Rocha nesta casa de que as empresas de ônibus pagarão a taxa de acostagem trouxeram-me uma reflexão. O

governo fará aquela tradicional manobra em que a empresa supostamente paga, mas ele transfere esse valor para a tarifa técnica. Na verdade, quem paga com aporte e com aprovação de crédito orçamentário é o povo, é o povo que pagará.

É assustador o que está acontecendo aqui. Para um projeto como esse ser aprovado nessas condições, sem informação, só pode haver interesses brutais por trás dele. Isso é seriíssimo! Votarmos sem dados, sem saber quem, de fato, pagará a fatura de 10 milhões, de quase 11 milhões de taxa de acostagem, se são as empresas, aquelas concessionárias maravilhosas, aquelas muito boas, que não cumprem contrato, que não têm dinheiro para pagar gasolina, que atrasam ônibus, que deixam o povo espremido dentro dos ônibus, que não renovam a frota, naquela experiência linda de concessão. Quem defende a concessão deve gostar daquela experiência maravilhosa, aquela experiência linda de concessão do nosso transporte público da cidade, que é uma tragédia para a nossa cidade.

Aqui é pior, porque aqui não há transparência. O que nós estamos votando, deputado, é assustador, sim, porque é um projeto com poucos artigos que autoriza o Governo do Distrito Federal a fazer o que quiser nesse processo. Inclusive ele disse, numa reunião com os deputados, que o governador vai pagar a conta, o governo vai pagar os 11 milhões de reais. Isso é abuso com o orçamento público, é inaceitável! Nós precisamos retirar esse projeto de pauta.

(O microfone é desligado.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Deputado Max Maciel, pode ser? (Pausa.) É porque ele foi citado.

Ele pediu também para discutir. A única coisa que houve foi uma inversão, e foi autorizada pelo deputado.

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu agradeço a gentileza ao deputado Max Maciel e ao Presidente. Quero apenas refutar a fala do deputado Fábio Félix.

Fizeram a seguinte pergunta: quem paga? Quem faz acostagem é o ônibus pertencente à concessionária. Então, é a concessionária que paga, são as empresas de ônibus. Agora, quem conhece direito administrativo sabe que, na Lei de Licitações, existe o instituto do reequilíbrio econômico-financeiro, que é um direito atinente a quem participa de um processo licitatório nos contratos públicos.

Então, se você tem isso, eles vão ter o direito de fazer o reequilíbrio econômico-financeiro que solicitar e, dentro do arcabouço da legislação, se terá o direito. Basta ler a Lei de Licitações, a lei nova ou a lei que está vigente ainda, a Lei nº 8.666, até o final deste mês. Que fique claro isso.

Quando o governo coloca numa planilha aquele custo, é justamente pela legalidade, na questão da acostagem, de as concessionárias entrarem com esse pedido de reequilíbrio econômico.

Então, dependendo da interpretação, como estão dizendo, quem paga efetivamente são as concessionárias, as empresas. Agora, elas têm direito ao reequilíbrio conforme a Lei de Licitações? Têm, porque a concessão pública no passado foi feita mediante licitação pública.

Então, o governo, de uma maneira assertiva, colocou esse dispêndio que pode acontecer. Não existe aqui nenhum blá-blá-blá, nenhum mimimi e nem algo que se fale em relação a qualquer tipo de chorumela.

Então, presidente, eu não vou falar mais sobre esse tema porque ficou claro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Robério Negreiros.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, apenas para nós termos compreensão do que está sendo encaminhado aqui.

O deputado Robério Negreiros tem razão. O governo vai pagar, vai assumir essa conta por meio do equilíbrio econômico-financeiro do sistema do transporte público. É importante dizer que esse equilíbrio econômico-financeiro do sistema tem, de previsão orçamentária, apenas alguns milhões. Só que, neste ano de 2023 – o ano nem acabou, ainda faltam alguns dias –, nós já pagamos R\$1.800.000.000,00 para as empresas nesse chamado equilíbrio econômico-financeiro, de que nós não

temos controle absoluto.

Eu queria, então, mostrar de onde o governo vai tirar essa conta. Sabem por quê, presidente e deputados? O secretário Ney veio há poucos dias aqui para aprovar um crédito suplementar – vocês todos estavam na reunião. Ele disse publicamente – inclusive saiu na TV – que o Governo do Distrito Federal não tinha recursos e que a única saída para o equilíbrio econômico-financeiro do sistema... Palavra do secretário, que disse que não tinha medo de botar fogo no parquinho. Tenho muito respeito por ele, que está na função dele e tem que apresentar as contas. O governo não tem condição de bancar o equilíbrio econômico-financeiro do sistema, tendo em vista que a única saída, a curto prazo, é o aumento de tarifa.

Eu queria deixar aqui registrado que esse projeto aprovado dá condições de viabilidade ao Governo do Distrito Federal, na sua discricionariedade, aumentar a tarifa do usuário para arcar com esse custo. Qual é o custo? Um ônibus circular vai pagar R\$2,70 a cada vez que parar na rodoviária. O metrô pagará R\$73,00 a cada vez que parar na estação central. E ainda há um agravante: na região metropolitana, por exemplo, um ônibus de Santo Antônio do Descoberto vai pagar, ao parar na rodoviária, R\$14,00. Sabem o que vai acontecer, senhores? Eles vão parar uma parada antes, mais distante. Eles farão o povo andar. Vão parar na galeria e fazer o povo andar mais para não pagar essa taxa. Repito porque, no ano que vem, quando eu começar a brigar, vão falar que o Max não pode ver nada do transporte que...

Nós aqui estamos autorizando o Governo do Distrito Federal a aumentar a tarifa usuário nessa conta dessa concessão que não fecha.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte, depois ao deputado Gabriel Magno e, em seguida, ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, faço questão de fazer essa discussão nesta tribuna. Estamos resolvendo a questão dos permissionários, e V.Exa. foi o grande condutor dessa emenda que será apresentada. Estamos falando de algo seriíssimo que está acontecendo aqui. Seriíssimo, deputado Iolando! A primeira coisa é que foi apresentado sobre as concessionárias – como disse aqui o deputado líder, uma “chorumela”. Estamos falando de uma chorumela que custa 11 milhões no bolso do brasileiro e que não estão claros! Aqui diz o seguinte: primeiro, a concessionária paga. Aí a concessionária vai falar assim: “Eu não tenho dinheiro, preciso fazer o equilíbrio financeiro!” Aí o governo vem e dá os 11 milhões! É isso que está sendo colocado por meio de tarifa técnica! Deputado Ricardo Vale, isso é seriíssimo!

Quero saber qual é o parlamentar que não tem paciência de escutar e nem de olhar números para defender isso! Quero dizer, mais uma vez, que sou defensora de PPP e acredito nisso. Tomara que, daqui a alguns anos, possamos falar: “Ficou lindo e maravilhoso!” Estamos aprovando um projeto em que o próprio governo vai financiar as concessionárias! É muito sério o que está acontecendo! Aí dizem: “Não defendo o aumento de impostos”. Mas isso é aumento de impostos! Isso vai tirar dinheiro do orçamento público para injetar mais uma vez nas concessionárias para elas se manterem lá. Não existe isso! É muito sério o que está sendo feito. Aqui foi mostrado claramente isso para o líder do governo. Nós estamos fazendo o quê? Uma enganação, uma triangulação do dinheiro da população, entregando-o e falando que a concessionária vai pagar, mas quem vai pagar é a tarifa técnica que vai estar no bolso, deputado Martins Machado, daquela pessoa que usa a rodoviária!

Quero saber se V.Exas. têm consciência do que estão fazendo. Será que realmente precisamos votar esse projeto nessas condições? Sinceramente, é muito sério o que nós estamos fazendo aqui. Mais uma vez, o povo de Brasília vai pagar mais impostos. Para quê? Para financiar concessionárias. Se a concessionária quer ganhar no livre mercado, ela vai ganhar, mas não sendo financiada com o dinheiro público, que é de todos nós, para aumento da tarifa. Aí, no ano que vem, vai haver outro aumento de tarifa, e essa conta vai passar para o próximo governador do Distrito Federal.

Eu quero ser governadora do Distrito Federal para denunciar isso, porque é um absurdo o que está sendo feito aqui. É um absurdo!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu não vou usar nem 1 minuto do meu tempo.

O deputado que me antecedeu – não vou citar o nome para ele não ter direito de resposta –, disse que o Ibaneis fez as concessões e as bacias. Mas eu quero só lembrar que o governador que fez isso foi o Agnelo Queiroz, que inclusive fez um bom governo. O secretário de relações institucionais era o Willemann, que está aqui hoje e é testemunha disso. Quem fez tudo isso, deputado que me antecedeu, não foi o Ibaneis, foi o nosso governador Agnelo Queiroz, do PT, que, diga-se de passagem, fez um bom governo. Não jogue na conta do Ibaneis. O deputado Chico Vigilante sabe disso. O Willemann era o secretário de relações institucionais e fazia o mesmo papel que o Maurício faz hoje aqui dentro do plenário da Câmara. Então, essa conta não é do Ibaneis.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Hermeto.

Lembro que não houve citação de qualquer parlamentar.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, para não haver chorumelas, o que está sendo dito aqui é que quem vai pagar a conta é o povo do Distrito Federal. Para não haver chorumelas, para colocar o preto no branco, quem vai pagar a conta é a população do Distrito Federal. Só há 2 saídas: ou a população vai pagar a conta pagando a tarifa técnica, que é imposto na população, ou a população vai pagar a conta pagando a tarifa usuário. Só há 2 jeitos, e nos 2 jeitos quem paga a conta é a população.

Tentaram florear dizendo que a empresa é boazinha, que é ela quem vai pagar a taxa de acostagem. Não vai. Não vai. A empresa não vai pagar. Quem vai pagar é a população do Distrito Federal. Para não haver chorumelas, deputado Robério Negreiros, a verdade tem de ser dita aqui. É essa coragem que o governo Ibaneis não tem. Ele não tem coragem de dizer a verdade, deputado Hermeto. Essa coragem ele não tem, de dizer o seguinte: a população vai pagar mais caro por um sistema de transporte péssimo. A coragem que o Ibaneis não tem é de enfrentar a população todo dia dentro do ônibus que quebra. Essa coragem o governador não tem.

Nós estamos falando mais uma vez aqui e esta casa está assinando o cheque em branco da conta dessa venda. A população pagará uma conta altíssima, uma conta enorme e, sem chorumelas mais uma vez, digam a verdade. Digam a verdade para o povo. Quem vai pagar a conta é o povo e a empresa vai embolsar muito dinheiro. O negócio que foi apresentado pelo secretário, em uma reunião fechada com os parlamentares, será muito lucrativo para quem ganhar a concessão. A empresa vai ganhar muito dinheiro. Pelas continhas que o secretário apresentou para nós, mais de 40 milhões de reais por ano. É um baita negócio, sem nenhum risco de prejuízo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

Enquanto o deputado Chico Vigilante se desloca, lembro que o deputado Pepa teve de se ausentar. Todo mundo sabe que ele fez uma cirurgia, veio no sacrifício, mas começou a sentir dores e, a pedido nosso e por orientação médica, o deputado Pepa teve de sair da sessão. Somente para justificar o motivo da ausência do deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, tenho o maior respeito pelo meu amigo Hermeto, mas é importante nós lembrarmos, já que as pessoas estão assistindo a esta sessão, que a licitação feita do transporte público do Distrito Federal foi em um governo PT-PMDB. Foi exatamente o MDB que coordenou o processo da licitação. O vice-governador era o Filippelli.

Muita gente critica a licitação. Eu não critico porque ela foi bem feita. Eles assumiram enfrentar 220 processos judiciais e administrativos. Tiveram a coragem que ninguém teve, até então, de fazer uma licitação. A licitação, presidente, foi tão boa que o governo Ibaneis prorrogou os contratos, renovou os contratos da licitação. Ibaneis! Porque ela é boa.

A única coisa que o governo não está fazendo é obrigar que as empresas cumpram os

contratos. A Pioneira cumpriu, está toda a frota renovada. A Piracicabana cumpriu, está tudo renovado. A Urbi cumpriu, está tudo renovado. Falta a São José cumprir e a Marechal, que não tem jeito.

Dito isso, vamos falar dessa questão da taxa de acostagem. Deputado Robério Negreiros, nós tivemos aquela reunião com o secretário de transporte, presidente. Na hora em que eu saí da reunião, estava o jornalista Alan Rios – que está aqui na minha frente –, que é do Metrôpoles. Ele parece um perdigueiro, fica esperando, cavando notícias. Ele me perguntou: “Como foi lá?”. Eu disse: “Olha, há uma tal taxa de acostagem que quem vai pagar é a população”. Falei para o Alan. São 11 milhões de reais que a população irá pagar.

Disse mais: “Ainda há a questão do Entorno. Aqui em Brasília há a tarifa técnica, que todos nós pagamos, mesmo não andando de ônibus, e para os ônibus do Entorno que vão acostar na rodoviária, quem vai pagar é o coitado do passageiro lá de Águas Lindas, de Santo Antônio Descoberto, de Luziânia. Porque eles vão, sim, encostar na rodoviária. A Agência Nacional de Transportes Terrestres irá pedir reequilíbrio para os preços e é a população do Entorno que irá pagar essa taxa de acostagem, que vai para o bolso de alguém. Alguém de muita sorte. Um cabra desse é um cabra de sorte, porque vai pegar um negócio sem risco e vai ficar mais rico ainda, enquanto o povo irá ficar mais pobre.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu fiquei com uma dúvida e eu não sei a resposta de vocês em relação a essa taxa. Se for para o lado da concessionária, não existe ainda o contrato para pensarmos em reequilíbrio. Então, na verdade, pode acontecer tudo, inclusive nada. Pode acontecer de ela pagar ou nós pagarmos, porque não existe o contrato ainda. Existe uma minuta e não sabemos quem vai ganhar.

Por outro lado, caso sejam as empresas, é uma matéria nova para mim e estou trazendo a pergunta, até porque, recentemente, o deputado Max Maciel colocou isso. Nós recebemos aqui a situação das empresas. Por não termos dinheiro, inclusive não temos o provisionamento, e acabamos votando, até de maneira constrangedora, aditivos para essas empresas. Empresas, inclusive, com as quais temos dificuldade em relação às metas, ao que elas trazem. Na verdade, estamos na mão dessas empresas.

E quando falamos que são essas empresas que pagarão esses quase 11 milhões de reais, é muito natural que eles vão querer reequilíbrio. A minha dúvida é: é isso mesmo? Então, o reequilíbrio, de alguma maneira, irá para a conta de alguém. Ou na tarifa técnica, que é do governo, ou na tarifa usuário, que é do povo.

Então, eu continuo com a mesma dúvida. E é muito triste, porque iremos votar um projeto em que não sabemos quem irá pagar a conta, quando, onde – um projeto dessa magnitude, aqui na Câmara Legislativa, nesta noite. Eu fico bastante preocupada porque eu não fui respondida e eu acho que o povo também não foi respondido.

Quero deixar aqui só um pensamento, porque eu fiquei até um pouco triste por ouvir algumas situações dizendo que os ambulantes não devem ser vistos pois estão ali de maneira irregular, mas eu penso que o Governo do Distrito Federal é responsável por essas pessoas. Quando somos governo, temos o ônus e temos o bônus. Então, não temos – e nós colocamos uma emenda que eu não sei se poderemos discuti-la – um local para levar as pessoas que trabalham ali e que têm um vínculo com isso, acho ser uma grande responsabilidade desta casa e do governo, porque ele precisa dar uma resposta social. Afinal de contas, são pessoas, são moradores do Distrito Federal que precisam ter a segurança de saber para onde vão. Fora os permissionários.

Infelizmente, eu não pude discutir isso aqui no parecer da Comissão de Assuntos Sociais. Então, trago isso neste momento.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa. para encaminhar a votação.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco Parlamentar PSOL-PSB. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, antes de abrir a votação, temos que encaminhar a votação, é o que diz o Regimento desta casa. Nós temos 3 minutos, pelo Regimento, para encaminhar a votação. É um regramento decidido nesta casa.

Nós queremos utilizar esse expediente para dizer que esse projeto é muito ruim para a sociedade, especialmente o parecer apresentado, que trata do orçamento e finanças...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O Regimento nos dá 3 minutos para encaminhar a votação.

Especialmente no que trata de orçamento e finanças, esse projeto é grave, porque nós o estamos votando no escuro. É um projeto de poucos artigos que não traz esclarecimentos e anexos.

Nesse sentido, presidente, nós não temos condição de votar essa matéria nesta comissão, porque a comissão não traz esclarecimentos. A comissão traz um parecer, mas não há anexo, não há explicação sobre isso, então nós não temos como votar a matéria na CEOF (*sic*).

Para encaminhar a votação, nós vamos votar “não” ao parecer, reforçando que nós temos 3 minutos, pelo Regimento Interno, para encaminhar a votação.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, como líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Presidente, o debate nesta comissão foi assustador com a informação de que, desde o início, o governo não fala a verdade, não fala a verdade para esta casa, o que é grave, e não fala a verdade para a população.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para encaminhar a votação, deputado.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Diante disso, a nossa orientação é votar “não”. E deixo esse apelo, presidente, que se retire o projeto da pauta de hoje. Não temos a menor condição de votar esse projeto neste ano.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para encaminhar a votação, deputado. O prazo está terminando.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – A orientação é votar “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, como líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (Cidadania. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Presidente, mais uma vez eu quero falar da minha postura, que nós não estamos contra a PPP, nós estamos a favor da transparência e, neste momento, nós estamos votando algo que nenhum parlamentar soube nos responder: a questão da acostagem. A acostagem vai ter terceirizado o seu custo para a população. Ele está falando que quem vai pagar é a empresa, mas a empresa vai fazer o equilíbrio econômico. Já está antecipando o problema.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para encaminhar a votação, deputada.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu estou encaminhando. É por isso que eu estou dizendo que o Cidadania não concorda com essa falta de transparência. Estou também dizendo que nós estamos colocando o peso, mais uma vez, para a população pagar e, por isso, nós votamos “não”, pela falta de

transparência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, como líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu tenho sustentado, desde o primeiro momento, que a taxa de acostagem vai sair da educação, da segurança, da saúde do Distrito Federal. Esse dinheiro vem de lá. Será menos saúde, menos educação e menos segurança pública.

Portanto, a orientação da bancada do Partido dos Trabalhadores é votar contra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, como líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – “Sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O líder do governo já orientou.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, como líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (Maioria. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Presidente, a orientação da bancada MDB/PP é votar “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Encerrados os encaminhamentos de votação.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis, 7 votos contrários. Houve 2 ausências justificadas.

Está aprovado o parecer da CAF.

Solicito ao relator, deputado Daniel Donizet, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Presidente, vou para a fase finalíssima do voto, haja vista que o pessoal da galeria, da Defensoria Pública, está esperando a votação do projeto, que é o próximo item. Em respeito a todos os parlamentares, aos servidores desta casa, vamos resumir, porque parece que estamos repetindo todas as falas. Vamos lá.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 2.260/2021, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a promover a concessão ao setor privado da prestação do serviço público, precedida de obra pública para reforma, ampliação, gestão, operação e exploração da Rodoviária do Plano Piloto e Galeria dos Estados de Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, no mérito, nós somos pela aprovação das Emendas nºs 9, 10 e 18, na forma

da Emenda Substitutiva nº 20; pela rejeição das Emendas nºs 16 e 17, Subemendas nºs 19, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35 do Projeto de Lei nº 2.260/2021, ressaltando que as Emendas nºs 3, 4, 8, 11, 12, 13, 14, 17 e 18 e Subemendas nºs 21, 22 e 24 foram canceladas e a Emenda nº 2 foi retirada.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Daniel Donizet.

Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, não precisamos fazer nenhum tipo de fala no sentido de jogar nenhuma categoria desta casa contra quem está fazendo o debate e a discussão, porque as categorias sabem do nosso compromisso em defesa da luta delas, especialmente a Defensoria Pública, porque nós temos muito compromisso com ela. E é por ter compromisso com a Defensoria Pública, que defende as pessoas que mais precisam, que estamos discutindo a rodoviária com tanta cautela, com tanto cuidado, com tanta consistência ao longo desse processo. Eu quero fazer esse registro. Avisamos antes aos representantes da Defensoria Pública, que entenderam o nosso papel de oposição, de obstrução, pelo nosso compromisso público com esta cidade. Nós não estamos aqui para brincar, nós estamos aqui para sermos deputados distritais e estudarmos os processos políticos que nós votamos aqui.

Presidente, na última semana, o governador de São Paulo, Tarcísio, do Republicanos/PL, que é o governo, orientou e lutou pela privatização da Sabesp. E sabe qual foi a declaração dele, deputado Chico Vigilante? Que a água não iria aumentar, que iria privatizar... Ele está entregando uma das mais lucrativas empresas públicas da América Latina de presente para a iniciativa privada, porque é uma empresa muito lucrativa, e disse que a tarifa não iria aumentar. No dia seguinte à aprovação, deputado Jorge Vianna, na Assembleia Legislativa de São Paulo, ele disse: "Oh, talvez aumente. Pode aumentar. Agora vai aumentar".

E nós lembramos a vinda do secretário de planejamento do Governo do Distrito Federal, que veio a esta casa, como já foi dito aqui, e disse: "A tarifa de ônibus vai ter que aumentar porque não há orçamento". E na última semana, o secretário de mobilidade veio aqui e disse: "O governador não quer. A tarifa não vai aumentar". Nós estamos numa situação agora que é a seguinte, presidente: nós vamos acreditar em quem? Nós não sabemos nem quem vai pagar a taxa de acostagem, se é a concessionária... Nós não sabemos quem vai pagar nada, porque não há transparência sobre o projeto. Nós vamos acreditar no secretário de planejamento, que disse que não tem orçamento e que a tarifa vai aumentar, ou nós vamos acreditar no secretário de mobilidade, que diz que não vai aumentar a tarifa? Eu acho que há chances reais de a tarifa de ônibus aumentar nesta cidade.

Enquanto nós estamos aqui, e eu estou há 5 anos nesta casa, lutando pela tarifa zero no transporte público e falando que é possível que haja tarifa zero, nós temos o risco de a tarifa usuário aumentar – na contramão nacional e internacional – aqui no Distrito Federal para beneficiar uma concessão na rodoviária. Esse é o caminho que está se desenhando nesse processo de concessão e essa é a nossa preocupação. Mais uma vez estamos aqui batalhando contra a privatização da rodoviária. Nosso voto é "não".

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, primeiramente quero dizer que os defensores e as defensoras podem ficar despreocupados. Se depender da oposição, será votado hoje o projeto de lei da Defensoria. Talvez quem não queira votá-lo seja a base do governo, que pode querer adiá-lo. Nós já vimos que na palavra do governo não dá para confiar. Sobre a Defensoria, senhor presidente, ela deveria estar inclusive na rodoviária, para atender à população. E não vai estar mais, isso não vai ser mais possível se a rodoviária for vendida.

Quero, nesta sessão, fazer mais um debate, senhor presidente, sobre a importância da Rodoviária do Plano Piloto. Permita-me ler um trecho da crônica da jornalista e escritora Conceição Freitas, porque a rodoviária, senhor presidente, é o centro da composição do que é e do que significa Brasília na sua concepção. Vou abrir aspas para a brilhante Conceição de Freitas:

"Se Brasília nasceu 'do gesto primário de quem assinala um lugar e dele toma posse', esse

gesto, lugar e posse é a Rodoviária. Síntese de Brasília e do Brasil, ferida aberta no epicentro da capital, mistura de arquitetura, urbanismo e vida, a Rodoviária é o próprio sinal da cruz de Lúcio Costa. É o lugar onde o Brasil real toma posse do Brasil idealizado pelos modernos. [...]

A construção da Rodoviária deu-se como o nascimento do mundo – tudo de uma só vez. Para que a cidade surgisse, era preciso demarcar o marco zero, calcular o exato lugar onde a borboleta (ou o avião, como queiram) pousaria em relação aos pontos cardeais, ao nascer e ao pôr-do-sol, ao relevo do terreno e às chapadas que o contornam.

Feitos os cálculos, demarcado o chão, foi preciso cavá-lo em 10 metros de profundidade – movimento colossal de terra, que foi levada para a Praça dos Três Poderes, como se Deus mudasse o lugar de uma montanha para que a cidade pudesse finalmente pousar sobre o cerrado”.

O que estão fazendo hoje neste plenário é um crime contra Brasília, é um crime contra a capital deste país que nasceu desse belíssimo gesto relatado nas brilhantes palavras da jornalista e escritora Conceição Freitas. Por isso fazemos mais este apelo para a base do governo, para os deputados e deputadas que amam esta cidade: não permitam entregar esta cidade e a rodoviária de Brasília nas mãos de um empresário que não terá nenhum compromisso com o sonho de Lúcio Costa! O nosso voto, mais uma vez, senhor presidente, será “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputados, quero aqui reforçar as palavras do nosso líder do Bloco Parlamentar PSOL-PSB, deputado Fábio Félix, e da Minoria, deputado Gabriel Magno.

Integrantes da Defensoria, fiquem tranquilos, porque ainda hoje vamos votar o projeto de vocês. Da nossa parte, vocês têm todo o nosso apoio, então, fiquem despreocupados.

(Manifestação na galeria.)

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Deputado Hermeto, há muitos problemas nesse projeto. Isso não é culpa minha, não; é culpa do governo que V.Exa. está defendendo, batendo na mesa e tal.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Veja bem, deputado Hermeto, eu quero discutir o projeto. Se vocês o tivessem discutido, nós não estaríamos assim.

A Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, de que falei anteriormente, está sendo contrariada.

O governo estava relutando em dizer quem iria pagar a conta, mas já apareceu quem vai pagar a conta e que vai haver aumento. Quando houver o aumento, deputado Hermeto, eu vou olhar para o senhor e vou me lembrar disso.

Outra coisa: estão falando que o terminal rodoviário é uma base de apoio e, por isso, a concessão tem que ser de 20 anos. Nós estamos nos debruçando tecnicamente sobre esse fato, que é um outro equívoco desse projeto. Inclusive, a lei que rege o projeto traz que é dever da secretaria: planejar, regulamentar, organizar, definir políticas tarifárias, controlar todas e quaisquer modalidades ou categorias de serviço relativas ao transporte público.

O art. 2º dessa lei, por exemplo, trata da destinação das necessidades gerais de deslocamento do cidadão. Em seu art. 7º, § 1º, essa lei diz que, quando direta, a prestação dos serviços de transporte público coletivo pelo Distrito Federal far-se-á por intermédio da TCB ou de demais... E elenca: pontos de apoio, terminais rodoviários e qualquer meio que as pessoas possam utilizar para se locomover e acessar esse determinado modal.

A Rodoviária do Plano Piloto, mesmo sendo até um ponto de apoio, segundo vocês, legalmente, faz parte do sistema de transporte público e, por isso, é ilegal colocar uma concessão de 20 anos para essa ação. Esse projeto não está em conformidade com a própria lei do Governo do Distrito Federal.

Eu vou deixar outra pergunta com relação a esse parecer, deputado Daniel Donizet: vai se manter a concessão por 20 anos, concedendo mais 15 anos, mesmo isso contrariando a Lei nº

4.011/2007, que dispõe que concessões em terminais rodoviários só podem ser permitidas por 10 anos? Essa é uma pergunta sincera, porque, como patrimônio tombado, isso faz parte de um processo político. E nós temos que colocar isso em xeque para não permitir uma concessão de 20 anos e, depois, lamentarmos, como estamos lamentando agora a questão do sistema de transporte público do Distrito Federal, cuja concessão, apesar de não ter sido feita por ele, foi renovada por mais 10 anos por este governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero dizer para as pessoas que estão assistindo a nós que aqui não estamos a fim de cansar ninguém – ouviu, deputado Hermeto? –, até porque esse projeto requer maioria simples. Havendo 13 deputados presentes aqui, e a maioria dos 13 deputados votando, o projeto estará aprovado. Não são necessários 16 deputados.

O que entendemos é que precisamos debater. Já que temos uma TV da Câmara Legislativa tão boa, que transmite tão bem as coisas aqui, a população tem que tomar conhecimento disso.

Segundo a enciclopédia, a Rodoviária do Plano Piloto é um terminal rodoviário situado no Plano Piloto de Brasília no Distrito Federal. Foi inaugurada em 12 de setembro de 1960. O terminal é local da estação central do metropolitano do Distrito Federal.

Eu pedi para falar mais uma vez, presidente, porque não dá para aceitar as pessoas dizerem que a rodoviária sempre foi destruída, porque não é verdade. A rodoviária já foi ponto de encontro da população do Distrito Federal. Quando alguém queria jantar, ia para um restaurante da rodoviária – a classe média inclusive. Eu era solteiro quando cheguei a Brasília – a dona Lindalva, meu bem, é a minha esposa, que está assistindo a mim – e, quando eu arrumava uma namorada, eu ia jantar na rodoviária, porque lá eu dava conta de pagar. A rodoviária era boa, era limpa; não havia fedor.

Durante os governos de Agnelo e Filippelli – V.Exa. é do MDB também –, havia até florzinha na rodoviária, porque um gestor da rodoviária chamado Viana colocou até vaso de flores dentro da rodoviária. Ela era arrumada.

Portanto, se o governo quiser manter a rodoviária limpa, vai dar para mantê-la higienizada, arrumada, segura. O problema é que o governo abandonou a rodoviária, deixou ao deus-dará. Depois ele fez a transferência dela para a Secretaria de Transporte, através de uma luta nossa travada aqui, que até melhorou a situação. Portanto, não é a concessão que vai melhorar a rodoviária. A concessão é um mecanismo para fazer com que meia dúzia de pessoas fiquem mais ricas sem nenhum investimento a ser feito com o dinheiro do bolso delas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, mais uma vez, eu vou falar aqui como uma pessoa que não é contra a PPP, mas que é a favor da transparência e de uma boa fiscalização. Esse projeto não traz transparência. Até agora não ficou claro como vai ser essa concessão, quem vai pagar a acostagem. Isso vai se reverter novamente para a população.

Nós temos que entender que estamos votando algo seriíssimo aqui. Nós estamos falando de 800 mil pessoas que passam ali diariamente, que desejam, sim, uma melhora na questão da segurança, da limpeza, de benefícios, mas nós também esquecemos de falar – esta comissão traz o assunto – qual é o investimento que vamos ter que pagar além dos equipamentos públicos. Nós estamos falando que a acostagem vai ser paga pela tarifa técnica. Nós estamos falando que os equipamentos hoje que praticamente não pagam nada para servir à população como o Na Hora, o BRB, a TCB, também vão pagar aluguel. Esse aluguel vai sair de onde? Do bolso da população.

É muito triste ver isso. Tenho conversado com os parlamentares. Muitos não conseguiram entender a grandeza desse projeto e a não transparência dele.

Aqui eu denuncio que esse projeto não está transparente, que não há número suficiente para votá-lo. Estamos votando simplesmente por uma determinação para ser votado. Os parlamentares aqui

não estão conscientes, não estão votando conscientes sobre o que está sendo apresentado. Se eu perguntar aqui: quem vai pagar a acostagem? A conta vai passar para a população. E a população traz o dinheiro através do pagamento de impostos. Isso vai sair da saúde, vai sair da educação, vai sair da pessoa mais pobre do Distrito Federal. Temos aqui 177 mil famílias em extrema pobreza. Para essas pessoas, muitas vezes, pagar uma tarifa de ônibus é muito caro. É para essa responsabilidade que eu chamo atenção. Vejo que este projeto tem tudo para ser exitoso, mas que possamos discuti-lo com mais clareza, com mais transparência.

Peço, mais uma vez, a este parlamento que deixemos de votar hoje esse projeto; que o votemos no ano que vem. Que possamos trazer à população informações corretas e transparentes. Que façamos, principalmente, a seguinte pergunta: quem vai pagar? Porque esse custo vai sair da mão da população.

Presidente, para nós, é uma tristeza ver o que está acontecendo aqui, com a falta de transparência, a falta de dados desse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, ainda dá tempo de não votarmos este projeto hoje. Realmente, são muitas dúvidas.

Votar este projeto nesta escuridão em que ele está colocado é um risco para as nossas histórias, porque não sabemos o que vai acontecer com essa rodoviária. Acho que ninguém sabe.

Precisamos ganhar tempo para saber se, de fato, os atuais permissionários vão continuar trabalhando na rodoviária e o que será feito com os ambulantes. O que será feito com os ambulantes?

Os ônibus, com esse valor todo de 11 milhões de taxa de acostagem, será que vão parar na rodoviária e vão pagar esse tributo ao Estado? Não vão mesmo. Esses ônibus vão parar na Galeria dos Estados, vão parar em outro local. A rodoviária vai virar um espaço para as grandes lojas, para as grandes grifes, para quem tem dinheiro nesta cidade.

Vai ser muito triste depois, nós deputados que hoje estamos aprovando essa privatização, essa concessão no escuro, passarmos pela rodoviária e não vemos o povo do Distrito Federal frequentando-a, os trabalhadores não passando mais por ali, os permissionários não estando mais ali. Os ambulantes, nem se fala.

Então, prudência e caldo de galinha não fazem mal a ninguém. Vamos levar esse projeto para ser apreciado e votado no ano que vem.

O governo tem todo o direito de querer apresentar as PPPs, as privatizações. E nós deputados temos todo o tempo do mundo, com muita calma, para apreciar e decidir se é bom ou se é ruim para o Estado. Mas, da forma como está sendo feito, é um grande equívoco – um grande equívoco – o que esta casa está cometendo.

Fica aqui o meu registro, mais uma vez. Peço aos pares que levemos essa matéria para o ano que vem. Aí, com mais informações, com mais detalhes, votaremos com mais segurança, que é o que a população do Distrito Federal espera de nós.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, como líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Presidente, vou deixar para o deputado Fábio Félix fazer o comentário de que não fomos nós que escrevemos o Regimento. Está lá a previsão de até 3 minutos para os líderes fazerem o encaminhamento de votação.

O que temos dito, reforçando o apelo do vice-presidente desta casa, é para que não votemos esse projeto neste ano. É um grande erro que esta casa está cometendo.

Orientamos, pela Minoria, votar “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, como líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco Parlamentar PSOL-PSB. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Presidente, temos visto pessoas impacientes. Ainda são 21 horas e 26 minutos. Vamos ficar muito tempo aqui ainda. Estamos aqui para isto, mesmo, para debater rodoviária, para debater os outros 22 projetos do governo, para debater o projeto da Defensoria, para debater 2 vetos de cada deputado, para debater o que for preciso. Podemos virar a noite aqui. Esse é um compromisso nosso.

Isso é bom, presidente, para pagar... V.Exa. está aqui todo dia. Precisamos fazer justiça à presença de V.Exa. Mas isso é bom para pagar àqueles que não comparecem. Pelo menos nesta noite já se ganham umas horas daqueles que não aparecem, que não estão conosco.

Isso aqui faz parte do processo democrático, do jogo democrático, do instrumento, do debate político, do debate público. Eu já vi coisas mudando nos processos políticos, emendas surgindo. Eu já vi, na legislatura passada, o impensável acontecendo, depois de muito tempo. Isso faz parte do processo político.

Paciência, paciência, paciência, meus colegas!

O nosso voto é “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante para encaminhar a votação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senhor Presidente, enquanto os pastéis continuam com um preço justo, porque a rodoviária não foi privatizada ainda, quero sugerir a V.Exa. que mande comprar um bocado deles para nos alimentarmos e passarmos a noite toda aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Se for da Viçosa, estou dentro.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Exato. Portanto, mande comprarem uns pastéis. Estamos tranquilos. Eles ainda estão baratos. Enquanto não privatizam a rodoviária.

O meu voto é contrário à proposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Quero 1 pastel de queijo com carne.

Obrigado, deputado.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte para encaminhar a votação.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Presidente, mais uma vez, digo a todos os parlamentares que estamos votando algo que não sabemos. Não há planilhas, não existe transparência nesse projeto.

Esse projeto, uma PPP – e é uma privatização – é algo importantíssimo para a sociedade, para desonerá-la, e nós estamos fazendo uma troca de 6 por meia dúzia. Essa meia dúzia vai se tornar o dobro. É muito sério o que está sendo feito. Eu peço a todos os parlamentares que se atenham ao que está sendo votado. Não há transparência, não há dados...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Como V.Exa. orienta, deputada?

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Não há justificativa.

Então, por esse motivo, por falta de transparência, falta de dados – dados, inclusive,

conflitantes –, nós votamos contra esse parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

Não havendo mais nenhuma orientação e não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. (Pausa.)

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis e 7 votos contrários.

Está aprovado.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria sobre as Emendas de nºs 11 a 35.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.260/2021, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Poder Executivo a promover a concessão ao setor privado da prestação do serviço público, precedida de obra pública para reforma, ampliação, gestão, operação e exploração da Rodoviária do Plano Piloto e Galeria dos Estados de Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências”.

Diante do exposto, em nome desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, manifestamos voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 2.260/2021 e das Emendas nºs 5, 7, 9, 10 e 18, na forma da Emenda Substitutiva nº 20, da CCJ, e pela inadmissibilidade das Emendas nºs 1, 6, 16 e 17 e das Subemendas nºs 19, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35.

Importante destacar que as Emendas nºs 3, 4, 8, 11, 12, 13, 14, 17 e 18 e Subemendas nºs 21, 22 e 24 foram canceladas e a Emenda nº 2 foi retirada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte. Depois, ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, acabamos de ouvir agora o parecer de uma das comissões mais importantes da casa, que é a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Essa comissão tem que fazer o parecer a respeito do impacto orçamentário. Nós precisamos entender qual é o impacto disso. Acabamos de ouvir que vamos ter que ter uma previsão no orçamento, porque vai haver um equilíbrio fiscal e isso não está sendo falado. Qual é o impacto fiscal dessa concessão?

É muito estranho nós estarmos aprovando um projeto que ninguém questiona qual é o impacto orçamentário que vamos ter para o Distrito Federal. Aqui se fala de economia, mas nós estamos falando que vai haver, sim, o impacto orçamentário no pagamento do aluguel, vai haver o impacto orçamentário na previsão do equilíbrio fiscal, desse tal equilíbrio fiscal que vai cair na tarifa técnica. E continuaremos votando algo que não sabemos, que não há números.

Meus amigos, vamos prestar atenção no que nós estamos votando! Eu estou aqui para apoiar a PPP, mas que tenhamos isso! Uma coisa é a lei do mercado, a outra é o impacto orçamentário que vai cair na mão e no bolso de todos aqui. As pessoas fingem que não estão escutando ou não querem escutar, porque estão com pressa, têm um compromisso. O que é isso? Neste parlamento, é para haver discussão, é para ser repetido para que as pessoas que estejam nos escutando no YouTube, no

canal da Câmara Distrital, entendam e para que fique registrado que estamos votando um projeto dessa magnitude sem transparência, sem valor de impacto orçamentário. É isso que nós estamos votando e é isso que eu digo aqui que não podemos aceitar!

Por isso, mais uma vez, eu peço que adiemos essa votação. Que façamos a votação – dou o meu apoio para que possamos viabilizar a PPP –, mas que essa PPP e que este parlamento tragam o impacto orçamentário, tragam as planilhas para que entendamos como está sendo feita essa privatização, essa concessão, que é exatamente a PPP da rodoviária. Para nós, é muito triste o que está sendo feito. Por isso peço o adiamento dessa votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu recebi uma mensagem interessante. Não se trata de mensagem do além, é da Terra mesmo. Ela diz o seguinte: “É visível que abandonaram a rodoviária, pois eu sou usuário do transporte público. Diariamente, desço à rodoviária todos os dias e pego o ônibus circular para a Esplanada. Sendo privatizada, quem vai pagar os vigilantes que lá estão? E a PM vai continuar por lá, sendo a rodoviária privada? Presenciei uma tentativa de assassinato 20 dias atrás lá. E como essa questão vai ficar?” Essa mensagem é do meu filho, que anda de ônibus e de metrô, que está assistindo à sessão neste momento. É o Flávio.

Portanto, não é questão de ser base ou de ser oposição, é questão de ser cidade. Eu tenho certeza de que os deputados que estão apressados e que querem votar este projeto a qualquer custo hoje vão se arrepender lá na frente. Eu vou dar um exemplo do governo Arruda. Ele impôs para a bancada dele a votação de um projeto, deputado Wellington Luiz, que era criação de uma companhia de fiscalização para fazer o trabalho que o Detran faz. Nós o alertamos de que aquela lei não iria prosperar, e não prosperou. A lei continua vigente. Os deputados se desgastaram, muitos não se reelegeram e a companhia não foi para frente.

Eu posso apostar que a mesma coisa vai acontecer com a concessão da rodoviária. Podem escrever o que eu estou dizendo. Nós estamos no primeiro *round*. Existe muita água para passar por baixo da ponte ainda.

Se os permissionários, os usuários e outras pessoas procurarem bons advogados, esse processo vai emperrar por, no mínimo, 2 anos. Eu quero ver quem vai ter coragem de fazer uma concessão em um ano eleitoral. Duvido! Não é qualquer coisa o que está se fazendo com a rodoviária. A rodoviária não é propriedade privada de um governador. A rodoviária é um bem tombado da população do Distrito Federal. Vai chegar a hora do Iphan também. Na hora em que o Iphan agir em cima da lei, dentro da lei, eu quero ver como vão superar tudo isso.

Portanto, não é necessária essa pressa toda. Eu tenho uma certa experiência e devo dizer para a chamada base do governo: vocês estão se desgastando desnecessariamente. Não é necessária essa pressa toda. Não tem por que aprovar isso no afogadilho com que estão aprovando.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu conheço bem a rodoviária. Talvez muita gente não saiba, mas eu trabalhei na Rodoviária do Plano Piloto. Eu sou assistente social de carreira do GDF, mas, antes de ser assistente social de carreira, meu primeiro emprego foi como assistente social atuando na Rodoviária do Plano Piloto e no Setor Comercial Sul.

Há uma questão social que é fundamental na área central. Esse projeto parece tratar de uma questão que não tem relação nenhuma com a questão social, com o problema social que nós estamos vivendo na nossa atual realidade. Nós estamos em uma cidade muito desigual. As áreas centrais de todas as cidades acabam sendo um espaço onde há desdobramentos para a desigualdade social. Há pessoas em situação de rua, pessoas em situação de vulnerabilidade. Há uma grande aglomeração social na Rodoviária do Plano Piloto. Nessa aglomeração, há, por exemplo, os trabalhadores informais que vieram aqui, algumas representações, que são os trabalhadores ambulantes.

Então, a questão social é uma questão que precisa ser debatida. Parece-me que o projeto, ao

não tratar dos ambulantes e das ambulantes – aqui nós estamos todos sabendo que o projeto não trata dos ambulantes –, não propõe fazer nada com relação à questão social.

O projeto não trata sobre os aparelhos públicos de assistência social que vão instalar. Foi inclusive em alguns governos, como o governo Arruda e o governo Roriz, que, no Touring e na rodoviária, também havia aparelhos de atendimento em assistência social, porque são lugares que precisam. A questão social é uma questão presente nesses territórios.

Eu falei isto mais cedo: achar que as pessoas viram fumaça é um erro grave do governo. Achar que discutir concessão não é discutir a realidade social de muita gente é um erro grave desse governo. Pensar a Rodoviária do Plano Piloto, pensar um projeto para a Rodoviária do Plano Piloto significa pensar política pública. As pessoas não vão deixar de transitar na rodoviária. As vulnerabilidades sociais não vão deixar de existir naquele contexto.

Nós precisamos falar sobre isso. Como a concessionária vai tratar a pessoa em situação de rua? Como a concessionária vai tratar o transeunte pobre ou, às vezes, em situação de extrema vulnerabilidade que anda pela rodoviária? Como uma empresa de vigilância vai fazer a segurança dessas pessoas dentro do espaço da concessionária? Qual tipo de protocolo haverá para o atendimento em assistência social?

Nada vai ser discutido, sabem por quê? Porque o que nós estamos debatendo e votando aqui, infelizmente, é um cheque em branco ao Governo do Distrito Federal. Nós estamos abrindo mão do debate.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, mais um problema, diante dos vários que já foram apresentados aqui, é a premissa falsa e mentirosa.

Nós estamos fazendo esse debate agora na CEOF, e a premissa falsa e mentirosa que alguns não têm coragem de dizer é: se privatizar, vai melhorar, porque a empresa que ganhar vai investir milhões. Ora, essa não é a realidade das concessões, terceirizações e privatizações desta cidade.

Vamos aos exemplos: privatizaram e venderam a CEB nesse governo. Pergunto à população: melhorou a qualidade do fornecimento de energia? Foi prometida uma série de investimentos, piorou e a conta ficou mais cara.

Privatizaram o estacionamento do Centro de Convenções. “Vai haver investimento”. Sabe qual foi o investimento, deputado Chico Vigilante? Uma cancela. E agora estão cobrando 30 reais da população para deixar o carro lá dentro, independentemente do tempo! Trinta minutos só é bom para a empresa.

O GDF já privatizou o espaço do meio do Conic, pertinho da rodoviária, sabe o que a empresa fez? Abandonou, deixou o Conic abandonado, mas recebeu dinheiro.

Esse governo, de novo Ibaneis, terceirizou, deputada Dayse Amarilio, a saúde pública. Falaram que o Iges ia botar muito dinheiro para reformar os hospitais, para contratar gente. Pergunto para a população: melhorou com o Iges? Não! As UPAs estão um caos! Vimos a cozinha do Hospital de Base, uma vergonha!

As empresas de ônibus, os empresários – tadinhos –, em cuja cabeça a secretaria passa a mão, não compram, esquecem-se de comprar combustível para o ônibus, não pagam salário dos seus motoristas e cobradores.

Então, a premissa é falsa. Podemos passar aqui a noite inteira dando 1 milhão de exemplos. Quando privatizou, piorou e a conta caiu para a população.

Por isso, pedimos, mais uma vez: não vamos votar essa venda hoje, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio, depois ao deputado Pastor Daniel de Castro, deputado Hermeto e deputado Ricardo Vale.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, os fins não justificam os meios. Infelizmente, muitas vezes aparentamos para a população que não queremos que a rodoviária seja melhorada. O que o povo vê é uma rodoviária muito ruim, mas não é

sobre isso que nós estamos tratando aqui. Nós queremos uma rodoviária boa. O povo do Distrito Federal merece isso.

Infelizmente, como eu falo para os meus alunos, parecemos por falta de conhecimento.

Peço o apoio dos defensores públicos, que são pessoas que entendem da lei, têm alto grau de instrução e são parceiros nossos na saúde. Não estamos querendo atrasar a votação do projeto de vocês. Estamos fazendo o nosso dever constitucional. A Câmara Legislativa não existe para legislar. A Câmara Legislativa existe para pensar e fiscalizar de maneira autônoma e independente.

Então, não é o nosso objetivo atrasar ou atrapalhar. O nosso objetivo é mostrar outras soluções e discutir de maneira respeitosa. Se perdermos, perdemos; mas temos esse dever.

Presidente, buscamos algumas soluções e análises de PHDs em gestão pública. Sabemos que havia outra forma para fazer. Havia uma forma melhor para Brasília, a longo prazo. É isso que queremos mostrar. É um projeto de muita relevância e de muita importância.

Como o deputado Gabriel Magno colocou, infelizmente o Iges é outro exemplo.

Fico triste porque, no começo da sessão, falamos em nomeação e pedimos a derrubada dos vetos, que ficou para amanhã. Vamos discutir. Disseram que, se a derrubada dos vetos ficar para o ano que vem, não há problema. Nós não vamos aceitar isso. Temos a responsabilidade de derrubar os vetos, sim. A derrubada dos vetos é uma responsabilidade social, assim como a discussão do projeto da rodoviária.

Quero fazer o apelo para as categorias virem para cá amanhã. Precisamos, sim, derrubar projetos políticos. Esta casa deve isso à sociedade. Amanhã, vamos fazer esta luta, esta batalha, porque entendemos que ela é importante.

Presidente, como tanto a base quanto a oposição têm respeito pela Defensoria, peço que façamos uma inversão momentânea da pauta e votemos o projeto da Defensoria. Essa votação agrada a todos. Depois, continuaremos a nossa discussão, que é o nosso dever. Haverá a votação em segundo turno e a votação das emendas. Eu não estou com pressa. Vamos fazer tudo com a consciência e com a tranquilidade que o projeto merece.

Então, acho que seria de bom tom e bom senso invertermos a pauta e votarmos o projeto dos defensores.

Obrigada. (Palmas.)

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarílio.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, embora eu não queira, vou polemizar.

Eu gostaria de ter aqueles gravadores antigos e voltar a fita. O primeiro momento de debate foi extremamente importante entre a base e a oposição, mas o que aconteceu posteriormente a isso estou analisando há mais de 1 hora. Quem está indo à tribuna? As mesmas pessoas. Qual é a fala? A mesma. A mesma fala. A fala é igual. O que muda? Os personagens.

Com todo respeito, não joguem para a Defensoria, não. Vamos votar a matéria, porque V.Exas. vão continuar falando a mesma coisa. Estou preparado para ficar 7 dias neste plenário. Peço à minha família, que está assistindo a mim, que traga as minhas roupas e comida para mim. Não há perigo, não. Estamos aqui para isso. Sejam sinceros. A cantiga é a mesma. Não estão mudando nada. Está decidido.

Presidente, quero fazer um pedido ao doutor Celestino: que na rodoviária tenha um posto avançado da Defensoria em homenagem aos senhores neste dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, com todo o respeito à oposição, ao deputado Chico Vigilante, por quem tenho a maior admiração, S.Exa. está nesta casa há 600 anos; o deputado Robério Negreiros está aqui há 500 anos; eu estou aqui há 5

anos. Senhores defensores, nunca vi, nesses meus 5 anos, o que está acontecendo aqui. Nem no projeto do Iges, que tantos criticam, houve uma discussão tão longa.

Se vocês estão achando que não aguento discussão, passei 9 meses trabalhando toda quinta-feira, na CPI, com o presidente, deputado Chico Vigilante, e os demais deputados. Fiquei 7 horas lendo o relatório. Fico aqui até de madrugada, mas, pelo amor de Deus, não joguem para a plateia. Vem deputado aqui e joga para plateia. Parem com isso! Eu não citei nome de deputado, não estou citando nome de deputado. Não joguem para a plateia! Se tem uma coisa que eu não jogo é para a plateia. Sou exatamente o Hermeto que você conhece. Eu não jogo.

Se quiser, peça questão de ordem; se quiser discutir, traga alguma coisa nova, acrescente alguma coisa nova. Nenhuma vírgula vocês estão mudando. De certa forma, isso está prejudicando o pessoal. Gente, nós já exaurimos isso hoje. Nós já discutimos. Então, não tragam... Pelo amor de Deus!

Outra coisa, um deputado disse que a saúde está um caos, que o Iges está um caos, que não sei o quê está um caos. Então, por que o governador foi reeleito em primeiro turno? Será que essa população do Distrito Federal é tão desinformada assim? Parem com isso, gente! Vamos votar. Eu li 7 horas de relatório. Fiquei 9 meses, o menino nasceu: o relatório da CPI. Fico aqui até amanhã de manhã.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

Em seguida, ao deputado Max Maciel. Os demais já discutiram.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Quero deixar claro para os deputados que estou ouvindo as falas principalmente da oposição, mas há a intenção de eles mudarem o curso desta sessão. Estão tentando convencê-los a não votar o projeto. Isso é legítimo, é da democracia, deputado Hermeto. Os debates não são para ficar marcando posição, queremos mudar o voto de vocês e os argumentos estão aqui o tempo inteiro sendo colocados, sendo modificados.

Eu, por exemplo, ouvi algumas falas aqui dizendo que a rodoviária é feia, que a rodoviária está destruída. Eu não acho isso. Acho a arquitetura da rodoviária muito linda. Quando passo por ali, eu a admiro muito, fico vendo aqueles trabalhadores, aquele monte de gente passando. Acho a rodoviária maravilhosa. Ela está malcuidada. Não há como achar que essa empresa vai mudar a arquitetura porque nem pode, pois é uma área tombada.

Portanto, precisamos saber qual o custo para manter a rodoviária pública. Qual o custo disso? Nem isso a secretaria conseguiu falar. Qual o custo? É 1 milhão por mês, são 2 milhões, são 3 milhões por ano? Enfim, nem isso. Nós não temos essa informação. E nós já queremos privatizar um espaço como esse.

Já fiz tantas manifestações na rodoviária. Eu acho que todos nós, inclusive, deputados. Nós já distribuímos santinhos ali, já pedimos voto. Fico me perguntando como é que vai ficar. Será que essa empresa vai nos deixar circular livremente? Será que vai permitir que possa continuar havendo manifestações no espaço histórico desta cidade? Como será?

Nós temos áreas privatizadas, como é o Estádio Mané Garrincha, onde não vemos um pobre, não vemos um ambulante, não vemos um trabalhador sequer. Você vai a um show e nem mesmo os ambulantes conseguem entrar ali para vender os seus produtos. O Pontão, por exemplo, é outro lugar que também não se vê pobre.

E a nossa rodoviária, depois de privatizada, como é que ela vai ficar? Será que o povo do Distrito Federal vai poder pelo menos passar por ali? Será que as empresas de ônibus, como eu disse anteriormente, vão parar ali para pagar essa taxa de 11 milhões? Não vão, gente. Eu creio que não.

Então, quero pedir mais uma vez, tentando buscar palavras, tentando convencê-los de que possamos votar esse projeto, deputado Fábio Félix, no ano que vem. Há muita coisa em jogo para a vida dessas pessoas.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, só para concluir. Eu acho que deveríamos, realmente, em consideração ao pessoal da Defensoria, que está aqui desde cedo, inverter a pauta, votar o projeto deles e, depois, continuar discutindo o projeto da rodoviária.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, antes de iniciar o debate, eu gostaria de dizer que nós, da oposição, temos acordo para inverter a pauta. Vamos até fazer um requerimento para propor isso para a mesa. Nós invertemos a pauta, votamos o projeto da Defensoria e, depois, voltamos para o projeto da rodoviária.

Presidente, é importante dizer que há deputado dizendo assim: “Ah, mas não mudou nada”. Desculpa, o que não mudou foi a base. Está aqui: só nós apresentamos 5 emendas de proposta. Toda vez que o secretário se dispôs a vir a esta casa, nós estávamos na mesa do início da reunião ao fim da reunião. A base poderia ter ficado do início da reunião ao fim da reunião.

Nós estamos discutindo o parecer da CEOF agora, orçamentariamente. É importante que façamos o debate. Eu não estou aqui querendo convencer ninguém, mas é importante debater isso para que, lá na frente quando isso passar, ninguém venha dizer que votou desavisado, que votou sem saber o que estava na minuta.

O que o Governo do Distrito Federal está fazendo é o seguinte: entregando a casa para alguém e solicitando, dessa pessoa que está a recebendo, apenas que ela mantenha o portão eletrônico funcionando. Vejam bem, precisamos dizer que não há fonte financeira para arcar com esses custos da rodoviária.

Amanhã, depois, alguém vai tirar de algum lugar. Tiraram agora. É importante dizer que desses 27 milhões apresentados na planilha, os 9 milhões para a segurança privada que estão lá agora..., foram retirados 4 milhões da manutenção do metrô; foram retirados 5 milhões da manutenção da própria rodoviária e foram retirados 2 milhões do Teatro Nacional. Foi assim que conseguiram o recurso para bancar a segurança.

Não há almoço grátis em lugar algum. Segundo a conta do orçamento apresentado, pelo que nós estamos vendo aqui, não há dinheiro sequer para nomear pessoas. Por exemplo, 10 milhões resolveriam o problema dos ACS, da vigilância em saúde, mas amanhã ou depois não haverá debate sobre isso.

Vejam bem, o governo disse que há receita de 531 mil de publicidade, mas para a concessão está projetando R\$3.700.000,00. Eu pergunto: por que hoje o governo não consegue ter R\$3.700.000,00? Por que ele não tem a capacidade de absorver esse custo agora? Vejam só, há uma receita de R\$3.560.000,00 com espaços públicos, mas a concessionária terá a oportunidade de ter R\$8.600.000,00. Por que o governo não faz isso agora?

Há um detalhe, e uma das nossas emendas é sobre isto: a Defensoria terá que pagar para a concessão, o Na Hora que está lá terá que pagar para a concessão, o CTA que está lá terá que pagar para a concessão, ou seja, o equipamento público...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, orçamentariamente, é preciso que saibamos precisamente onde estão esses custos no Governo do Distrito Federal para bancar essa concessão que não é barata – não é barata! Custa, inclusive, o valor com o qual a empresa está dizendo que vai arcar, que são mais de 120 milhões.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, como líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco Parlamentar PSOL-PSB. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, para encaminhar, quero dizer que estamos de

acordo com a inversão da pauta. Se é para nós demonstrarmos o apreço que temos pela Defensoria Pública, nós somos favoráveis à inversão da pauta, votamos agora o projeto da Defensoria e depois voltaremos. Aliás, já éramos favoráveis a votar o da Defensoria antes, porque, inclusive, éramos a favor da retirada de pauta do projeto da rodoviária. Essa nunca foi uma questão para nós. Somos favoráveis ao projeto da Defensoria e contrários a essa tragédia que é a privatização da rodoviária, por isso nosso voto é “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros para encaminhar a votação.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Como líder do governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, com todo apreço à Defensoria – certamente nós vamos aprovar esse projeto, seja hoje, seja amanhã –, deixo claro que, para inverter a pauta, ele tem que estar na pauta. O projeto da Defensoria não está na pauta. Nós temos que finalizar esse projeto para depois, se possível, votar o da Defensoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Será incluído como item extrapauta.

Qual a sua orientação, deputado?

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Vamos finalizar a votação. Nós estamos aqui desde às 15 horas com o mesmo projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, lembro que quem primeiramente inverteu a pauta foi o governo; o item da rodoviária era o último do Executivo e não o primeiro, já poderíamos ter votado o item da Defensoria.

Como não há justificativa de orçamento; não há transparência; os números estão errados, confusos; a secretaria nem sabe o que está votando aqui, a Minoria indica o voto “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, este debate está sendo pedagógico. Centenas, milhares de pessoas estão assistindo a nós. Antigamente eram apenas 13, no tempo em que a TV era muita acanhada; na gestão de V.Exa., nós temos uma boa TV, avançada. Milhares de pessoas estão assistindo, não são mais só 13.

Portanto, é importante as pessoas assistirem e verem o posicionamento dos deputados. Caso haja a necessidade de varar a madrugada, nós vamos varar a madrugada. Na maioria das vezes, quem garante quórum para votar projetos de servidores somos nós da oposição, e V.Exa. é testemunha disso.

O projeto da Defensoria chegou hoje e nós vamos fazer a concessão de votá-lo sem nem estar pautado. E nós vamos aceitar, mas, se fôssemos cumprir o Regimento, ele não seria votado hoje.

Portanto, tenham paciência, nós vamos concluir o debate, votar o projeto, e depois votamos o da Defensoria e outros que houver.

O meu encaminhamento é contra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Presidente, foi dito aqui que as pessoas estão falando a mesma coisa. Eu estou fazendo uma pergunta, desde o primeiro momento, para saber quem é que vai pagar essa conta, e até agora não recebi a resposta! Neste momento nós estamos votando o parecer da Comissão de Orçamento, que não fala sobre o impacto orçamentário. Olha só o que está sendo votado!

Então, mais uma vez, nós nos pronunciamos que esse projeto não está transparente. Essa comissão é uma das mais importantes da casa, pois trata do impacto orçamentário desse projeto, e a questão não foi respondida! Os parlamentares fazem que não ouvem e não falam nada.

Eu estou aqui repetindo, mais uma vez: onde está o impacto orçamentário? Onde está a

previsão para o pagamento desse equilíbrio fiscal? Isso não foi respondido.

Por isso, a nossa orientação é “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (MDB-PP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Presidente, antes de encaminhar a votação, eu só quero dizer também que realmente a internet é implacável. Esta sessão é gravada. Assim como a oposição está dizendo que não vai dar certo, nós estamos falando com convicção, porque nós temos um governador que é um trator para trabalhar: vai dar certo! Nós teremos a melhor rodoviária do Brasil e, lá na frente, nós vamos ver.

Ela é tão implacável, que eu estava assistindo agora ao Flávio Dino falar contra as urnas eletrônicas. Olha como é a internet.

Então, nós estamos falando que vai dar certo. O que nós precisamos fazer? Votar. A nossa orientação é pelo voto “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Esta presidência solicita à Polícia Legislativa que autorize o acesso das pessoas que quiserem regressar à galeria.

Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis e 7 votos contrários.

Está aprovado.

Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as Emendas de nºs 21 a 35.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.260/2021, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a promover a concessão ao setor privado da prestação do serviço público, precedida de obra pública para reforma, ampliação, gestão, operação e exploração da Rodoviária do Plano Piloto e Galeria dos Estados de Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências”.

Depois da deliberação na CCJ foram apresentadas 15 emendas.

O parecer da CCJ é pela inadmissibilidade por inconstitucionalidade e injuridicidade das Subemendas nºs 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35. Foram canceladas as Emendas nºs 21, 22 e 24.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel e, na sequência, à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós tivemos acesso ao parecer e queremos, de forma precisa, que a CEOF (*sic*) se debruçasse sobre a lei que rege concessões quando envolve terminais rodoviários. Uma concessão que permite 20 anos, sendo que a lei, nos moldes que está, visivelmente, claramente a rodoviária se encaixa dentro do modal de transporte e é fundamental para a intervia de passageiros. Ela era para ser de 10 anos e está com 20 anos. É importante a CCJ dar o parecer sobre essa situação também, tendo em vista que a forma como está e a aprovação coloca em suspensão futura o projeto, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, parlamento vem do verbo falar. É falar. Acho que há 3 objetivos para estarmos até agora falando. Talvez, o mais importante seja tentarmos convencer os parlamentares e pensar numa alternativa com mais bom senso; talvez seja conseguirmos uma maior coerência; talvez seja saber – um constrangimento – que há uma alternativa melhor.

Esqueci de falar de uma função do parlamento: representar. Nós representamos o povo que, às vezes, não tem consciência. A nossa função – falo novamente – é pensar no melhor modelo. Um modelo que fique. Nós somos pagos para fazer isto: para pensar, para nos posicionar e trazer alternativas melhores para o Distrito Federal. Estamos falando da concessão de 20 anos, presidente! Inclusive, deixo aqui muitas perguntas que estamos repetindo porque não foram respondidas. Muitas! Novamente vou perguntar: quem vai pagar a taxa de acostagem? Por que as emendas são inconstitucionais? Qual é a questão da CCJ em relação aos 10 anos? Qual é o parecer sobre a constitucionalidade de ser 20 anos?

Deixo essas perguntas e digo que temos muito compromisso com o que estamos fazendo aqui. Não jogamos para a galera. Temos muito compromisso. Pensamos antes de apresentar os projetos porque não queremos vender sonhos. Quando falamos que a representação também é importante, queremos que amanhã estejamos com o mesmo ânimo e com a mesma garra para representar a sociedade e buscarmos a nomeação, a reestruturação de carreira e também a transparência, por exemplo, no Iges, onde nunca houve CPI.

O nosso compromisso é esse. Nossa função também é representar. Nós temos o compromisso de não votar projeto inconstitucional, projeto que tem impacto orçamentário, projeto que vai ser vetado para o povo devolver dinheiro. Nós temos compromisso com o que fazemos.

Eu queria deixar claro que vamos falar, sim. É função do parlamentar falar, representar, legislar e fiscalizar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, aqui as pessoas estão dizendo que estamos falando a mesma coisa, e eu vou continuar falando a mesma coisa.

Eu torço para que a rodoviária fique bonita, limpa e com um banheiro de qualidade. Mas a que custo? Essa é a realidade. Uma coisa é falarmos do mercado e de colocarmos boas empresas, mas nós estamos falando do custo que isso vai gerar para a população.

Foi feito um relatório aqui que não mostrou o impacto orçamentário disso para a população do Distrito Federal. Agora estão sendo negadas várias outras emendas de parlamentares que estiveram nas reuniões, tudo isso é para contribuir. Então, é triste ver que o jogo está combinado. É por isso que estão cansados, porque está tudo combinado. Não querem escutar os argumentos que estamos trazendo aqui para aprimorarmos o projeto.

Eu quero mais uma vez enfatizar: eu não sou contra o PPP. O que está sendo colocado é a forma como está sendo feito isso, é a falta de transparência. Os parlamentares nem se colocam à disposição para discutir, muito pelo contrário: “Ah! Nós já ganhamos o jogo e vamos parar de falar”. Não, eu não vou parar de falar. Nós estamos votando algo que não tem transparência.

A função deste parlamento é mostrar o impacto orçamentário junto com a transparência e a fiscalização. Em nenhuma das minhas intervenções eu fui respondida. Mas, como o jogo está combinado, todo mundo está sem paciência para discutir e aprimorar.

Qual é a nossa grande função? É denunciar, é falar que esse projeto não tem dados e indicadores que mostram que a população vai ser beneficiada. Não é só o externo, é o custo disso. O custo disso não está sendo mostrado aqui, mas vai ser mostrado no imposto que vai deixar de ir para educação e para a saúde, para que uma empresa ganhe dinheiro sem ao menos trazer o verdadeiro benefício, que é a economicidade para a população.

Essa PPP, no mínimo, tinha que mostrar para o Governo do Distrito Federal que ele deveria economizar. Mas, na realidade, as planilhas que estão sendo mostradas aqui têm uma economia...

(Soa a campainha.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – ... que não está demonstrada nos relatórios. É muito triste ver aqui parlamentares combinados e sem paciência para escutar os nossos argumentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós estamos na CCJ e eu faço questão de ler aqui alguns artigos que mostram a ilegalidade desse processo. Brasília foi declarada patrimônio cultural da humanidade em 1987. Esse título foi concedido diante de uma expressa condição. Um decreto que foi publicado nesse mesmo ano, o Decreto nº 10.829/1987, diz o seguinte:

“Art. 7º – A escala gregária com que foi concebido o centro de Brasília, em torno da intersecção dos eixos monumental e rodoviário, fica configurada na Plataforma Rodoviária, e nos setores de Diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-Hospitalares, de Autarquia e de Rádio e Televisão Sul e Norte.

Art. 8º – Para a preservação da escala gregária referida no artigo anterior, serão obedecidas as seguintes disposições:

I – A Plataforma Rodoviária será preservada em sua integridade estrutural e arquitetônica original, incluindo-se nessa proteção as suas praças atualmente implantadas defronte aos Setores de Diversões Sul e Norte”.

É por isso, presidente, que se precisou, no processo no tribunal de contas, da manifestação do Iphan, que não autorizou a obra. A manifestação do Iphan diz expressamente: Consulta prévia: não autorizado nenhum projeto arquitetônico.

É por isso que, de acordo com a lei orgânica, é preciso consultar o Condepac, o Conselho de Defesa do Patrimônio, que tem essa atribuição, mas não foi consultado.

Nós estamos diante de um ataque à legislação, à Lei Orgânica e a um decreto que não pode ser mudado, a um decreto que foi a condição necessária para Brasília ter se tornado patrimônio cultural da humanidade. O governador Ibaneis vai entrar para a história como o governador que pode colocar em risco o principal título de Brasília, o de patrimônio cultural da humanidade, por rasgar a legislação que preserva o tombamento da capital federal.

É triste, para não dizer outra coisa, nós estarmos aqui hoje autorizando, de maneira ilegal, rasgarem o compromisso que esta cidade fez com a Unesco para se tornar patrimônio cultural da humanidade, presidente. Por isso, nós insistimos que seja retirado da pauta esse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria voltar ao debate olhando para esses trabalhadores que são permissionários, que estão aqui ainda nesta sessão, com toda a preocupação que eles têm com esse processo, que é um processo muito duro na vida deles. É muito duro porque muitos deles dedicaram-se ao longo de sua vida, da sua trajetória e estão aqui batalhando para ver se conseguem o mínimo de garantia nesse processo de concessão que está colocado.

A notícia não é boa. A emenda vai existir, parece-me, para tentar garantir. Existe um esforço legítimo – é bom que se registre isso – de deputados da esquerda. Nós estamos lutando, desde o início, em torno dessa pauta. E existe um esforço legítimo de outros deputados, de outros campos e até do governo em relação aos permissionários.

A realidade de uma concessão é dura. A realidade de uma concessão é atropelamento, ainda mais quando votamos um projeto que não tem garantias. Ninguém sabe, no dia seguinte, como será aplicado o reajuste do aluguel. Ninguém sabe como a empresa concessionária vai tratar os custos comuns. Porque, diferentemente das empresas de ônibus, vocês não estão ganhando o presente de 10

milhões do governo que as empresas de ônibus vão ganhar. Vocês não estão ganhando o presente do governo em relação aos custos comuns da rodoviária. Ninguém sabe o que vai acontecer no dia seguinte, porque não sabemos o que essa empresa, seja lá qual for, esteja ela desenhada ou não, fará no processo de gestão.

Sabemos que esses processos de concessão, diferentes processos, tentam beneficiar e captar as grandes franquias. As grandes franquias de alimentação, as grandes franquias de venda *express* é o que tentam captar para os espaços rodoviários. Eles tentam fazer isso. Aí vão dizer: as grandes franquias não vão querer. Há grandes franquias de preço baixo também. Sabemos que existem grandes marcas, que estão no mundo todo, que dão conta de praticar preços baixos. E isso acaba atacando a economia local do pequeno empreendedor que batalha para garantir o seu negócio todos os dias.

O governo, que é um governo de grandes empreendimentos, é um governo dos milionários, a começar pelo próprio governador, que é milionário. É um governo dos milionários. É um governo que não pensa nas pessoas, que não conversa com as pessoas. A primeira atitude do governador – e eu sei que alguns que estão aqui apoiaram o governador – deveria ser sentar com vocês e olhar no olho de vocês. Ele não fez isso, não fez isso. Isso é desleal. Esse processo e a condução dele são desleais.

O nosso voto é contrário, também pela falta de transparência.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, são 22 horas e 20 minutos. A base do governo está apressada para votar. Eu acho que é importante ficar claro quem é oposição e quem é base. Base arca com os prós e com os contras. Portanto, os senhores têm os benefícios e vão votar a favor. Nós temos consciência e vamos votar contra. É isso. É assim que se dá o jogo.

Agora há governos que fazem diferente. Quando o Ministério Público tentou tirar esses concessionários da rodoviária – e eu vejo ali na minha frente o seu Arnaldo e a sua esposa, todas pessoas de idade –, no governo Rollemberg, nos governos Agnelo e Filippelli, fizemos o seguinte: nós enfrentamos o Ministério Público e aprovamos uma lei nesta casa, que foi considerada constitucional pelo Supremo, garantindo a permanência deles. Porque eles são empresários que não visam somente lucro. Eles são empresários que levam bem-estar para a pessoa que, muitas vezes, chega lá e não tem com o quê pagar um pastel, e come o pastel de graça; chega e não tem com o quê pagar um caldo de cana, e toma um caldo de cana de graça. Distribui, atende, efetivamente, a população mais pobre.

O nosso temor... Há uma emenda, e eu quero agradecer ao líder do governo, deputado Robério Negreiros, por tê-la assinado junto, que é a tentativa de garanti-los. As grandes franquias, conforme diz o deputado Fábio Félix, vão lá vender barato, só que é tudo comida industrializada, para adoecer ainda mais as pessoas. Em vez de fazer o pastel, que é um produto que conhecemos, um caldo de cana, um suco de laranja, de frutas genuinamente nossas, vão vender enlatados. Essa é a diferença.

É por isso que temos nos posicionado tanto contra esse projeto, dizendo que ele não deveria ser votado no dia de hoje.

Eu tenho certeza de que o secretário Flávio, que está aqui na frente, um homem de carreira do serviço público – do DNIT, não é isso? –, ele não tem certeza de qual vai ser o desdobramento desse projeto. Ninguém tem. Quem disser hoje, aqui, que tem certeza do desdobramento, do que é que vai dar lá na frente, estará faltando com a verdade. É um salto no escuro, é um cheque em branco, e nós não sabemos, efetivamente, qual será o fim dele. A única coisa que sabemos é que, inicialmente, vai haver alguém ganhando bastante dinheiro sem fazer absolutamente nada. Isso é a tal da mais-valia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós estamos aqui desde 3 horas da tarde sendo ofendidos sucessivamente. Não é verdade que quem é da base vota a favor porque tem benefício e que quem é da oposição vota contra porque tem consciência. Não é verdade. Os deputados desta casa, todos, têm consciência. Já houve insinuações nefastas

dizendo que quem está votando a favor do projeto está recebendo algum tipo de vantagem, inclusive insinuações de que nós estamos recebendo vantagem financeira. Já houve deslealdade com V.Exa. aqui hoje, já houve ofensa direta a um secretário de Estado que estava aqui.

Nós estamos aqui, às 10 e meia da noite, e estamos sendo ofendidos pela oposição. É o tempo inteiro nos acusando de estarmos agindo porque estamos recebendo benefício, estamos agindo porque estamos recebendo dinheiro. “Nesse projeto já há um empresário que vai receber”. Então, digam o nome de quem está recebendo, digam o nome de quem está sendo beneficiado. Digam qual é a empresa! Passar o dia inteiro nos ofendendo até essa hora, repetindo igual vitrola, dizendo que estamos fazendo as coisas porque estamos sendo beneficiados... Não é verdade.

Eu não estou recebendo um benefício para votar esse projeto e vou votar favorável a ele por causa da minha consciência. Eu sou a favor da concessão. Voto assim porque acredito na concessão. Espero que a rodoviária melhore, para que melhore a vida de 800 mil pessoas que passam por lá todos os dias.

A população de Brasília não está sendo defendida, aqui, pela oposição, não. Isso não é verdade. A população de Brasília está sendo defendida pela base. Quem usa a rodoviária – são quase 1 milhão de brasilienses que passam por lá todo dia – está sendo defendido aqui pela base, porque não aguentam mais a rodoviária do jeito que está.

Então, fica aqui esse jogo de fingimento, e nós, com toda a paciência do mundo, ouvindo um jogo de fingimento como se houvesse uma superioridade moral de quem vai votar favoravelmente. Não há, não é verdade.

Os defensores do regimento aqui, hoje, foram os mesmos que estupraram o regimento na CPI, absolutamente os mesmos. Mas agora pode, porque eles estão na oposição, então eles podem ficar protelando, protelando, protelando, protelando, fazendo 500 mil questões de ordem. Repetem a mesma coisa 500 vezes. Na CPI, nenhuma questão de ordem era deferida, e não houve ninguém desta dita oposição moralista, falsamente moralista, para defender o regimento da casa. Então o que está acontecendo aqui hoje não é verdade. Nós da base estamos sendo acusados injustamente. Injustamente!

Nós acreditamos na concessão. Eu estou votando porque acredito na concessão. Eu estou votando de maneira consciente e não estou recebendo um benefício sequer para votar esse projeto.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

O deputado Thiago Manzoni tem toda razão, se algum colega, se alguém aqui conhece alguém que está recebendo alguma vantagem, podem ter certeza de que, como presidente desta casa, como policial, eu vou agir. Mas é bom que digam os nomes, é bom que se diga os nomes. Se está havendo negociata sob a minha presidência, eu vou agir. Eu vou agir como cidadão, vou agir como policial, vou agir como presidente e não tenho problema em citar nomes aqui, porque eu não tenho medo. Se há uma coisa que não me norteia é o medo. Há que se ter cuidado com as acusações que são feitas.

Eu acho que o debate é legítimo, mas o deputado Thiago Manzoni tem toda razão. Quando se passa para ofensa pessoal e acusações levianas, nós precisamos agir. Então, se eventualmente algum colega nosso está agindo de forma ilegal e criminosa, que se diga o nome, para que ajamos como temos de agir. Eu duvido que alguém aqui vai se omitir de fazer o que tem de ser feito. Eu acho que o respeito tem de prevalecer.

Eu não vou conceder a palavra para os deputados que queiram discutir novamente. Quem já discutiu, já discutiu.

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não, deputado, nós vamos dar a todos o mesmo direito. Quem não discutiu ainda eu vou liberar para discutir, como o deputado Hermeto, depois vamos dar a palavra a todos.

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Quando for para encaminhar a votação, eu passo a palavra.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós estamos aqui há tantas horas. Aproveitando que estão dizendo que a empresa não sei o quê... Parece que não há Ministério Público em Brasília, não há controladoria, não há Tribunal de Contas, não há órgãos que fiscalizam.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Nós mesmos.

DEPUTADO HERMETO – É, mas parece que não há. Que a empresa não sei de quem... Meu Deus do céu, será que há carta marcada? Mostre-nos, porque eu não sei quem é, não. Espera aí, gente. Parece que nem reeleitos nós vamos ser se votarmos contra a rodoviária. Quem votar está no sal. Não vai voltar mais para o parlamento. Pelo amor de Deus.

Sabemos que é uma matéria difícil; porém, se a rodoviária funcionasse, nós não estaríamos discutindo isso aqui hoje. Se a rodoviária fosse como a rodoviária interestadual... Alguém ouviu falar de alguém que reclama da rodoviária interestadual? Eu não sei qual é a parceria de lá, mas eu não vejo a rodoviária interestadual no DFTV levando porrada porque não funciona isso, não funciona aquilo. Desculpem-me, mas eu não sei se é privatizada, se é PPP, não sei o que é, mas eu sei que ela funciona. Mas a nossa querida rodoviária, eu nem vou entrar mais nessa de falar daquilo. Resumindo, se ela funcionasse, nós não estaríamos aqui por 10 horas discutindo isso.

Porém, se vocês sabem quem vai ganhar a licitação, então vamos ao Ministério Público, atravessamos a rua e já entregamos lá.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Hermeto.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, vou ser um pouco repetitivo, mas com todo o respeito. A oposição está fazendo a mesma coisa, só quem está falando aqui é ela. Nós já temos a convicção do voto.

No comecinho eu falei: acho que são muito graves algumas falas – peço inclusive moderação e requeiro a V.Exa. que faça chegar a todos nós, pelas notas taquigráficas, o que foi dito aqui, porque são acusações graves e é preciso haver respeito no parlamento. Eu estou há muito tempo já falando isso, tentando ser comedido, mas nós precisamos ter responsabilidade, porque aqui há homens e mulheres de bem que estão trabalhando, dando o seu melhor. Se um defende uma situação e o outro defende outra, tem que ter respeito. Não existe paladino da moral. Acho que todos aqui têm a mesma moral. Se porventura houver alguém que estiver fazendo alguma coisa ilícita, isso vai aparecer e o Ministério Público e a polícia vão tomar a frente disso.

Eu clamo a V.Exas. que partamos para a votação, já são 10 e meia da noite. Eu ouvi ainda há pouco que parece que no segundo turno é que vai vir pancada de emenda e apresentação. Não vamos brincar com isso, não! Peço respeito, porque lá na CPI, senhor presidente, houve um destaque do deputado Chico Vigilante que atropelou tudo e votou-se só o dele. Eu protocolei, junto com o deputado Thiago Manzoni, 120 destaques, aos quais não deram nem azo. Falaram em intempestividade – e eu sei que é tempestivo, tenho um documento; vamos tratar disso aqui amanhã, tenho certeza disso.

Então, tenhamos responsabilidade, vamos para a votação! A oposição já fez o papel dela. Ela não vai convencer o governo, de maneira nenhuma. Nós estamos convictos. E não venham falar que só eles estudaram, não. Eles só falam em déficit, eles não falam na economia de 500 milhões de reais que será feita. Então, sejam justos! Vocês não vão nos convencer, nós não iremos convencer vocês. Nós estamos cansando a nós mesmos – não tem nenhum problema isso, eu fico aqui 15 dias, sem nenhum problema, mas nós estamos cansando o pessoal, nós estamos cansando a Defensoria, que faz um papel extraordinário. Não é por isso, é porque já chegou, está maduro, vamos votar!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Repito: não vou conceder a palavra, para discutir, a deputado que já falou. Esse é um critério que já foi utilizado aqui para todos. Então, peço a compreensão dos colegas deputados. Nós agora vamos votar. Todos já falaram.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para encaminhar, sim. Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix para encaminhar a votação.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco Parlamentar PSOL-PSD. Como líder. Para encaminhar a

votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, o clima esquentou. Eu gosto quando o clima esquenta, porque isso mostra um certo desconforto com o debate. Há gente votando matéria que não sabe, de cujos números não tem certeza, e está votando o presente dos 11 milhões de acomodação, de forma insegura. Então, essa indignação, para mim, é parte dessa insegurança. E é natural, é bom que se mostre esse desconforto, porque a sociedade vai ver esse desconforto. Então, essa indignação súbita é positiva para a sociedade enxergar o que está acontecendo aqui neste contexto.

Nós estamos confortáveis para votar essa matéria, porque nós sabemos o que nós estamos votando. Essa é uma matéria ruim para o Distrito Federal, e o nosso encaminhamento é “não” na votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante para encaminhar a votação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu já havia pedido a palavra porque o pessoal da chamada base, da direita, toda hora fica atacando a CPI. Estávamos lá eu, o deputado Robério Negreiros, o deputado Hermeto, o deputado Fábio Félix e nós aprovamos por maioria tudo na CPI. Nada foi decisão exclusiva do presidente. E nós cumprimos efetivamente o Regimento.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Se V.Exa. vai dizer que não cumprimos, é a palavra de V.Exa. contra a da maioria. Inclusive, fizemos com base em documentos do Congresso Nacional; portanto, não venha meter a CPI nesse meio, porque isso não cabe. Não venha querer fazer manobra para anular o relatório, porque isso não cabe também. Não venha com a história de 120 destaques, que foram apresentados de maneira intempestiva e, por isso, foram rejeitados.

Senhor presidente, eu não vou ficar debatendo CPI, porque ela já está resolvida.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para encaminhar a votação, deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Nós já estamos entregando o relatório para as autoridades. Portanto, arrume outra discussão porque a da CPI não pega.

O nosso encaminhamento é votar contra o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte para encaminhar a votação.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ela está inscrita, é porque há uma sequência aqui e eu vou respeitar essa sequência.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, eu estou em uma situação extremamente confortável aqui. Eu questionei exatamente a falta de aplicação do Regimento Interno na CPI; e, hoje, estou questionando os parlamentares que não votaram da forma que pensamos estar de acordo com o Regimento na CPI e que, aqui, estão reclamando do Regimento. Então, estou muito confortável porque sou regimentalista, eu não estou de um lado nem de outro.

Aqui quero deixar bem claro para todo mundo: eu estou falando que nenhum deputado me mostrou planilha! Nenhum deputado aqui. Nenhuma comissão que por aqui passou mostrou a transparência desse projeto. Isso não foi mostrado! Eu quero saber isso. Se querem defender a PPP, da qual eu também sou defensora... O problema é que não sou defensora a qualquer custo. Eu tenho consciência do que estou votando. Aqui eu fiz vários questionamentos para vários parlamentares...

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para encaminhar a votação, deputada.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu sentei à mesa com vários parlamentares e ninguém me respondeu.

Eu não estou aqui para agradecer nem a um nem a outro, estou aqui para defender a população brasileira. A rodoviária vai melhorar? Se Deus quiser, mas qual é o custo disso para a população? Isso não está demonstrado aqui e nem está claro.

É por isso que votaremos contrário ao parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigada, deputada Paula Belmonte.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno para encaminhar a votação.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (MINORIA. Como líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, como estamos na CCJ e por essa matéria não cumprir o disposto no inciso XI do art. 3º, que são os objetivos prioritários do DF zelar pelo conjunto urbanístico, que é tombado hoje, e respeitar as definições e critérios do Decreto nº 10.829, por não ter passado no Condepac, desrespeitando também a legislação do Distrito Federal, orientamos o voto “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu só queria corrigir uma injustiça que foi feita agora com relação ao deputado Pastor Daniel de Castro.

Falaram, ainda há pouco, sobre a condução da CPI, que ela foi feita dentro das linhas do Regimento Interno. Isso foi extremamente debatido no dia. Não existe previsão de destaque de relatório em CPI aqui no DF nem em qualquer lugar do Brasil. O deputado acabou de mencionar que pegou embasamento do Congresso Nacional. É engraçado: eu quero saber qual congresso foi esse? Porque o próprio Randolfe Rodrigues, que é da base do governo Lula, falou que era proibido fazer destaque na CPMI. Mas, por causa de um assessor desta casa que tem ideologia de esquerda, foi atropelado, foi criado um destaque para poder tirar o bandido do G. Dias do relatório do deputado Hermeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para concluir, deputado, por favor.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Outra coisa. Por falar em atropelamento, as pessoas que estavam aqui em cima, que acusaram o senhor de atropelar um parlamentar aqui, deveriam ter é vergonha, porque no dia da CPI o senhor estava lá. Entramos dentro daquela sala e eu perguntei: “Vai ter destaque. A gente pode pelo menos votar se vai ser permitido ou não ter destaque?” E o presidente da CPI falou: “Não, eu que decido porque eu sou o presidente e pronto. Acabou”. Todo mundo ficou em silêncio. Viemos aqui para fora, fizemos um destaque, que não é permitido de acordo com o Regimento Interno...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para concluir, deputado, por favor.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Sem revisão do orador.) – E eu agradeço a notícia, deputado Fábio Félix. Vamos corrigir esse Regimento Interno, há muita coisa que tem que ser feita, porque está malfeito para caramba.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni para encaminhar votação.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Presidente, o encaminhamento é “sim” ao parecer e, desde já, “sim” ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis, 6 votos contrários.

O parecer da CCJ está aprovado.

Em discussão, o Projeto de Lei nº 2.260/2021, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu estou muito tranquilo com essa votação em primeiro turno apesar de muito indignado com o que estamos fazendo aqui hoje...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Fábio Félix, eu pedi para interromper, porque foi registrado só 1 minuto para discussão. Agora sim. São 3 minutos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Presidente, primeiro, eu quero dizer que eu estou impressionado com essa votação, indignado, mas muito tranquilo em relação à minha consciência.

Eu senti, pela indignação seletiva, pelos arroubos, pelos estouros nas falas, um certo desconforto nessa votação. Pessoas devem estar votando sob pressão. Natural. É uma matéria sobre a qual o governo não trouxe as informações. A reunião com o secretário foi uma reunião inconclusiva, em que os dados não foram trazidos para o conjunto da população do Distrito Federal. Por isso talvez os parlamentares estejam tão inseguros, tão revoltados – aqueles da base que estão votando –, eu imagino que sob pressão máxima. Por isso essa indignação momentânea, exagerada no microfone, porque é difícil mesmo.

É difícil votar um projeto no qual não se sabe de onde vão sair 11 milhões de reais para financiar a taxa de acostagem. É difícil votar um projeto que pode deixar trabalhadores e trabalhadoras desempregados, como os permissionários. É difícil votar um projeto deixando ambulantes sem nenhuma cobertura por parte do Estado. É difícil votar um projeto que não traz referência ao que vai acontecer no processo de licitação, no edital, uma concessão que é um cheque em branco. Imagino que isso seja muito difícil.

Por mais que tentem, às vezes, uma performance de tranquilidade, às vezes surge, às vezes sai, porque o nosso organismo é isso, deputada. Ele, às vezes, com naturalidade traz a verdade. A verdade é esta: o desconforto profundo que alguns deputados têm com esse projeto. Imagino que todos, pois ninguém sabe o que vai acontecer amanhã.

Eu queria dizer uma coisa a vocês: aqueles que estão indignados porque estão falando que pode haver empresa marcada... Meu Deus, vocês descobriram agora que na administração pública isso acontece? Óbvio, presidente, que não podemos fazer denúncia, não há nem empresa contratada. O que ouvimos são interesses, são interesses de corredor, mas nos preocupamos, sabe por quê? Porque estamos aqui também para desconfiar, para fiscalizar. Isso é parte do nosso trabalho. Isso não significa apontar o dedo nesta casa, até porque não é contexto para apontar o dedo.

Gente, bem-vindos ao jogo democrático. Há deputado calouro, na primeira sessão final, bem-vindo ao jogo democrático, ao debate público. Nós vamos fazer até o fim. Não vamos abrir mão da nossa prerrogativa. Esta casa, os experientes aqui lutam tanto por acordo, porque sabem a importância de um acordo. Esta sessão de hoje é pedagógica. Esta casa tem oposição, tem oposição que vai lutar até o fim. Podemos perder, mas meu voto é "não".

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, se o candidato Ibaneis tivesse feito campanha, dizendo que iria privatizar a rodoviária, que iria privatizar a CEB, eu estaria calado, não iria levantar uma vírgula, porque os eleitores teriam votado nele sabendo que iria privatizar a rodoviária. Mas ele fez o contrário: foi aos sindicatos dizer que não iria privatizar nada, que iria, inclusive, aumentar o poder dos sindicatos.

O problema é esse jogo escondido da política. Se ele tivesse ido à rodoviária comer pastel, tomar caldo de cana, e tivesse dito: "Eu vou privatizar esta rodoviária" e tivesse ganhado a eleição, eu não falaria uma vírgula aqui.

Quanto à questão de dizer – V.Exa. me conhece há muito tempo, não é a primeira vez que eu falo, e falei em outra legislatura – que base de governo tem que votar com o governo, eu sempre disse isso e vou continuar dizendo. E digo mais: as pessoas não podem se esconder, ter cargo do governo e achar que não têm cargo do governo, ou têm vergonha do cargo que têm? Indicam administrador, indicam secretário, depois têm vergonha de dizer que têm? Depois, quando dizemos aqui, acham que é crime. Qual crime há nisso? Não há crime nenhum.

Portanto, ser governo tem os ônus e os bônus. Tem o bônus de ter cargos, que a oposição não tem e não quer, e tem o ônus de votar em projetos que desagradam a população, mas que o governo quer. Estou dizendo isso porque já fui governo. Eu sempre disse – e V.Exa. me conhece –, que eu não falo na oposição nem pratico na oposição aquilo que eu não pratico no governo.

É por isso que apresentei um projeto, presidente – infelizmente, ele não prosperou – para que, cada vez que alguém fosse indicado alguém para um cargo comissionado, a informação de quem indicou constasse no Diário Oficial. Apresentei esse projeto. Se indicasse alguém, estaria lá quem indicou. Por que a vergonha de dizer que indicou alguém? Existem determinadas cidades em que o administrador responde ao deputado antes de responder ao governador. Há cidades em que, se apresentarmos emendas, eles não as executam, porque o deputado deles não deixa. Têm vergonha disso! É isso o que estou dizendo.

É por isso que vou votar contra esse projeto. Ele não vai dar certo para o Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, esta sessão de fato mostra para esta cidade – ainda bem – que nem tudo está perdido. Ela mostra para esta cidade que o Ibaneis não pode fazer e não fará, de graça, aquilo que quiser: vender a cidade, atacar os servidores públicos, destruir os direitos da população. Esta sessão é importante porque revela e desnuda os reais interesses deste governo: para os empresários e para os amigos, tudo; para a população, nada.

Amanhã, também será importante, porque o PPA e a LOA do governo são a expressão de que, neste governo, só tem vez empresário e concreto. O povo e os direitos estão fora da prioridade do governador. É muito importante esta sessão. Existe oposição nesta cidade. Há outro projeto político possível para o Distrito Federal. A população de Brasília vai saber quem defende cada projeto desse.

Quero terminar este meu voto, no primeiro turno, presidente, lendo a carta de Lúcio Costa, escrita em 1987, ao visitar Brasília e a rodoviária:

“Eu caí em cheio na realidade, e uma das realidades que me surpreenderam foi a rodoviária, à noitinha. Eu sempre repeti que essa plataforma rodoviária era o traço de união da metrópole, da capital, com as cidades-satélites [...]. É um ponto forçado em que toda a população que mora fora entre em contato com a cidade.

Então, eu senti esse movimento, essa vida intensa dos verdadeiros brasileiros, essa massa que vive fora e converge para a rodoviária. Ali é a casa deles. É o lugar onde eles se sentem à vontade. Eles protelam, até a volta para a sua cidade e ficam ali, bebericando.

Eu fiquei surpreendido com a boa disposição daquelas caras saudáveis. E o centro de compras, então, fica funcionando até meia-noite. Isso tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita, mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente. Só o Brasil. E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito.

É isso. Eles estão com a razão, eu que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Foi uma bastilha.

Então, eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor em uma estufa como poderia ser. Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais.

Na verdade, o sonho foi menor do que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito, senti-me orgulhoso de ter contribuído.”

Nas palavras de Lúcio Costa, votamos não. Em defesa do projeto desta cidade!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Gente, não é que nós estejamos repetindo a mesma coisa, não. São V.Exas. que não estão trazendo as respostas para as

perguntas que estamos fazendo desde as 3 horas da tarde. Desde as 3 horas da tarde nós estamos perguntando: a Lei nº 4.011 vale ou não vale para o rodoviária? Passou na CCJ. Incluir a taxa de acostagem torna a concessão comum ou concessão patrocinada? Ninguém diz. Como é que não repetimos a mesma coisa? Os senhores estão votando um projeto de que V.Exas. não têm conhecimento.

Está aqui: hoje, o Tribunal de Contas retirou ou vai impedir a tramitação do Zona Verde, porque ele impacta no tombamento. E o projeto do Zona Verde é concomitante à entrega, por exemplo, dos estacionamentos da rodoviária.

Há outro questionamento que nós fizemos para a equipe técnica do governo. Eles preveem construção de 2.700 unidades de estacionamento. A nossa equipe técnica foi lá e fez toda a medição e o cálculo, a UnB foi lá, fez toda a medição e o cálculo e falou: "Não cabem 2.700 vagas aqui. Só há uma opção para caber 2.700 vagas aqui: vai ter que edificar". Nós tivemos acesso a uma minuta, sobre a qual, depois, na reunião, a base do governo disse: "Essa minuta não vale mais". Essa minuta trazia inclusive o croqui de um estacionamento subterrâneo, entre o Conic e o Conjunto Nacional, que iriam fazer.

É só trazer essas respostas para nós. Votem, ganhem no voto, mas ganhem justificando que vai ser bom.

Vai ser boa a concessão? Eu queria dizer para vocês que o transporte público desta cidade já é privatizado. Há empresa que não pagou combustível, mas aprovaram aqui milhões de concessão a mais de crédito para que ela funcionasse. E está a população tendo que sair cedo, sem saber se chega ao local de trabalho. Isso que é um desrespeito.

Tragam essa informação para nós.

Outra coisa que queremos saber da base: a decisão do Tribunal de Contas vai ser acatada? Desculpem-me, eu não quero parecer arrogante, mas temos os pareceres do Tribunal de Contas. Lemos e podemos encaminhar no grupo dos deputados, se não leram, mas está lá: o Tribunal de Contas pede que pare de ser uma concessão comum e passe a ser uma concessão privatizada (*sic*) ou que se retire a taxa de acostagem. Está no parecer do Tribunal de Contas, que analisa exatamente este processo: "Analisar a viabilidade de excluir modelagem de receita e de acostagem cobradas em linhas distritais do Entorno, considerando sem prejuízo outras modificações". Nós vamos acatar o que disse o Tribunal de Contas ou vamos tratorar aqui também, e depois o Tribunal de Contas impede isso?

Vamos fazer o seguinte, respondam a essas questões e votamos. Caso contrário, desde já o nosso voto é não.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, é só para dizer que o meu voto é sim. Vamos votar "sim", vamos votar logo. Agora a narrativa é extraordinária. É extraordinária. Eu estou acompanhando tudo, inclusive a política nacional.

Deputado Thiago Manzoni, o Dino acabou de mandar uma mensagem para os evangélicos dizendo que é contra o aborto e contra a legalização das drogas. Essa política é muito engraçada.

votar, presidente? Voto "sim"!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte e depois ao deputado Ricardo Vale.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Presidente, em respeito a...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Calma. A palavra está com a deputada Paula Belmonte.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, a oposição já votou, mas existem 9 emendas, e eles vão fazer a mesma discussão nas emendas. Em respeito à Defensoria, eu acho que vocês deveriam ir embora. Amanhã vamos votar e aprovar o projeto de vocês.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, eu quero falar para a Defensoria que não estou aqui para agradar ninguém. Eu estou aqui para defender o povo brasileiro e brasiliense. Quero dizer que vocês têm o meu apoio total. Se quiserem inverter a pauta, estou à disposição. Se quiserem ficar conosco até às 5 horas da manhã, vamos ficar, porque é muito importante trazer essa aprovação e defender a população.

Aqui foi falado de anúncios de cargos, de salários, de se a pessoa tem cargos, se a pessoa tem benefícios. Eu quero dizer que sou uma deputada que não tem absolutamente cargo nenhum. Então falo, com muita tranquilidade, que eu estou defendendo a minha categoria que é o povo brasileiro, o povo brasiliense. É isso que nós temos que defender.

Eu estou vendo aqui não só os defensores, mas também os permissionários que estão querendo ser ouvidos. Existe gente aqui que chorou, porque é mãe, pai de família e quer entender como vai ser o rateio do condomínio, como vai ser esse aluguel, se vai haver garantia! Como é? Porque bonito vai ficar, eu tenho certeza de que a cidade vai ficar mais bonita, de que a população vai ficar feliz. Mas a população vai saber quanto está pagando? Não! Eu estou aqui desde as 3 horas da tarde fazendo uma mesma pergunta: Qual é o valor? Qual é? Em que local está esse valor no orçamento público? E, até agora, não responderam.

Então, se os senhores não querem ficar aqui até às 5 horas da manhã, respondam só a isso: Onde está a planilha que está dizendo o custo dessa PPP? Porque uma PPP tem que ser boa para o Estado, para a população e para o setor privado. E o que vemos aqui é o setor público pagando totalmente para o privado. É muito sério!

Eu digo que sou uma grande defensora da transparência, e este projeto não possui transparência. Podem dizer o que for, nenhum deputado aqui me mostrou a planilha. Não existe transparência nem humanidade, porque não trouxeram a população para discutir, e, nas vezes em que nós discutimos, o governo nos trouxe resposta evasiva. Para nós, pela falta de transparência – eu não sou da oposição, quero deixar isso bem claro – do que está sendo votado aqui, nós votamos contra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu vou ser breve, presidente. Eu falei mais cedo que hoje a rodoviária está completando 63 anos, justamente hoje. Daqui a pouco, ela vai deixar de ser uma rodoviária pública. Ela vai ser uma rodoviária privada. Uma empresa vai tomar conta da rodoviária e não mais o poder público.

Não há como eu não ficar preocupado diante de tantas dúvidas. Eu fico aqui pensando: o que será daqueles trabalhadores, daquelas pessoas que estacionam seus carros ali na plataforma superior e em alguns trechos da plataforma inferior? O que será dos permissionários? O que será dos ambulantes? O que será que vai acontecer com aquela rodoviária? Ninguém sabe aqui. Quem estiver falando aqui que sabe não sabe, porque poucos aqui têm conhecimento do projeto, do contrato inclusive.

Entregar a rodoviária da forma que nós estamos fazendo aqui é um erro que esta casa está cometendo. Por isso, mais uma vez, eu peço aos pares que nós não votemos esse projeto hoje. Que nós votemos esse projeto em fevereiro ou março para que, no diálogo, na conversa, tentemos entender essas dúvidas que eu tenho e que muitos de vocês também têm.

Eu acho que não é justo nós votarmos um projeto aqui sem termos certeza de que os permissionários vão continuar trabalhando naquela rodoviária e de que forma, quem é que vai chegar lá, quais são as empresas, com quem eles vão fazer um processo de disputa comercial. Tudo isso nós precisamos entender. Nós precisamos saber.

Então, eu quero registrar isso aqui. Eu sei que está difícil, pelo que eu estou vendo aqui. Daqui

a poucas horas, como eu falei, a rodoviária vai acabar sendo privatizada, vai deixar de ser um espaço público. Eu fico até preocupado com a própria população, com o próprio usuário que pega ônibus ali. Será que eles realmente ainda vão continuar pegando ônibus naquela plataforma, porque, pelos custos que foram apresentados aqui, provavelmente nenhuma empresa de ônibus vai querer estacionar ali.

Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Atendendo à solicitação do deputado Chico Vigilante, a votação será nominal.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis e 7 votos contrários.

Está aprovado o Projeto de Lei nº 2.260/2021, em primeiro turno.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Eu queria só fazer uma correção para quem está nos acompanhando: o governo não está privatizando a rodoviária. É um projeto para permitir uma parceria público-privada, a fim de que a gestão seja privatizada. A rodoviária vai continuar sendo uma área pública, gerida, se assim o for, por uma concessão, em parceria público-privada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Pessoal, até em respeito aos defensores públicos, uma categoria extremamente importante para todos nós e que está aqui desde muito cedo, eu gostaria de fazer uma proposta. Os deputados podem concordar ou não.

O projeto da Defensoria já deveria ter sido lido. Sugiro que nós o votemos em primeiro turno e depois em segundo turno novamente. Tem que ser assim, em respeito a esses defensores. A própria Câmara Legislativa é testemunha do que a Defensoria tem feito aqui no nosso posto. É uma questão de respeito a esses trabalhadores que estão aqui reivindicando uma questão extremamente justa.

O que eu proponho é que votemos em primeiro turno o projeto da Defensoria e depois, em segundo turno, o projeto da rodoviária.

Eu sou velho e só durmo 4 horas. Dormindo às 4 horas, eu acordo às 8. Vou dormir aqui na Câmara Legislativa, mesmo, pois a minha mulher está viajando. Está tudo certo.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Presidente, de uma maneira bem justa, eu também vou votar o projeto da defensoria, por quem temos que ter respeito. Mas também em respeito a todos os parlamentares – estamos discutindo a mesma coisa – eu gostaria de propor o seguinte: eu sei que há o Regimento, há 9 emendas, mas, até para que a oposição se sensibilize com a Defensoria, poderíamos finalizar o primeiro turno do projeto da rodoviária e votar o projeto da Defensoria também em primeiro turno. Depois abriríamos uma extraordinária para votar o projeto da Defensoria em segundo turno.

Faço essa sugestão em respeito a todos, porque estamos discutindo a mesma coisa desde as 15 horas.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, a minha proposta é votarmos agora o projeto da Defensoria. (Palmas.)

Encerramos a sessão, abrimos nova sessão e votamos os 2 projetos: o da rodoviária e o da Defensoria, em segundo turno.

Essa é a proposta que eu faço.

DEPUTADO HERMETO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, como a oposição é maravilhosa também! Estamos entrando em acordo.

Deputado Fábio Félix, V.Exa. me disse: “Hermeto, há entendimento quando ninguém atropela ninguém”. Agora, estamos tendo entendimento.

Então, vamos votar o projeto da Defensoria, em primeiro turno; o da rodoviária, em segundo turno, e, depois, o da Defensoria...

Vou fazer um apelo, pelos nobres defensores que estão na galeria há 10 horas, sofrendo: vamos agilizar o segundo turno e tirar as emendas. V.Exa. sabe que a votação já está garantida. Nenhum deputado da base vai mudar o seu voto. Ninguém vai mudar o seu voto.

Deputado Fábio Félix, em respeito aos defensores, aos colegas, a todos, vamos fazer um segundo turno dinâmico?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, primeiro, eu gostaria de dizer que a proposta de V.Exa. é boa.

Em respeito à defensoria, acho que devemos votar o projeto dela, em primeiro turno, agora. Depois convocamos as votações em segundo turno: primeiro, o projeto da Defensoria e, depois, o da rodoviária. (Palmas.)

Sugiro isso em respeito aos defensores que estão aqui. Ninguém vai embora nem deixar de votar o projeto da rodoviária. Temos que respeitar a Defensoria e o contribuinte, porque temos 9 emendas ao projeto da rodoviária para serem discutidas em segundo turno. É importante discuti-las e votá-las.

Este momento está sendo novo para muitos parlamentares. O que falei para o deputado Hermeto foi o seguinte: quando esta casa tem entendimento, as coisas andam muito rápido. Quando não há entendimento, as coisas andam devagar.

Por isso, o nosso encaminhamento é votar o projeto da Defensoria em primeiro turno e, em seguida, em segundo turno. (Palmas.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, defendo que votemos o projeto da Defensoria, em primeiro turno e em segundo turno. Depois, vamos ficar aqui discutindo a PPP da rodoviária. (Palmas.)

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, deputado Hermeto, senhores deputados de direita, participei da reunião da CCJ e estou aqui desde as 9 horas da manhã. Estou na Câmara Legislativa já há 17 horas. Fiz vários atendimentos, participei da CCJ e estou votando no plenário.

Temos um convívio muito bom com o pessoal da Defensoria e trabalhado muito para favorecê-lo. Votamos, na semana passada, favoravelmente ao projeto da promotoria. Agora estamos ajustando a situação deles para adequá-la à procuradoria. Acredito que eles estão dispostos a fazer isso.

Há uma manobra, uma estratégia da esquerda para manter a votação de vocês em primeiro turno. Depois, eles vão fazer o mesmo tratamento que estão fazendo agora em primeiro turno.

Então, nossa orientação é manter a votação em segundo turno agora e, logo depois, o projeto da Defensoria Pública. Não vamos abrir mão de votar, em segundo turno, esse projeto, senão seremos esbagaçados em todas as emendas apresentadas.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, se há uma coisa que a oposição tem, nesta casa, é palavra.

Ainda agora eu conversava com o deputado Pastor Daniel de Castro que quem garantiu a votação da maioria dos projetos do governo foi a oposição. Portanto, não fazemos manobras. Não há absolutamente nada de manobras. Estamos assumindo o compromisso de votar agora o projeto da Defensoria em primeiro turno e de votar, em segundo turno, o projeto da Defensoria e o da rodoviária. Esse é meu compromisso. Assumo os compromissos que faço.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, por uma questão de lógica e sequência, há 2 propostas. A primeira é votarmos, em segundo turno, o projeto da rodoviária – vou encaminhar essa proposta para os deputados – e a segunda é votarmos, em primeiro turno, o projeto da Defensoria e, em segundo turno, o projeto da rodoviária, na sequência.

Volto a dizer: respeito o papel da oposição, mas sabemos como funcionam algumas ações. Começamos a votar em primeiro turno o projeto da rodoviária, vamos concluir a votação em segundo turno ou vamos votar em primeiro turno o da Defensoria e, depois, em segundo turno, o da rodoviária? São essas 2 propostas encaminhadas. Não há outra proposta, porque não vou alterar a sequência.

Vou consultar os deputados. Se ficarmos discutindo, perderemos mais tempo do que se votarmos.

Deixe-me consultar os deputados.

Quem for favorável à votação em segundo turno do projeto da rodoviária levante a mão.  
(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Quinze. Vamos votar o projeto em segundo turno. Depois, votaremos o projeto da Defensoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu havia feito uma proposta em que eu iria conversar com os companheiros para deixar só uma emenda. Se isso já tivesse sido feito, nós já teríamos votado o projeto da Defensoria em primeiro turno e votaríamos em seguida o projeto da rodoviária.

Estava até sendo proposto que não houvesse debate. Porém, se o negócio é assim, vai haver debate até de madrugada.

Eu apelo novamente para V.Exa. quanto à proposta: votaríamos o primeiro turno do projeto da Defensoria e, depois, votaríamos o segundo turno do projeto da rodoviária e também do projeto da Defensoria.

É isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, eu vou ouvir os deputados.

Deputado Chico Vigilante, V.Exa. está dizendo que, se votarmos o projeto da Defensoria em primeiro turno, os senhores abrem mão da discussão das demais emendas em segundo turno?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu estou abrindo mão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – E os demais deputados? Nesse caso, eu consulto novamente os deputados.

A deputada Dayse Amarilio disse que não abre mão de discutir. O deputado Max Maciel disse que não abre mão de discutir.

Então, não é possível, deputado. Vamos votar do jeito que está.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, é possível conversarmos com os nossos colegas, fazemos uma reunião para tentar limitar a discussão. Nós não podemos abrir mão da discussão toda. Abrir mão da discussão inteira, nós não podemos. Nós podemos conversar com os colegas para limitar a discussão.

Porém, usar a Defensoria como chantagem não ajuda. Vamos votar o primeiro turno do projeto da Defensoria e passar para a votação do projeto da rodoviária. Nós vamos conversar com os colegas. Eu acho que isso ajuda. A proposta do deputado Chico Vigilante é boa. Isso já distensionaria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Se só um deputado defendesse as emendas... Mas isso não vai acontecer. Então, não é possível. Mas, de qualquer forma, nós estaríamos prejudicando todos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, uma coisa eu digo a V.Exa., porque eu tenho que ser honesto. Ninguém vai abrir mão de fazer a discussão na votação do segundo turno no plenário. Disso ninguém vai abrir mão. Haverá as discussões.

No entanto, antes disso, o projeto tramita em várias comissões. Nós podemos conversar com os deputados para ver se há algum entendimento das discussões anteriores. Agora, eu preciso de uns minutos para fazer a discussão com os deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A presidência vai suspender os trabalhos durante 5 minutos para os senhores resolverem a questão.

Está suspensa a sessão.

(Sessão suspensa às 23h15min, a sessão é reaberta às 23h21min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está reaberta a sessão.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu fiquei calado esse tempo todo, só ouvindo. Agora, eu quero dizer que nós temos 2 grupos na galeria: um grupo que está sofrendo, que está perdendo; e um grupo que está na iminência de ganhar um reajuste, o que é muito justo.

Então, nós estamos falando muito da Defensoria, que estão cansados, mas e o pessoal da rodoviária que também está aqui o dia inteiro? Ainda há pessoas da rodoviária aqui!

Vamos acabar logo com essa questão da rodoviária! O pessoal da Defensoria pode segurar um pouco. Já ficaram até agora e podem ficar mais um pouco. Então, vamos resolver essa questão da rodoviária, afinal de contas é um sofrimento o que eles estão passando nesta tarde! Como eu falei, são 2 grupos: um está sofrendo muito, e o outro está em felicidade porque vai conseguir o tão sonhado reajuste.

Então, pelo amor de Deus, vamos ser justos. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parece que há um encaminhamento. Solicito a um deputado da oposição que apresente a proposta para que seja devidamente registrada e que haja o acolhimento. A proposta parece razoável.

Deputado Fábio Félix, peço que um deputado faça a defesa para que os demais deputados possam concordar ou não.

Solicito atenção dos deputados, por gentileza, para que fique bem compreendido qual a proposta que a oposição oferta neste momento.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, há uma emenda que é consensual.

O nosso entendimento é que vai começar a apreciação das emendas pela CCJ; vai ser considerada uma emenda na CCJ e as demais emendas caem. Em seguida, uma vez aprovada essa emenda, abre-se a discussão para quem quiser falar no segundo turno. Eu já não estou mais a fim de falar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Então, ouçam a proposta do deputado Chico Vigilante para que tanto a base como a oposição tenham entendimento.

Então, serão rejeitadas as emendas. Apenas uma emenda é consenso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – É isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Apenas um parlamentar da oposição irá discutir em cada comissão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Exatamente. E, na hora do plenário, no segundo turno, quem quiser fazer o uso da palavra falará nos seus 3 minutos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Então, estabeleceremos 2 minutos para cada deputado fazer a discussão na comissão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – No segundo turno, serão os 3 minutos tradicionais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Perfeito, deputado Chico Vigilante.

Podemos fazer dessa forma? (Pausa.)

Há concordância dos deputados da base com relação à proposta ofertada pela oposição e apresentada pelo deputado Chico Vigilante? (Pausa.)

Eu gostaria que todos os deputados se manifestassem. Se não houver concordância dos deputados, não há como prosseguirmos. Há concordância ou não, deputados?! Não há jeito! Ou a oposição tem o mesmo discurso ou então...

A deputada Dayse Amarilio e o deputado Max Maciel precisam se manifestar. (Pausa.)

O acordo foi aceito por todos os parlamentares. Assim o faremos.

Incluo como item extrapauta o Projeto de Lei nº 828/2023, de autoria do Poder Executivo.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 828/2023, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que “Dispõe sobre a carreira de Defensor Público da Defensoria Pública do Distrito Federal e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, é com muita honra que designo o deputado Martins Machado, um grande parceiro na Comissão de Assuntos Sociais.

Agradeço o tempo da Defensoria, que merece muito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Martins Machado, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Deputada, eu que agradeço.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer ao Projeto de Lei nº 828/2023, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que “Dispõe sobre a carreira de Defensor Público da Defensoria Pública do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, quanto aos aspectos de mérito, manifestamos o voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 828/2023.

É o parecer.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 deputados.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, antes de mais nada, quero declarar o meu voto favorável.

Designo o deputado Jorge Vianna, que tem relatado os projetos relacionados aos servidores na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Jorge Vianna, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 828/2023, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que “Dispõe sobre a carreira de Defensor Público da Defensoria Pública do Distrito Federal e dá outras providências”.

No que tange ao mérito da proposta, os defensores públicos fazem jus a uma remuneração compatível com a boa defesa judiciária das pessoas mais carentes no DF. Contudo, cabe lembrar que a Defensoria Pública também é formada por analistas, cujo trabalho é essencial para a sua missão institucional. Dessa forma, estamos dando um voto de confiança aos defensores públicos e à Defensoria Pública Geral, no qual esperamos o envio de uma proposta de melhoria salarial que contemple também os analistas da Defensoria Pública ainda no início de 2024.

Queremos firmar esse compromisso perante os membros da Frente Parlamentar em Defesa da Recomposição Salarial dos Servidores, a qual presido. Tal pedido está em sintonia com as palavras do senhor governador: “Pretendemos encaminhar projeto à Câmara Legislativa concedendo reajuste geral para todas as categorias. Depois vamos fazer pequenos ajustes em algumas carreiras.”

Por fim, no âmbito da CEOF, presidente, votamos pela admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei nº 828/2023.

É o parecer.

Eu gostaria de parabenizar o Celestino e todo o corpo que representa a Defensoria Pública. É a segunda vez que votamos reajuste para os defensores, e deixam de fora os analistas. Assim como eu falo sempre que a saúde não se faz só com os médicos e que a educação não se faz só com os professores, a Defensoria também não se faz só com os defensores, senhoras e senhores. Que façamos essa reflexão aqui no dia de hoje e que possamos ser justos com os colegas.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 deputados.

Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor

presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 828/2023, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que “dispõe sobre a carreira de Defensor Público da Defensoria Pública do Distrito Federal e dá outras providências”.

O parecer é pela admissibilidade, presidente.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 828/2023.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu quero fazer uma observação, presidente, porque às vezes as coisas caminham de um jeito que não é verdadeiro, principalmente quando se trata de aumento de servidor público. Quem está concedendo aumento aos defensores públicos é o governador Ibaneis Rocha. É a base do governo que está votando para conceder aumento à Defensoria Pública. Não é a oposição. Só queria deixar esse registro na discussão, porque às vezes as coisas caminham de uma forma que parece que a oposição é a defensora dos servidores públicos, e quem está concedendo aumento é o Governo do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu só quero fazer uma homenagem à Defensoria Pública. São tantos amigos que nós temos construído ao longo desse tempo! Quero saudar o doutor Celestino, nosso defensor-geral. Na pessoa dele, eu quero saudar aqui o doutor José Wilson, presidente. Ele foi meu chefe na Defensoria Pública quando lá eu estagiei, há 15 anos. Parabéns aos defensores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu acho que tem de ficar claro: quem está concedendo o aumento é a Câmara Legislativa do Distrito Federal, que é quem vota. Houve um trabalho importante de articulação do doutor Celestino – ele veio aqui mais de uma vez conversar com todos nós –, e nós dissemos que, se o governo mandasse o projeto, nós votaríamos.

Não é a primeira vez que acontece isso. Acho que é preciso que quem ainda é novato no parlamento entenda como é que o parlamento funciona. É assim que funciona. Esse é um projeto da Câmara Legislativa do Distrito Federal, não é desse ou daquele segmento. Por isso nós estamos votando a favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu só queria fazer uma referência à doutora Amanda, da Defensoria, que está aqui, e ao doutor Márcio. Na pessoa deles, eu queria saudar todos os defensores e parabenizá-los. Eu citei a doutora Amanda e o doutor Márcio, em específico, porque ela tem nos ajudado muito nas nossas frentes parlamentares e ele esteve conosco em uma visita ao HRT. Se nós temos conseguido lutar por melhorias para a população do Distrito Federal, é porque eles têm atuado e têm participado. Eu queria fazer essa referência e agradecer a eles.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu quero parabenizar primeiro a Adep, a Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos. Quero parabenizar o conjunto desses trabalhadores, porque foram eles que arrancaram essa proposta. Como diria Frei Betto, governo e feijão, só com pressão. Foi a pressão, a mobilização dos servidores, dos defensores, que hoje permitiu que esta casa votasse o projeto.

O que o governador Ibaneis está devendo é a proposta para as demais categorias do DF. Agora querem inverter o debate, dizer que o governador está terminando o ano e é muito bonzinho. Há outras categorias que estão em greve, inclusive, e não há negociação, não há proposta. O governador não apresentou nada.

Esse projeto é fruto da luta dos defensores, das defensoras, da associação, que estão aqui nesta casa, estão na rua e prestam um belíssimo trabalho para a população do Distrito Federal.

Parabéns, associação; parabéns, defensores e defensoras.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, muito obrigado. Eu queria só saudar também a Defensoria Pública e saudar todos os defensores e defensoras, na pessoa das defensoras Amanda e Juliana, que atuam na área de direitos humanos e estão aqui, e na do doutor Ronan – que eu não vi aqui –, que também é um defensor na área de direitos humanos muito querido.

A Defensoria trabalha muito nesta cidade. Acho que todos os parlamentares têm relação com a Defensoria Pública pelo trabalho que eles fazem com as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Acho que todos os parlamentares têm relação com a Defensoria Pública pelo trabalho que eles fazem com as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Também saúdo o esforço do doutor Celestino, o defensor-geral do Distrito Federal, e do Rodrigo, o presidente da Associação dos Defensores Públicos, que tem feito um grande trabalho à frente da associação. Saúdo a presença nesta casa da doutora Maria, ex-defensora-geral, que reforçou também a luta por esse aumento.

Reconhecer uma instituição é importante, e também é importante vermos esta casa unida para votar uma matéria consensual, que é a defesa do serviço público.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, deputado Fábio Félix.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Eu também quero parabenizar os defensores.

Eu, como aluno do curso de direito, também tive a oportunidade de estagiar com vocês, de perceber e viver de perto a importância e a relevância desse trabalho. Meus parabéns!

Também não posso deixar de corroborar a fala do deputado Thiago Manzoni de que esse é um projeto do governador Ibaneis e da base do governo aqui na Câmara Legislativa porque, se nós fizermos uma comparação, o projeto da rodoviária desonera do orçamento do GDF, no mínimo, 27 milhões, e o impacto orçamentário da proposta da Defensoria é de pouco mais de 10 milhões. Se não fosse o projeto da rodoviária ser aprovado aqui pela base do governo, infelizmente nós não teríamos o orçamento para conceder tão merecida recomposição salarial dos defensores.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Roosevelt.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu fico feliz. No início eu fiquei bravo e disse que ia embora, e o Celestino chegou para mim e falou assim: “Não, deputado, calma. A gente vai entrar em acordo e vai votar.” Estou feliz, porque os senhores e as senhoras defendem a população mais carente, defendem aqueles que não têm condições de pagar um advogado.

Quando o menino é bonito, aí é oposição, é governo, é governador. O menino não é bonito? Todos ganham. Se fosse feio, ninguém estaria discutindo.

Parabéns!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Hermeto.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Sem partido. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero, na pessoa do doutor Celestino, deixar um abraço a todos os defensores. Estou muito feliz em votar favoravelmente.

Hoje eu recebi o doutor Celestino no meu gabinete, e já temos uma notícia muito boa para São Sebastião. Em breve, se Deus permitir, teremos a construção da Defensoria Pública para a nossa cidade, no local onde ela funcionava e que infelizmente acabamos perdendo. Já há, porém, uma previsão para ser construída a sede.

Quero, mais uma vez, colocar-me à disposição.

Parabenizo a todos os defensores públicos da Defensoria do Distrito Federal pelo trabalho prestado à sociedade brasiliense. Que Deus abençoe a cada um de vocês. Parabéns!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Continua em discussão.

Vamos seguir a ordem. Agora será a deputada Paula Belmonte, depois o deputado Max Maciel e depois a deputada Dayse Amarílio.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, quero parabenizar a todos. Como foi dito, esse aumento é hoje concedido à Defensoria por todos os 24 parlamentares. É importante dizer isso.

Quero falar do defensor-geral, Celestino, mas quero ressaltar alguns defensores que não estão aqui, como a defensora Karini Abritta, que defende muito fortemente as nossas crianças e os nossos adolescentes.

A Defensoria faz um trabalho importantíssimo na defesa dos mais vulneráveis.

Eu quero também ressaltar... Eu estou vendo aqui um defensor, o Alexandre, que está aqui representando a defesa do consumidor. Foi por meio da defensoria do Antônio Sintra que nós conseguimos trazer uma possibilidade para os superendividados do BRB.

Eu quero parabenizar todos os senhores, porque os senhores trazem as pessoas invisíveis para a visibilidade.

Parabéns, foi mais do que merecido. Contem sempre conosco no parlamento.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, acho que é importante essa saudação para a Defensoria, porque, antes de ser deputado, eu estava no movimento, e ela me ajudou muito. Ajudou muito os movimentos e os parceiros que lutavam por direito não só à moradia, mas, também, por direito à ocupação pública e cultural. Agora, como parlamentar, é de fundamental importância nos somarmos a essa luta.

Quero dizer que todos os pedidos que chegam aqui nós temos todo o carinho do mundo em

atender, até porque nós encaminhamos muita demanda para vocês no dia a dia.

Quero reforçar, presidente, um compromisso, a pedido da Defensoria. Nós encaminhamos emenda e vamos garantir a construção da unidade lá no Sol Nascente. Só estamos dependendo de o Celestino marcar a comitiva para marcarmos a pedra fundamental, porque vai ser uma satisfação.

Tenho muita honra de fazer parte desse projeto, de fazer com que a Defensoria tenha seu equipamento físico, próprio, perto da população que mais precisa, de fato: a população do Sol Nascente.

Então, é mais do que merecido isso.

Obrigado, gente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, na saúde, nós trabalhamos muito lado a lado com a Defensoria.

Eu quero parabenizar, na pessoa do defensor Celestino, todos vocês. Um abraço especial à esposa do deputado Pastor Daniel de Castro, que trabalha na Defensoria, a professora Glaísa, e à sobrinha do deputado Pastor Daniel de Castro, que também trabalha na Defensoria. Quero mandar um abraço para a Jéssica.

O deputado Pastor Daniel de Castro estava me contando que estagiou e chegou a trabalhar com o doutor José Wilson também.

Nós também fizemos uma emenda à LDO para reestruturar a Defensoria e terminar de convocar todos os servidores dela. Nós precisamos de mais defensores, então fizemos tanto para os defensores como para os analistas.

Quero deixar aqui um registro de que isso também é uma vitória da Defensoria, que tem, inclusive, orçamento próprio. E é uma vitória de vocês. Vocês têm essa autonomia orçamentária.

Nós estamos aqui, os 24 deputados, votando para que esse projeto fosse aprovado.

Obrigada e parabéns.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 22 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental. (Palmas.)

Nos termos do art. 120 do Regimento Interno e em atendimento ao Requerimento nº 129/2023, convoco as senhoras e os senhores deputados para sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para apreciação, em segundo turno, dos seguintes projetos:

Item nº 1:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.260/2021, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a promover a concessão ao setor privado da prestação do serviço público, precedida de obra pública para reforma, ampliação, gestão, operação e exploração da Rodoviária do Plano Piloto e Galeria dos Estados de Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências";

Item 2:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 828/2023, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que "Dispõe sobre a carreira de Defensor Público da Defensoria Pública do Distrito Federal e dá outras providências".

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 23h44min.)

Siglas constantes deste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde  
Adep-DF – Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos do Distrito Federal  
Assinfra – Associação dos Servidores da Carreira de Planejamento Urbano e Infraestrutura do Distrito Federal  
Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde  
BRB – Banco de Brasília  
BRT – Bus Rapid Transit  
CAF – Comissão de Assuntos Fundiários  
CAS – Comissão de Assuntos Sociais  
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça  
CDESCTMAT – Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo  
CEB – Companhia de Eletricidade de Brasília  
CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças  
CESC – Comissão de Educação, Saúde e Cultura  
CFGTC – Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle  
CIL – Central de Intermediação em Libras  
Condepac – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal  
Coren – Conselho Regional de Enfermagem  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito  
Cras – Centro de Referência de Assistência Social  
Creas – Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
CTA – Centro de Testagem e Aconselhamento  
CTMU – Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana  
DER – Departamento de Estradas de Rodagem  
Detran-DF – Departamento de Trânsito do Distrito Federal  
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes  
DODF – Diário Oficial do Distrito Federal  
Gaps – Gestão e Assistência Pública à Saúde  
GDF – Governo do Distrito Federal  
HRT – Hospital Regional de Taguatinga  
Ibram – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (Brasília Ambiental)  
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação  
ICTDF – Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal  
Iges – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde  
IGES – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde  
IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado  
Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
Iprev-DF – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal  
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
Metrô-DF – Companhia do Metropolitano do Distrito Federal  
PEC – Ponto de Encontro Comunitário  
PLOA – Projeto da Lei Orçamentária Anual  
PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal  
PMI – Procedimento de Manifestação de Interesse  
PPA – Plano Plurianual  
PPDF – Polícia Penal do Distrito Federal  
PPGE – Políticas Públicas e Gestão Educacional  
PPGG – Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal  
PPP – Parceria Público-Privada  
Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo  
Seagri – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal  
Seleg – Secretaria Legislativa  
Semob-DF – Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal  
Sindsasc – Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do GDF  
STPC-DF – Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal  
TCB – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda.  
TPD – Trabalho em Período Definido  
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



## Ata Circunstanciada da 29ª Sessão Extraordinária

### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 29ª  
(VIGÉSIMA NONA)  
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,  
DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023.**

**INÍCIO ÀS 23H44MIN**

**TÉRMINO ÀS 0H41MIN**

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Há número regimental. Está aberta a sessão extraordinária de 12 de dezembro de 2023, nos termos do art. 120, do Regimento Interno.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Ricardo Vale a secretariar os trabalhos da mesa.

Solicito que as senhoras e os senhores deputados registrem a presença nos terminais para verificação do quórum.

(Procede-se à verificação do quórum por meio do painel eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Dá-se início à  
ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item nº 1:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.260/2021, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a promover a concessão ao setor privado da prestação do serviço público, precedida de obra pública para reforma, ampliação, gestão, operação e exploração da Rodoviária do Plano Piloto e Galeria dos Estados de Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências".

Aprovado, em primeiro turno, foram apresentadas 7 emendas de segundo turno.

As comissões deverão se manifestar sobre a emenda.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, eu avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça relativo ao Projeto de Lei nº 2.260/2021, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a promover a concessão ao setor privado da prestação do serviço público, precedida de obra pública para reforma, ampliação, gestão, operação e exploração da Rodoviária do Plano Piloto e Galeria dos Estados de Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências"

Em segundo turno, foram apresentadas emendas pela Comissão de Constituição e Justiça. Eu voto pela admissibilidade apenas da Subemenda nº 36, e pela inadmissibilidade por inconstitucionalidade e injuridicidade das Subemendas nºs 37, 38, 39, 40, 41 e 42.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix para discutir, representando o acordo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiro, quero dizer a V.Exa. que não há acordo sobre as emendas, sobre o conteúdo, sobre o mérito, sobre o projeto. O que nós estamos fazendo aqui é procedimental.

É importante dizer a V.Exa. que a emenda, do meu ponto de vista, não resolve o problema dos permissionários. Ela é insuficiente, ela é uma tentativa, ela mostra compromisso dos parlamentares, alguns tentando colaborar com os permissionários, mas ela não resolve o problema porque a concessão está colocada.

A concessão vai agir numa lógica, que é a lógica de mercado. E a lógica de mercado é diferente da lógica da coisa pública, completamente diferente. Inclusive, é importante dizer que, de última hora, começaram a surgir argumentos criminalizando os permissionários e a divisão do trabalho na própria Rodoviária do Plano Piloto. Esses argumentos nunca surgiram no momento anterior.

Então, nesse segundo turno nós vamos fazer a devida discussão. Na hora do debate do segundo turno, não muda a nossa percepção e a nossa posição. Várias emendas que foram apresentadas, elaboradas pelo nosso bloco, pelo deputado Max Maciel, pela deputada Dayse Amarilio, são emendas positivas, emendas necessárias, mas o governo não abriu diálogo com relação a esse projeto. Nós falamos do trator. O trator nem sempre é procedimental. O trator também é político.

Hoje foi pedagógica esta sessão, para mostrar que a oposição tem voz, que minoria tem voz, que minoria tem possibilidade política de falar. É por isso que é importante abrir o entendimento. Nós não vamos aceitar calados. Não achem que nós vamos aceitar calados a privatização da rodoviária e a entrega de um patrimônio que é da população do DF.

Nós vamos fiscalizar. Nós sabemos que hoje não temos maioria aqui, mas nós vamos fiscalizar esse edital. Nós vamos judicializar, nós vamos ao Tribunal de Contas, nós vamos a todas as instâncias. Não vai ser fácil para o governador do Distrito Federal entregar a Rodoviária do Plano Piloto. Não vai ser fácil. Vamos resistir.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 deputados, sendo contrários os votos da deputada Dayse Amarilio, do deputado Max Maciel, do deputado Gabriel Magno, do deputado Fábio Félix, da deputada Paula Belmonte e do deputado Ricardo Vale.

Está aprovado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu acho que as pessoas precisam entender que o que está sendo votado neste momento é a admissibilidade da emenda. Não sei por que votar contra a admissibilidade da emenda se é uma emenda boa e acordada. Não entendi. Eu estou votando a favor da emenda, porque ela é boa, porque ela é importante.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ok. De qualquer forma, foi aprovado o parecer.

Solicito ao presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, deputado Max Maciel, que designe relator para proferir parecer sobre a emenda ou avoque a relatoria.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, designo o deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero só acrescentar uma questão aqui, porque é preciso que ela seja dita. Se a Galeria dos Estados está retirada do projeto, foi por um entendimento que nós fizemos com a liderança do governo. Não é porque caiu do céu, não, foi por um entendimento. Nós negociamos, e o deputado Eduardo Pedrosa aceitou. É por isso que a Galeria dos Estados está fora.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, nós temos que ser justos mesmo. Com o deputado Chico Vigilante e com toda a oposição, foi construída, juntamente com o governo, a retirada da Galeria dos Estados e também uma emenda. Não foi o que a oposição queria, mas a Emenda nº 36 foi o texto possível para melhorar a defesa dos permissionários. Ela também foi feita com a participação do deputado Chico Vigilante e de outros da oposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado. Essa é a Subemenda nº 36.

Solicito ao relator, deputado Pastor Daniel de Castro, que emita parecer da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana sobre a matéria.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, demoramos um pouco para proferir o parecer porque estávamos justamente ajustando o acordo na Emenda nº 36.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Subemenda.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana às emendas de segundo turno apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.260/2021, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a promover a concessão ao setor privado da prestação do serviço público, precedida de obra pública para reforma, ampliação, gestão, operação e exploração da Rodoviária do Plano Piloto e Galeria dos Estados de Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, somos pela rejeição das Emendas nºs 37 a 42 e pela admissão da Emenda nº 36. Esse é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro. V.Exa. admitiu a Subemenda nº 36.

Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, nós fazemos a defesa da manutenção das Emendas nºs 37 a 42 porque há emendas que apresentamos que estabelecem, por exemplo, o controle de transparência e monitoramento da concessionária, para ela apresentar para esta casa, por exemplo, os números das receitas, para conseguirmos, inclusive, aferir se, de fato, estão de acordo ou não. A retirada dessas emendas coloca novamente a empresa no controle de absolutamente tudo. É importante dizer que apenas uma emenda não consegue resolver o problema da rodoviária.

Foi retirada da CCJ no primeiro turno porque queríamos incluir os órgãos que são de interesse público fora do aluguel. O Estado agora vai pagar aluguel para a concessionária para manter o que é de interesse público. Isso não faz sentido, pessoal, em lugar nenhum. Como vou arrumar uma conta para mim mesmo? Se eu não tenho essa conta, eu passo a arrumar uma conta para gerar uma dívida para o próprio Estado. É um completo absurdo o que estamos deixando passar aqui.

O mesmo acontece com a taxa de acostagem. Nós colocamos aqui, por exemplo, que o Tribunal de Contas já versou que isso não tem que estar na concessão comum, como dispõe o projeto que foi apresentado. Não existe conformidade no que foi apresentado. Estão apresentando uma concessão comum e estabelecendo uma concessão patrocinada. É disso que estamos tratando aqui.

Somos pela rejeição, mas por que estamos defendendo isso? Porque, de fato, isso não vai resolver a situação da rodoviária. Vamos entregar... Não temos nem garantia de que quem está lá vai permanecer. Eles podem estabelecer um critério novo. Por quê? Porque não há previsão do que vai estar na cláusula do contrato. Mesmo estando na lei, o que vai reger isso são o contrato e o edital que estará em voga. Mesmo havendo uma lei estabelecida, é o contrato que vai reger no final. Nós sabemos como um contrato é regido no Distrito Federal. É o que acontece com as empresas de ônibus. Ninguém sabe quanto eles gastam de diesel, mas deixaram de comprar agora, e faltou para a população. Não sabemos sequer quantos embarcam no transporte e continuamos pagando por usuário.

Defendemos, no mínimo, que tenhamos controle, avaliação e monitoramento dessa concessão, para não virar o que virou o Conic. Como muitas pessoas dizem, o prédio está lá, abandonado. Ele foi

vendido. Assim acontece com outros espaços de que houve concessão. Quando a empresa percebe que aquilo está dando prejuízo, ela pega a sacolinha e vai embora. Quem fica para assumir a bronca, novamente, somos nós, que temos de votar a toque de caixa a concessão.

Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 deputados. Houve votos contrários do deputado Ricardo Vale, da deputada Dayse Amarílio, do deputado Max Maciel, do deputado Fábio Félix, do deputado Gabriel Magno e da deputada Paula Belmonte.

Os votos estão devidamente registrados.

Solicito à relatora, deputada Paula Belmonte, que emita parecer da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle sobre a Subemenda nº 36.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito ao deputado Robério Negreiros, líder do governo, que proceda à leitura do parecer.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Eu sou signatário. Eu não posso, deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Com a palavra a deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Deputado Jorge Vianna, V.Exa. pode proceder à leitura do parecer? (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Jorge Vianna, que emita parecer da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle sobre a matéria.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle à Subemenda nº 36 ao Projeto de Lei nº 2.260/2021, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a promover a concessão ao setor privado da prestação do serviço público, precedida de obra pública para reforma, ampliação, gestão, operação e exploração da Rodoviária do Plano Piloto e Galeria dos Estados de Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências".

No âmbito da comissão, somos favoráveis à Subemenda nº 36.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, primeiramente eu quero, mais uma vez, dizer que estamos aqui discutindo esse parecer e essas emendas pela questão da transparência, da fiscalização.

Aqui falou-se da desoneração de 27 milhões de reais. Eu não consegui ver esses números ainda porque não é isso que foi investido na rodoviária. Nós não estamos trazendo a transparência dos números. Aqui não foi falado que os equipamentos públicos vão pagar aluguel – e muito caro. O valor da acostagem...

Sobre as emendas que estão sendo inadmitidas, é importante dizer que estávamos aqui querendo dar a esses permissionários a garantia de que pudessem preservar o local deles, preservar, sim, a preferência.

O rateio também era o que estava sendo construído aqui. Infelizmente, não concluímos. Deveria o rateio ser proporcional à ocupação, porque hoje há uma preocupação muito grande de que o rateio seja também feito pela área comum. Isso vai aumentar em 70% o valor, e o rateio pode se tornar maior que o próprio aluguel. Essa é a preocupação desses senhores que estão aqui até agora, e isso não está sendo atendido.

É uma pena estarmos aqui até esse horário pedindo para saber onde estão esses números. É muito bonito falar 27 milhões de desoneração, mas onde estão os números? Não foi provado –

inclusive na comissão de mérito, que é a de orçamento – qual o impacto orçamentário.

Por isso, pedimos o apoio para rejeitar esse relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 deputados. Registramos os votos contrários da deputada Dayse Amarílio, do deputado Ricardo Vale, do deputado Max Maciel, do deputado Gabriel Magno, do deputado Fábio Félix e da deputada Paula Belmonte.

São 23 deputados, porque estão incluídos a deputada Doutora Jane e o deputado João Cardoso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, na verdade, eu quero agradecer a V.Exa. o fato de que teve a capacidade de suspender a reunião e descer ali na sala. Juntamente com o Willemann, que é um excelente assessor aqui nesta casa, chamamos os representantes dos permissionários, e foi elaborada a emenda possível, porque eu e V.Exa. tínhamos estado lá com os permissionários e tínhamos assumido com eles um compromisso. Nós garantimos o compromisso que assumimos. Essa emenda não pode ser vetada. Ela não é aditiva. Ela é uma emenda que, a partir de agora, integra a lei que será sancionada. Portanto, é um instrumento a mais para garantir a permanência deles. Ali na reunião, V.Exa. viu que nós perguntamos a eles quanto pagam hoje. E foi dito. Portanto, há toda condição de eles permanecerem lá.

Política é assim, você conversa; se você bater a testa na parede, você vai rachar a testa, mas não vai derrubar a parede. Aqui nós conseguimos, de certa forma, alterar a parede. Agora temos o compromisso da maioria desta casa, votando a permanência deles ali.

Foi esse compromisso que assumi. Juntamente com V.Exa., estamos cumprindo o compromisso assumido. É preciso que sejam ditas essas coisas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns, deputado, o diálogo prevaleceu e permitiu que esses permissionários não fossem prejudicados. Isso é bom senso, isso é razoabilidade e respeito, sobretudo.

Muito obrigado, deputado.

Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a Subemenda nº 36.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários à Subemenda nº 36 apresentada ao Projeto de Lei nº 2.260/2021, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a promover a concessão ao setor privado da prestação do serviço público, precedida de obra pública para reforma, ampliação, gestão, operação e exploração da Rodoviária do Plano Piloto e Galeria dos Estados de Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências”.

O parecer da Comissão de Assuntos Fundiários é pela aprovação da Subemenda nº 36.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor Presidente, gostaria de deixar registrado que o acordo feito é sobre o processo da votação. Um membro da oposição, em cada comissão, iria discutir para dizer, obviamente, que a única emenda que está sendo acatada nesse segundo turno – porque as outras estão sendo rejeitadas – não vai resolver,

definitivamente, o problema.

Ela põe, de fato, a luta dos permissionários em melhores condições, mas não resolve o problema. A rodoviária vai ser privatizada, a lógica do mercado vai imperar. Já vimos esse filme antes, sabe com quê? Com a CEB. Com a CEB foi feita também uma mediação para que os trabalhadores não fossem demitidos. O acordo durou 1 ano. Passou 1 ano, venceu o acordo. A Neoenergia demitiu-os sem nenhum diálogo. Estamos falando de uma concessão de 20 anos!

Por isso, presidente, vamos continuar votando “não”, porque não se resolve o problema definitivamente. Mais uma vez estamos autorizando vender a rodoviária sem nenhuma garantia das receitas e despesas.

Por isso, e para defender de novo: o acordo foi do método; nós vamos votar “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 deputados. Houve votos contrários dos seguintes deputados: deputado Ricardo Vale, deputada Dayse Amarilio, deputado Max Maciel, deputado Gabriel Magno, deputado Fábio Félix e deputada Paula Belmonte.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, as pessoas que estão assistindo a esta sessão precisam saber o que está sendo votado, não só os deputados aqui. Todo mundo aqui sabe o que estamos votando. O que está sendo votado neste momento é uma emenda que possibilita a continuidade dos permissionários. É por isso que estou votando a favor.

Quando fizemos a negociação, eu disse ao deputado Robério Negreiros que eu estava lutando pelo acatamento da emenda, mas que eu votaria contra o projeto. Portanto, na hora da votação do projeto em segundo turno, eu vou continuar votando contra a matéria, mas, neste momento, estou votando a favor dos permissionários. (Palmas.)

A emenda é para garantir a permanência dos permissionários. Falo isso para não confundirem, para não acharem que estamos votando a favor do projeto. Não. Estamos votando a favor daqueles cabeças brancas que estão ali. (Palmas.)

É esse o voto que está sendo dado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

A presidência designa o deputado Daniel Donizet para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Daniel Donizet, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a emenda.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo à Subemenda nº 36, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.260/2021, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a promover a concessão ao setor privado da prestação do serviço público, precedida de obra pública para reforma, ampliação, gestão, operação e exploração da Rodoviária do Plano Piloto e Galeria dos Estados de Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências”.

No âmbito da CDESCTMAT, somos pela aprovação da Submenda nº 36.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 deputados. Houve 6 votos contrários dos seguintes deputados: deputado Ricardo Vale, deputada Dayse Amarilio, deputado Max Maciel, deputado Gabriel Magno, deputado Fábio Félix e deputada Paula Belmonte.

A presidência designa o deputado Eduardo Pedrosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Subemenda nº 36, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.260/2021, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a promover a concessão ao setor privado da prestação do serviço público, precedida de obra pública para reforma, ampliação, gestão, operação e exploração da Rodoviária do Plano Piloto e Galeria dos Estados de Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências”.

Presidente, o parecer da CEOF é pela admissibilidade da Subemenda nº 36.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, somos contra a matéria por uma simples questão: a emenda tenta proteger os permissionários, mas ela não traz nenhuma segurança a eles.

Ela fala: “deverão constar do contrato”. Nós nem sabemos como vai ser esse contrato. Fala também que vai haver preferência. De quanto tempo vai ser essa preferência? Como vai ser essa preferência? Vai haver algum valor para que eles consigam ficar?

Somos contra o projeto, já colocando que, infelizmente, não pudemos discutir as outras emendas, o que é uma pena. Não discutimos as emendas que tratavam da questão de os vendedores autônomos terem um local específico nem a questão de termos garantidas as manifestações sociais e culturais e a questão dos prazos de 10 anos. Também não se discutiu uma das piores questões: mesmo os equipamentos públicos atraindo as pessoas para a rodoviária, pagar aluguel é, para mim, um dos grandes problemas desse projeto.

Por isso, presidente, somos contra o projeto em todo o seu escopo – contra!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 deputados. Houve 6 votos contrários dos seguintes deputados: deputado Ricardo Vale, deputada Dayse Amarilio, deputado Max Maciel, deputado Gabriel Magno, deputado Fábio Félix e deputada Paula Belmonte.

Em discussão o Projeto de Lei nº 2.260/2021, em segundo turno. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. Lembrando que o prazo é de 3 minutos, conforme foi acordado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu vou votar contra o projeto. Eu tenho a consciência de por que estou votando contra o projeto. Precisa ficar claro que a emenda protege a vida daquelas pessoas que estão na galeria e que estão lá há 60 anos. (Palmas.) É preciso que se diga, presidente, deputado Wellington Luiz, que a emenda foi discutida com eles lá na sala. Deu trabalho para o governo compreender e aceitar a emenda.

Portanto, eu não posso jogar o menino – com a bacia e tudo – pela janela lá fora. Eu tenho que salvar pelo menos a criança. É isso que estamos fazendo. Não havia como determinar que eles vão ficar no mesmo lugar, porque vai haver reforma. Mas a mesma metragem que eles têm vai estar lá. A emenda é positiva, a emenda é importante. A emenda foi fruto da negociação.

Eu aprendi nesta casa, e já venho do movimento sindical, que você tem que negociar, principalmente quando você está em minoria. Se eu quiser ficar aqui a vida inteira só gritando e falando contra, vai resolver o quê?

Eu vou votar contra o projeto na essência, porque estou convencido de que o projeto é ruim; mas nós buscamos um caminho de melhorar para esses permissionários que estão aqui. E conseguimos. Tenho na pessoa de V.Exa. o compromisso de estarmos juntos – V.Exa. com o peso de ser presidente desta casa – para o que foi acordado, para que o que virou lei seja cumprido.

Mais uma vez, nós estamos salvando a vida deles. Salvamos em outro momento, quando o Ministério Público determinou que era para ter licitação pública e que não iria ficar nenhum deles. Nós fomos lá e tivemos a capacidade de fazer uma lei, pedimos que o Executivo mandasse, para que fosse de autoria do Poder Executivo. A lei foi questionada, inclusive no Supremo, e foi mantida a constitucionalidade da lei. Por isso que estão lá até hoje.

Podem contar comigo. Eu estarei, junto com o deputado Wellington Luiz, fazendo com que esse entendimento que virou lei seja cumprido.

Muito obrigado, presidente, por ter estado junto comigo nessa luta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. Eu que agradeço a V.Exa. a oportunidade de ter conhecido a realidade dessas pessoas e de hoje estar trabalhando para que protejamos os seus direitos.

Obrigado e parabéns a todos esses que resistiram até aqui e conseguiram fazer da vontade de vocês uma realidade. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós não começamos nosso combate com esse projeto agora.

Como foi dito, alguns parlamentares estão aqui desde a legislatura passada, quando começamos a combater a privatização da rodoviária.

Não é à toa que esse projeto não tramitava, é porque havia oposição, porque havia parlamentar resistindo a essa proposição. A oposição, a resistência, não foi inventada agora. Nós temos trabalhado nesta casa, trabalhado em muitos projetos, em muitos processos ao longo dos últimos anos – e trabalhado muito. Trabalhamos porque é um projeto ruim para a sociedade.

Eu fico envergonhado por estar votando esse projeto hoje. Infelizmente, meus pares aqui – alguns deles – não querem discutir alguns temas que são fundamentais e já foram realmente levantados muitas vezes ao longo desta noite.

A tão falada taxa de acostagem. Talvez nunca se tenha ouvido tanto sobre o tema, mas é porque ele é fundamental. Um secretário de Estado chegou a uma reunião e falou que o governo iria pagar os 11 milhões de reais para a concessionária. Ele esqueceu que o dinheiro é público, que o dinheiro é da população, por isso há um questionamento legítimo da população e dos parlamentares, que representam a população.

Muitas questões não foram explicadas. A sequência orçamentária, a média de gastos do governo com a rodoviária não é aquela que está sendo levada em conta no estudo apresentado pelo governo. Aqui nós estamos tentando, fazendo um gesto para colaborar com os permissionários. Os permissionários têm muita consciência de que este é um gesto. Foi uma articulação liderada pelo deputado Chico Vigilante e pelo deputado Wellington Luiz. Eu gostaria de reconhecer – porque honestidade política é fundamental – a articulação e a luta deles para que vocês pudessem ter minimamente essa garantia; mas eu sou cético, eu não posso deixar de ser cético. Eu preciso dizer a verdade, porque eu acho que a empresa pode chegar e atropelar isso, infelizmente.

Nós estamos saindo daqui com muitas limitações. É uma privatização ruim para o povo do DF. Imaginem que existem ambulantes há décadas naquela rodoviária. Nós estamos saindo daqui sem nada. Existe uma população em situação de vulnerabilidade social, e estamos saindo daqui sem nada!

Não há garantia para a concessionária. Nós estamos entregando para eles o Na Hora, que garante movimento. Esses é um lugar de garantia de dinheiro, porque circula gente o tempo todo. O GDF não pede nada. Pede muito pouco, porque os investimentos que estão sendo exigidos são poucos. E a entrega que o governo dá é muita. Como eu já falei muitas vezes, é ganha-ganha. A empresa apenas ganha, não existe risco. Quem perde com a privatização é a população do Distrito Federal.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Para concluir, eu voto hoje com a minha consciência tranquila de que eu não participei e não participo desse projeto que quer privatizar o centro de Brasília. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu tentei, durante todo o dia, nessas 9 horas, trazer dados técnicos da inviabilidade desse projeto. Infelizmente, não fui convencido. Eu não estou aqui para ser convencido, não, mas eu gostaria de fazer o debate das ideias, dos dados precisos, dos números que comprovassem de fato a eficiência que a concessão daria para a população. Ninguém conseguiu trazer nada para nós.

Eu pergunto se alguém leu a minuta do contrato, que é a minuta prévia, porque talvez as pessoas não tenham a noção de como funcionou isso. As empresas interessadas apresentaram os seus estudos. Há uma minuta prévia de um contrato para gerar lei.

Sabe o que diz o contrato? Eu vou dizer para os nossos amigos permissionários. Infelizmente o contrato precisa ser claro. Se não estiver previsto que quem está lá tem que ter permanência pelo prazo da concessão, vai acontecer o que aconteceu com os quiosqueiros de Brasília. Vocês não se lembram da luta, não? Brasília é uma cidade tombada. Sabe o que aconteceu? Os quiosqueiros da região central de Brasília deviam seguir um padrão estético. Sabe quanto custou o padrão estético? Vinte mil reais. Aquele que não cumprisse no prazo estabelecido perderia a sua concessão. Nós vimos um monte de quiosque na região central de Brasília tendo que ser abandonado porque a pessoa não tinha 20 mil reais, e o BRB não deu microcrédito para ela fazer.

A minuta do contrato diz que é da concessionária, a partir do momento que nós passarmos para ela, a definição de como vai ser o padrão estético da rodoviária. A conta vai ser rateada com os permissionários porque ela não vai bancar isso. Está na minuta do contrato. Era só ter lido. O problema é que ninguém leu, e nós estamos aprovando aqui. E não vai haver salvaguarda.

Vai ficar 2 anos e vai chegar uma conta cara, sabem por quê? Vão dar preferência, mas o aluguel quem vai definir é a concessionária, porque o preço base do mercado pode mudar nesta casa, como mudou outras vezes. A concessionária vai cobrar um aluguel de 6 mil. Permissionário vai poder pagar? É uma pergunta sincera, é uma pergunta sincera que nós temos que fazer.

Então, nós estamos votando contra porque o projeto é ruim em tudo. Podem botar a rodoviária bonita, com ar-condicionado, mas vão expulsar a população, que não terá acesso a ela.

Mais uma vez, o governo não deu a ele mesmo a oportunidade de ter as mesmas fontes de recurso para poder investir na rodoviária. Se o governo quisesse, tivesse coragem, ele criaria subsidiária, administraria os estacionamentos, as lojas, e o administrador da rodoviária teria autonomia financeira para investir e fiscalizar as próprias obras.

Nós vamos acompanhar isso. Eu torço pelo sucesso, porque nós estamos cansados de ser derrotados e continuar vendo empresário rindo da nossa cara. Enquanto isso, muitos dos nossos irmãos e irmãs ficarão desassistidos.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Presidente, nós votamos “não” mais uma vez no segundo turno, primeiro, porque o projeto é uma vergonha. É um crime contra esta cidade. Segundo, presidente, eu quero reconhecer o esforço de V.Exa. e do deputado Chico Vigilante com os permissionários aqui em cima para tentar tornar um pouco mais justa a dura luta que vai haver nos próximos anos.

Falo isso, presidente, porque eu já disse aqui outras vezes: na sua palavra, nós, neste ano todo, confiamos; mas eu não confio na palavra do Governo do Distrito Federal e confio menos ainda na

empresa que vai ganhar essa concessão. Ainda vai haver muita luta, não vai acabar aqui. Os números apresentados não batem, ninguém soube explicá-los. O secretário nos apresentou números na semana passada e não conseguiu explicá-los. Ele voltou nesta semana e de novo apresentou números que não batem com a realidade.

Esse projeto passou com um monte de atropelos em várias comissões. Não passou por comissões importantes. Desrespeita o ordenamento jurídico dessa cidade – a própria Lei Orgânica do Distrito Federal inclusive. E por isso que a venda da rodoviária não acabou hoje. Ainda haverá, em outros espaços, lutas legítimas. Haverá muita resistência dessa cidade. Isso foi comprovado, hoje, neste plenário, na galeria e nas mobilizações nas últimas semanas, presidente. Também haverá fiscalização durante todo esse processo, porque quem vai pagar a conta – e nós dissemos isso, aqui, hoje, por mais de 5 horas – é a população do Distrito Federal, que vai ser assaltada mais uma vez – agora por uma empresa que está fazendo e vai fazer o papel que deveria ser responsabilidade desse governo, que já se mostrou incompetente.

Esse governo não sabe governar a cidade, não sabe governar para as pessoas, transfere suas responsabilidades, fazendo negócio, vendendo patrimônio público, vendendo patrimônio e direitos da população.

Nós vamos fiscalizar, nós vamos recorrer. Vai ter muita luta. A venda da rodoviária não terminou, aqui, hoje. Por isso, nosso voto é não.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto, para discutir.

Depois concederei a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhores, estamos aqui. Já é meia-noite e 22 minutos. Como disse o deputado Pastor Daniel de Castro, a internet não perdoa.

Nós estamos no primeiro ano de mandato. Eu tenho certeza absoluta de que nós vamos nos encontrar mais ao final do nosso mandato nesse mesmo debate. As pessoas que vão andar e frequentar a rodoviária estarão elogiando a nova rodoviária e sua nova administração, voltada para o bem-estar da população que ali frequenta.

É para isto que nós temos que torcer, deputados: para que dê certo.

Eu quero aqui abertamente elogiar – sempre digo que tenho a maior admiração por ele – o deputado Chico Vigilante. Ele foi presidente da CPI, eu fui seu relator, sabem por quê? Porque ele faz uma oposição consciente, ele faz uma oposição – como bem disse – se preocupando com todos. Se o projeto é ruim para a oposição, ele olhou o lado bom desses permissionários que estão ali.

Deputado Chico Vigilante, V.Exa. pode ter certeza – V.Exa. sabe da proximidade que eu tenho com o governador – de que eu vou estar lá cobrando essa emenda que o senhor colocou. Estarei junto com V.Exa. e com o nosso líder do governo – que foi fundamental – cuidando dos permissionários.

Vocês vão ter a mim e ao deputado Chico Vigilante, homem guerreiro, lutador, batalhador – tenho o maior orgulho de estar no parlamento com ele –, juntamente com o nosso presidente, que está aqui até agora fazendo esse trabalho.

Vamos torcer para a nossa rodoviária dar certo. Vocês vão ganhar dinheiro, vai haver mais gente, não vão reclamar do banheiro nem da escada que não funcionam. Tudo vai funcionar! Tenho fé em Deus que vocês serão acolhidos. Vou estar junto nesta luta, com o governador Ibaneis, para que vocês façam cumprir o papel desempenhado aqui, hoje.

Parabéns! Vamos torcer para dar certo! Não vamos torcer para dar errado, não!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Hermeto.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, presidente.

Tomara que dê certo mesmo – falo isso de todo o meu coração.

Por estudos, sabíamos que o Iges tinha grande chance de não dar certo. Tudo o que discutimos aconteceu, mas temos trabalhado para que as pessoas sejam bem atendidas pelo instituto.

Por isso, temos que ter muita responsabilidade. Sempre procuro ser propositiva, tanto na Comissão de Fiscalização quanto na Comissão de Educação, Saúde e Cultura, para que o Iges possa mostrar a que veio.

Então, torço mesmo para que a nova rodoviária dê certo. Torço para que os permissionários consigam ficar com dignidade. Falar que os permissionários vão ficar, mas, sem dizer como, é muito preocupante, é complicado. O nosso medo é que eles acabem sendo expurgados. Se eles não conseguirem cumprir o acordado, vão ter que sair. Acho que o projeto é muito inseguro e realmente muito ruim.

Presidente, saio daqui com as mesmas perguntas. Não vou ser redundante. Quero dizer que saio daqui também com tranquilidade. Um dos objetivos foi tentar o convencimento. Talvez uma das coisas mais importantes seja deixar registrado na nossa história todos os posicionamentos que defendemos e a nossa consciência tranquila. Em nenhum momento fomos oposição por oposição. Tentamos trazer alternativas.

O nosso desejo é que a escada funcione, que fique bonito e que haja segurança. Só pensamos que haveria outra forma de fazer isso. Então, estamos desejando a mesma coisa. Tomara que, ao final deste mandato, vejamos a rodoviária bonita. Tomara. Eu não acredito que vá acontecer, mas tomara. Eu torço para que isso aconteça.

Vou terminar tranquilamente falando que, graças a Deus, combati o bom combate, terminei a corrida e guardei a fé. Estou muito tranquila.

Já que uma das nossas funções é representar, estou disposta a votar, ainda hoje, a derrubada dos vetos e o projeto da Defensoria, em segundo turno. Essas matérias também são importantes para o Distrito Federal. Que possamos ter a mesma boa vontade para lutar pela derrubada dos vetos e pelos servidores! Não se trata só dos servidores, mas também do impacto social que as nomeações vão trazer para o Distrito Federal. A nossa função é votar essas matérias também. Já deixo o pedido para que as votemos.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarílio.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiro, eu gostaria de parabenizar os permissionários pela luta que travaram aqui, desde o início do ano. Quando cheguei a esta casa, em janeiro, já fui procurado por eles. Vários deputados e deputadas foram procurados por eles. Fizemos inúmeras audiências públicas e sessões para discutir o tema da rodoviária. A mobilização deles realmente foi muito bem-feita e muito organizada.

Eles conseguiram essa emenda. Na minha opinião, minimiza o problema, mas não o resolve, porque, na verdade, eles estão tendo a preferência pela permanência, não a garantia de que ficarão. Como eu disse e muitos deputados falaram, o projeto é nebuloso, mas a luta dá a eles a possibilidade e a esperança de continuarem ainda trabalhando na rodoviária.

Parabenizo, também, os movimentos sociais, os partidos políticos, em especial, o PT, meu partido, que também fez uma campanha no Distrito Federal contra a privatização da rodoviária, contra essa concessão. Ele não está fazendo oposição por oposição, é porque se entende que é um erro passar para a iniciativa privada esse espaço público, tão importante para a nossa história, tão importante para os trabalhadores.

Quero parabenizar os movimentos sociais e os partidos que, várias vezes, como eu disse, estiveram empenhados para tentar impedir a privatização.

Continuo muito preocupado. Embora se tenha minimizado a situação dos permissionários, fico muito preocupado com a situação dos ambulantes e dos usuários de ônibus – como será isso daqui para frente –, com a questão da acostagem e com a dúvida a respeito de onde virão esses 11 milhões. Há uma série de dúvidas.

Quero parabenizar todos os deputados – os de base, os de oposição e aqueles que entendem, como o deputado Hermeto, que a privatização vai ser tudo de bom. Aqueles que acham que não: esta casa é a democracia e é muito importante, por conta dessa divergência de opiniões. Espero que, no final, também possamos ter uma rodoviária sendo utilizada pelo povo do Distrito Federal da melhor forma.

Deixo os meus parabéns, principalmente aos permissionários e aos parlamentares que conseguiram fazer esse acordo que pode, sim, garantir a permanência deles.

Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, quero dizer a todos os permissionários que estão aqui, a todos que estão nos escutando e a todos os parlamentares que esse projeto foi defendido por todos os 24 parlamentares; contudo, há parlamentares que são importantes destacar. Essa emenda da preferência começou lá na CEOF, pela minha autoria. Depois, o deputado Eduardo Pedrosa a incorporou ao texto. É importante reconhecermos o valor de cada parlamentar. O deputado Chico Vigilante também trouxe uma possibilidade. Estávamos na sala discutindo, porque este parlamento faz isso com todo mundo. Não há projeto discutido com um ou com outro, o projeto é de todos.

Estivemos na rodoviária para entender a situação das pessoas. Sei que outros parlamentares também estiveram lá. É importante estarmos aqui nos valorizando e valorizando todos que tentaram construir este projeto. A galeria foi uma proposta de emenda do deputado Rogério Morro da Cruz. Há várias contribuições para que não fizéssemos o pior texto. É importante reconhecermos isso.

A outra questão é que eu tenho certeza absoluta de que, com o dinheiro que o governo vai colocar nessa PPP, a rodoviária tem que ficar cheirosa, vai ter que ter a escada rolante, porque nunca foi colocado dinheiro da forma que está sendo colocado. Não é verdade que vai haver uma desoneração de 27 milhões, porque o governo só colocou neste ano para fazer a PPP.

Torcemos muito. Eu tenho certeza de que nós vamos ter uma rodoviária cheirosa. Nós vamos ter uma rodoviária em que a escada rolante vai estar funcionando, porque nós vamos fiscalizar para isso acontecer. É importante dizer que o benefício virá, sim, se Deus quiser, para a população.

Para a população, isso vai ficar caro, porque, depois de uma sessão de mais de 9 horas, perguntas não foram respondidas. Nós não sabemos ainda para onde vai, quem vai pagar o dinheiro da acomodação e como vai ser o pagamento do aluguel. Falaram, falaram, falaram, mas não responderam.

É uma pena termos que votar um projeto cujo estudo técnico para comprovar a eficiência de valor não temos. De que a rodoviária vai ficar bonita, eu não tenho dúvida; mas nós não conseguimos fazer com que os rodoviários tivessem a tranquilidade de dormir, nem conseguimos fazer com que o rateio do condomínio fosse proporcional à sua área. Essa é uma realidade que não foi colocada aqui.

Nós não tivemos o benefício de que os equipamentos públicos que estarão à disposição da população não pagarão um aluguel absurdo do que está sendo proposto.

(Soa a campainha.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Rapidamente, para concluir, senhor presidente, eu quero dizer que o nosso mandato fez audiência pública, foi à rodoviária. A construção é coletiva. É importante nós deixarmos claro que esse projeto está sendo aprovado e que nós estamos acreditando que, para o público, vai ser muito bonito, mas é para inglês ver. O custo desse bonito é, sim, oneração no bolso da população brasileira.

Por isso, eu voto contra o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 2.260/2021.

A votação será pelo processo simbólico.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação nominal? Perfeito.

Acato a solicitação de V.Exa.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis, 7 votos contrários. Houve 1 ausência justificada. O deputado Pepa teve que se ausentar por problema de saúde, mas esteve presente enquanto pôde.

Está aprovado.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 128/2023, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 2.260/2021, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a promover a concessão ao setor privado da prestação do serviço público, precedida de obra pública para reforma, ampliação, gestão, operação e exploração da Rodoviária do Plano Piloto e Galeria dos Estados de Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz para declaração de voto.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Sem partido. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, parablenzo os deputados e agradeço a todos a sensibilidade que permitiu o acolhimento da lógica da Emenda Modificativa nº 5, de minha autoria, de modo a retirar a Galeria dos Estados do Projeto de Lei nº 2.260/2021, que autoriza a concessão da Rodoviária do Plano Piloto.

Aproveito a oportunidade para agradecer aos lojistas da Galeria dos Estados por acreditarem no nosso trabalho.

Muito obrigado e que Deus nos abençoe hoje e sempre!

Obrigado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero só dizer que esse foi um grande debate.

Já é meia-noite e 40. Eu vou até ficar com a palavra do deputado Fábio Félix: isso aqui foi pedagógico. Principalmente para nós que estamos chegando a esta casa e estamos em nosso primeiro ano de mandato. Nada de sentimento de vencidos e vencedores. Não. Eu acho que todo mundo cumpriu o seu papel, com uma discussão ampla e um enfrentamento forte. Tenho certeza de que quem sai ganhando é a população do Distrito Federal.

Passamos uma tarde em que parecia que a base do governo estava entregando um patrimônio. Nós não estamos entregando um patrimônio. Ele retornará. A dominialidade continua na mão do Estado.

Eu tenho certeza... Já deixo um convite para, daqui a uns 2, 3 anos, irmos todos à rodoviária. Eu aceito o desafio do deputado Chico Vigilante de irmos à rodoviária comer pastel, na pública e na privada. Eu tenho os dados aqui. O desafio do deputado Chico Vigilante está aceito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Pastor Daniel de Castro, lembro a V.Exa. que o termo “pedagógico” é do nobre deputado Chico Vigilante.

Item nº 2:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 828/2023, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que “Dispõe sobre a carreira de Defensor Público da Defensoria Pública do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 23 deputados. Houve 1 ausência devidamente justificada.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 128/2023, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 828/2023, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que “Dispõe sobre a carreira de Defensor Público da Defensoria Pública do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Eu gostaria de consultar rapidamente os deputados – a grande maioria está aqui – se não seria interessante cancelarmos a reunião marcada para amanhã, às 14 horas e 30 minutos, para discutirmos o PPA e os vetos, iniciando a sessão às 14 horas.

Todos estão de acordo com o início da sessão extraordinária às 14 horas? (Pausa.)

Como todos estão de acordo, esta presidência convoca sessão extraordinária para amanhã, às 14 horas, com pauta a ser distribuída.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

(Levanta-se a sessão à 0h41min do dia 13 de dezembro de 2023.)

Siglas com ocorrência neste evento:

BRB – Banco de Brasília

CAF – Comissão de Assuntos Fundiários  
CAS – Comissão de Assuntos Sociais  
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça  
CDESCMAT – Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo  
CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças  
CESC – Comissão de Educação, Saúde e Cultura  
CFGTC – Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle  
CTMU – Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana  
GDF – Governo do Distrito Federal  
Iges – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde  
PPP – Proposta de Parceria Público-Privada

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 14/12/2023, às 11:40, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: **1480886** Código CRC: **059C2D20**.

**O Diário da Câmara Legislativa do DF**  
está regulamentado pelos seguintes  
instrumentos legais:

**Resolução nº 279**

publicada no DCL nº 35 de 25 de fevereiro de 2016.

Págs: 2 a 7

**Ato da Mesa Diretora nº 69**

publicado no DCL nº 109 de 27 de maio de 2022.

Págs: 20 a 23

**Ato da Mesa Diretora nº 27**

publicado no DCL nº 62 de 3 de abril de 2007.

Págs: 13 a 16

**Ato do Vice-presidente nº 8**

publicado no DCL nº 214 de 14 de outubro de 2019.

Págs: 31 a 48

Se você envia documentos para publicação no  
**DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA**  
então esse recado é pra você!

5 dicas para ter o seu documento publicado sem problemas

1

*Use o SEI*

Precisamos da sua assinatura digital e do QRCode

*Envie os originais*

PDF só se for de documento externo à CLDF

2

3

*Use os modelos*

O SEI disponibiliza modelos para os documentos

*Veja esse resumo*

Tahoma 12

4

5

*Cuidado com as tabelas*

770 pixels ou 100%

clique e saiba mais...

Trabalhando juntos podemos oferecer  
um serviço de qualidade para a população do DF.



**CÂMARA  
LEGISLATIVA**  
DISTRITO FEDERAL